

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

William Braga Vila Nova

**A Industrialização do estado de São Paulo e o seu processo de
reestruturação urbano-industrial**

Dissertação de mestrado apresentada
ao curso de Pós-Graduação em
Geografia, Área de Concentração em
Desenvolvimento Urbano Regional:
Mundo/Brasil/Regiões, Universidade
Federal de Santa Catarina.

**Orientador: Prof. Dr. Marcos
Aurélio da Silva**

FLORIANÓPOLIS
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Braga Vila Nova, William

A industrialização do estado de São Paulo e o seu
processo de reestruturação urbano industrial / William
Braga Vila Nova ; orientador, Marcos Aurélio da Silva -
Florianópolis, SC, 2016.

184 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Industrialização de São Paulo. 3.
Reestruturação urbano industrial. 4. Evolução das forças
produtivas capitalistas no Brasil. 5. Metropolização de São
Paulo. I. Aurélio da Silva, Marcos . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

William Braga Vila Nova

**A Industrialização do estado de São Paulo e o seu processo de
reestruturação urbano-industrial**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de
Mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em
Geografia

Banca examinadora

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (CFH/GCN)
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Aloysio Marthins De Araujo Junior (CFH/GCN)
Membro
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Eduardo Zons Guidi (CFH/GCN)
Membro
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Helton Ouriques (CSE)
Membro
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho à minha Família

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que de forma direta ou indireta contribuíram na elaboração deste trabalho.

Às empresas do ramo industrial que permitiram a realização de um bom trabalho de campo. Em especial a Brasilgráfica S/A Indústria e Comércio, ao Grupo Bardella Indústria Mecânica S/A, Asa Alumínio S/A, Supercromo beneficiamento de metais, e à Ferdimat indústria e comércio de máquinas operatrizes.

Ao professor Dr. Marcos Aurélio da Silva pela orientação nesse trabalho e por contribuir de maneira grandiosa na minha formação intelectual.

Aos professores doutores membros da minha banca defesa, Aloysio Marthins de Araújo Junior, Eduardo Zons Guidi e Helton Ricardo Ouriques.

Ao programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Aos professores do programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade federal de Santa Catarina.

À CAPES por conceder uma bolsa de estudo para a realização desta pesquisa.

Aos colegas do curso de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Em especial, Roberto Cesar Cunha.

E a todos os meus amigos de São Paulo que vem acompanhando a minha trajetória. Em especial, Sandro Silva, Anselmo Araujo, Fernando Silva, Mayra, Rubens, Bruno Ribeiro, Evelyn, Fernando.

E a toda minha família que sempre me apoiou em tudo. Especialmente a minha mãe.

RESUMO

A evolução das forças produtivas capitalistas no Brasil teve seu início com a abertura dos portos, com as importantes mudanças sociais ocorridas dentro dos latifúndios escravistas, os quais se tornaram latifúndios feudais com o advento da segunda dualidade brasileira, em meio a um processo de diferenciação social diante do desenvolvimento da pequena produção mercantil. A partir da década de 1930, com a importância que o crescimento industrial vinha ganhando na economia brasileira, os dirigentes do Estado Nacional passaram a orientar o desenvolvimento industrial pelo processo de industrialização por substituição de importação. No período entre 1930 e 1980, o Brasil se consolidou como um país industrializado. No entanto, o país assistiu, em seu processo de crescimento econômico, às disparidades regionais, em que o desenvolvimento econômico foi maior no Centro-Sul do país, com destaque para o Estado de São Paulo, em detrimento do restante do país. Apesar das políticas governamentais de descentralização industrial de São Paulo, este passou por um processo de desconcentração concentrada dentro de seu território, passando por um processo de reestruturação urbano-industrial a partir da década de 1970.

PALAVRAS-CHAVE: forças produtivas capitalistas; produção mercantil; crescimento econômico; crescimento industrial; disparidades regionais; reestruturação urbano-industrial.

ABSTRACT

The evolution of capitalist productive forces in Brazil began with the opening of ports, with important social changes happening within large slavery-based estates, which became large feudal estates with the advent of the second Brazilian duality, amidst a social differentiation process in the face of the development of small market production. As from the 1930s, with the gradually acquired importance of industrial growth in the Brazilian economy, National State leaders started directing industrial development through the process of industrialisation by import substitution. In the period between the 1930s and the 1980s, Brazil established itself as an industrialised country. However, the country experienced regional disparities in its economic development process, in which the larger economic development happened in the South-Central region of the country, especially in the State of São Paulo, to the detriment of the rest of the country. In spite of governmental policies of industrial decentralisation in relation to São Paulo, the latter went through a process of concentrated deconcentration within its territory, undergoing an urban-industrial restructuring process as from the 1970s.

KEYWORDS: capitalist productive forces; market production; economic growth; industrial growth; regional disparities; urban-industrial restructuring.

LISTA DE ABREVIACÕES

ATI – Aglomerado Territorial Industrial

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

GEIA – Grupo Executivo da Indústrias Automobilística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMP – Informações dos Municípios Paulistas

IPT-USP – Instituto de Pesquisa e Tecnologia da Universidade de São Paulo

ITB – Instituto Tecnológico de Barueri

II PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

VAFI – Valor Adicionado Fiscal da Indústria

VTI – Valor de Transformação Industrial

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	65
---------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	86
----------------	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	16
Mapa 2.....	18
Mapa 3.....	106
Mapa 4	109
Mapa 5.....	112
Mapa 6.....	116
Mapa 7	120
Mapa 8.....	123
Mapa 9.....	126
Mapa 10	130
Mapa 11.....	131

SUMÁRIO

1. Introdução	13
Capítulo 1 – A evolução da economia brasileira: uma análise a partir do processo histórico da evolução das forças produtivas capitalistas	20
1.1 Teorização do processo histórico da industrialização brasileira .	20
1.2 Gênese do capitalismo no Brasil.....	21
1.3 A Revolução democrático – burguesa no Brasil.....	28
1.4 Estado nacional e o processo substitutivo de importação ...	45
1.5 Conclusão do primeiro capítulo.....	51
Capítulo 2 O processo de industrialização de São Paulo	53
2.1. Os imigrantes no espaço econômico paulista.....	53
2.2 A formação da burguesia industrial de São Paulo.....	58
2.3 Evolução da indústria paulista	62
2.3 Conclusão do segundo capítulo.....	67
Capítulo 3 A reestruturação urbano-industrial de São Paulo	69
3.1 As teorias locacionais e a formação do espaço urbano-industrial paulista.....	69
3.2 A situação das relações sociais de trabalho no processo de reestruturação produtiva instaurada na década de 1990: um estudo de caso em cinco empresas no estado de São Paulo	75
3.3. Visitas às empresas	86
3.4 Formação do Conglomerado Metropolitano Paulista.....	99
3.5 Conglomerado Metropolitano Paulista: análise do mapeamento	105
3.6 A reestruturação urbano-industrial paulista como um processo de metropolização	129
Considerações finais	135
Referências bibliográficas.....	138
Anexos	146

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se refere a uma área de importante interesse das ciências humanas, a geografia política econômica. Será um estudo de geografia industrial em uma das mais importantes áreas econômicas do Brasil, o estado de São Paulo. O território paulista vem sendo objeto de estudos quando se trata do processo de desconcentração e deslocamento espacial da indústria para as suas áreas periféricas. É a partir daí que elaboramos um projeto de pesquisa para compreendermos a reorganização urbano-industrial e se tal processo passou a gerar um novo território urbano industrial metropolitano.

A interpretação e a compreensão do nosso objeto de estudo não estará reduzida a uma escala regional. Ou seja, toda a nossa análise levará em consideração o fato de que o estado de São Paulo faz parte da formação social do Brasil, que a essa altura vinha em um processo de transformação em sua estrutura econômica. Era a transição de uma economia de base primária para um sistema econômico urbano industrial. Por isso, tomamos a liberdade de ter como um dos pilares metodológicos a Economia Política e a Categoria de Formação Social.

Assim, dividimos esse trabalho em três capítulos. No primeiro, procura-se realizar uma teorização do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, abordando aspectos relacionados ao contexto da transição de modo de produção instaurada com a abertura dos portos. Nele resgataremos um referencial teórico a respeito do tema, bem como uma análise do desenvolvimento econômico a partir de 1930, além de analisar a estrutura do Estado, os pactos políticos que o formaram, e as políticas públicas que contribuíram para esse processo. A constituição de um aparato burocrático estatal instaurado a partir daí engata o desenvolvimento econômico do país sob os pilares da política de substituição de importação, caracterizando, dessa maneira, o capitalismo pelo alto. Ou seja, a instauração de um processo de revolução democrático-burguesa firmou a ascendência da classe industrial diante de uma oligarquia agrária detentora de um ideal no qual estava a defesa da vocação agrária do Brasil em contraposição à modernização da economia. E é nesse momento que podemos observar o processo de concentração industrial em São Paulo, garantindo a sua primazia.

Mas também vamos dar o devido tratamento histórico dialético ao desenvolvimento econômico do estado de São Paulo. Assim, ao nosso juízo, é sugestivo ter como ponto de partida, para uma

interpretação que considera a totalidade, o contexto da economia cafeeira, pois é notável que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em solo paulista surge no âmbito dos grandes cafezais do século XIX. Por isso, elaboramos um segundo capítulo no qual serão abordados os fatores relacionados ao contexto dessa monocultura, a mola propulsora da industrialização paulista. É o momento no qual podemos observar algumas transformações na estrutura social com o desenvolvimento da pequena produção mercantil, e também a criação de núcleos urbanos industriais provenientes da economia cafeeira.

Desse modo, entendemos que o fenômeno de reestruturação urbano-industrial em São Paulo deve ser compreendido, por exemplo, não ficando totalmente retido na lógica de localização industrial que considera os seguintes mecanismos: mercado consumidor, mão de obra, energia elétrica, sistema de transporte, um ambiente industrial e a presença de centros de pesquisas e tecnologia. É preciso dar um tratamento histórico dialético para uma compreensão da distribuição espacial da indústria em solo paulista de modo a não se perder de vista a história, uma vez que o nosso trabalho tem como metodologia uma interpretação do espaço geográfico com o apoio de um arcabouço teórico marxista. Ou seja, para origem das primeiras indústrias num determinado espaço, não basta apenas dispor de técnicas (maquinário, infraestrutura), bem como a existência de insumos. É indispensável que se forme uma estrutura socioeconômica onde são formados os pilares do modo de produção capitalista. No caso do estado de São Paulo, a economia cafeeira com o desenvolvimento da pequena produção mercantil alavancou as forças produtivas capitalistas dando origem ao ambiente urbano industrial de maior importância do país.

Por fim, no terceiro e último capítulo, trataremos do processo de reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo apreciando uma literatura a respeito das teorias de localização industrial, a dinâmica da reestruturação produtiva e os impactos nas relações sociais de trabalho na periferia do sistema. Além disso, o trabalho contará com um mapeamento da metropolização de São Paulo a partir da década de 1950. Terá como um parâmetro de análise a gênese e a evolução da indústria e o seu deslocamento industrial ao longo dos principais eixos rodoviários do estado de São Paulo. Para isso realizamos um mapeamento da produção industrial e pudemos constatar a distribuição dos estabelecimentos no território paulista. Foram confeccionados onze mapas. O mapa de número um trata da distribuição dos primeiros núcleos industriais na década de 1920, evidenciando a importância da capital de algumas cidades interioranas. É possível verificar, nos rumos

da industrialização paulista, uma localização desequilibrada dos estabelecimentos industriais. A começar pela formação da região Metropolitana de São Paulo, com a criação de subúrbios industriais, como o caso da região do ABC Paulista, onde ocorreu um deslocamento das atividades industriais já na década de 1920. Essa, posteriormente, tornou-se uma das mais importantes áreas industriais do país.

MAPA 1

Em tal fenômeno, pudemos observar que o fator das vias de transporte teve bastante importância para esse processo de reestruturação urbano-industrial. As ferrovias passaram a desenhar inicialmente o mapa das aglomerações industriais, tanto nas áreas interioranas, como na Metrópole Paulistana. Posteriormente, as rodovias tiveram o mesmo papel, sobretudo pela facilidade de escoamento dos produtos. Desse modo, com a infraestrutura montada, o mercado consumidor e um parque industrial diversificado passaram a ser fatores que contribuíram para que o estado de São Paulo detivesse a maior parte dos estabelecimentos industriais do país.

Os mecanismos para a dispersão industrial foram a necessidade de maiores espaços para uma indústria que crescia, a elevação dos preços dos terrenos e o crescimento da organização sindical. Somam-se a isso os problemas urbanos que foram evoluindo nas áreas urbanas paulistas: trânsito, moradias irregulares e planejamento urbano. Assim, é possível verificar um transbordamento das atividades econômicas, sobretudo a partir de 1950, para as áreas periféricas da grande São Paulo e em direção às regiões que, desde os primórdios da industrialização paulista, concentram atividades industriais (Sorocaba, Campinas, Vale do Paraíba).

Para compreender esse processo de reestruturação urbano-industrial no território paulista, confeccionamos sete mapas que buscaram traçar a distribuição espacial da indústria desde o período de 1950 até o ano de 2012. Mas antes de iniciarmos a análise do mapeamento, resolvemos traçar a atual configuração regional do estado de São Paulo, como mostra o mapa de número dois. O território paulista é dividido em treze regiões administrativas e quatro regiões metropolitanas segundo o SEADE. Nestas últimas, como será visto nos mapas, acabou gerando-se um conglomerado urbano-industrial contínuo seguindo os principais eixos viários.

MAPA 2

A ordem dos mapas ficou da seguinte forma: entre os decênios de 1950 e 1980, utilizamos a variável VPI (Valor da Produção Industrial), e para os anos de 1996, 2005 e 2012 utilizamos a variável VAFI (Valor Adicionado Fiscal da Indústria). Assim, foi possível apreender a participação percentual de cada município e diagnosticar onde foi se concentrando a indústria.

Para uma melhor compreensão do processo de reestruturação urbano-industrial, na elaboração dos mapas distribuimos os municípios mais representativos em cinco níveis de concentração da indústria dentro de valores de VPI e VAFI, de modo que cada nível representa uma cor na legenda dos mapas. Para a criação das legendas, que se referem aos níveis de concentração industrial dos municípios, utilizamos um esquema interpretativo que Selingard-Sampaio (2009) forjou em seu livro “Indústria e Território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005”. A cidade de São Paulo, representada na cor preta, na medida em que reduz a sua participação, faz com que os valores dos níveis de concentração se reduzam nas legendas com o decorrer dos períodos em análise. Isso é o reflexo do processo de realocação industrial dentro do território de São Paulo. Além disso, utilizamos aqui uma nomenclatura desenvolvida por Selingardi-Sampaio (2009) quando se refere aos espaços de concentração industrial do estado paulista, denominada por ATI (Aglomerado Territorial da Indústria).

Realizamos também um estudo de geografia industrial da área citada. No aspecto mão de obra, foram tratados ainda temas relacionados ao sindicalismo no Brasil pós-abertura comercial da década de 1990. Para isso, realizamos no ano de 2015 um trabalho de campo em algumas cidades dentro espaço urbano industrial paulista. Foram realizadas visitas técnicas a cinco indústrias nas cidades de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Guarulhos e Barueri. Nosso trabalho de campo foi realizado em cinco empresas de variados ramos industriais entre os meses de janeiro e outubro no ano de 2015: Brasilgráfica S/A Indústria Gráfica, Supercromo Beneficiamento de Metais, Asa Alumínio S/A, Fertimat Indústria de Máquinas Operatrizes e a Bardella Indústria Mecânica S/A. O objetivo das visitas foi realizar um diagnóstico da atual situação das relações de trabalho dentro das plantas fabris diante do processo de reestruturação produtiva e espacial pelo qual passou o sistema produtivo do capital na região citada.

Capítulo 1

A evolução da economia brasileira: uma análise a partir do processo histórico de evolução das forças produtivas capitalistas

1.1. Teorização do processo histórico da industrialização brasileira

No processo da evolução capitalista brasileira devemos chamar a atenção para um fator importante. Como observou Ignácio Rangel, “as mudanças no Brasil são provocadas por pressão de baixo (das forças produtivas em última instância) e controladas e postas em prática de cima pra baixo” (MAMIGONIAN, 1987, p. 64 apud). A crise na economia mundial na década de 1930 iniciou uma industrialização de forma mais ordenada, conduzida pelos incentivos estatais. Os governos, com os seus planos de desenvolvimento econômico, tiraram o país de uma dependência econômica agrícola, conduzindo-o a um estágio industrial. Mas isso também serviu aos interesses dos capitais externos, que aqui se instalaram para dar andamento ao processo de acumulação do capital em escala internacional.

Devido à importância política, social e econômica que a industrialização vinha alcançando na sociedade brasileira, a partir da década de 1950 é que os estudos acadêmicos passaram a dar importância a tal fenômeno (MAMIGONIAN, 1976- 2000). Mamigonian (2000), quando redigiu “Teorias sobre a industrialização brasileira”, constatou que alguns trabalhos não levam em conta o processo histórico de acumulação primitiva que pôde ser observado no Brasil. Ou seja, com a abertura dos portos, as atividades comerciais passaram a ter relações com o capital industrial inglês. Como consequência, ocorre o desenvolvimento de uma pequena produção mercantil, onde foi possível observar um processo de diferenciação social dentro do espaço econômico brasileiro, com destaque para São Paulo e o Sul do Brasil.

O debate resgatado por Mamigonian (2000) permitiu esquadrihar as diferentes interpretações acerca do processo de industrialização que daí decorreu. Para este autor, a teoria da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) sustentava a ideia de que a industrialização se deu pela substituição de importação de artigos estrangeiros presentes no mercado consumidor interno, processo que se deu a partir da década de 1930, com a forte presença do Estado nacional para promover o crescimento industrial brasileiro. A crise no comércio internacional estimularia, de acordo com a visão cepalina, uma

produção interna, em razão da redução da capacidade de importações de gêneros industrializados.

Uma segunda teoria é aquela da dependência econômica. Ela relacionava o processo de industrialização do país à dependência do capital externo, sobretudo à presença de empresas multinacionais, associadas à forte presença do Estado e ao capital privado nacional. Desse modo, o processo da industrialização brasileira deixaria de ser um processo autônomo.

A terceira teoria remete aos ciclos de acumulação capitalista. Ela se refere aos ciclos de Kondratieff, com duração de 50 anos e incidência mundial, e aos ciclos de Juglar, com duração de 10 anos e incidência nacional. Segundo essa teoria, a dinâmica do capitalismo mundial acabava interferindo nos países periféricos. Isso porque, na divisão internacional do trabalho, os países periféricos estavam encarregados de fornecer produtos primários ao centro do sistema. Em fases de crises do ciclo longo, geravam-se capitais ociosos que eram transferidos para produção de artigos que antes eram importados. Isso abre um movimento cíclico interno na economia nacional que comanda a acumulação a partir dos anos 30. Para Mamigonian, as duas primeiras teorias são teses estagnacionistas, e somente a teoria dos ciclos permitiria apreender a dinâmica da acumulação nacional.

Uma outra falha das interpretações, segundo esse autor, está na pouca importância atribuída à gênese do processo.

1.2 Gênese do capitalismo no Brasil

O resgate do debate acerca do processo de industrialização brasileira nos estimula a não abandonar a questão das estruturas sociais estruturadas ao longo do processo histórico. A necessidade de uma historicização para que seja possível ter uma visão do todo no processo de evolução das forças produtivas capitalistas é resgatada por Santos (1977, p. 81). De acordo com o referido autor, para não se ter uma visão apenas da “forma das coisas”, e para que não nos limitemos apenas à compreensão das “coisas já cristalizadas”, é necessário partir da história.

É dessa maneira que podemos estabelecer, por exemplo, relações entre a entrada dos imigrantes em substituição ao trabalho escravo, o desenvolvimento da pequena produção mercantil e ao assalariamento nas lavouras cafeeiras ao longo do século XIX como responsáveis pela evolução do capitalismo no Brasil. Processo que se deu dentro de um espaço em que ainda estava fortemente ligado ao passado colonial e que proporcionaria, a partir de então, uma

diferenciação social dentro do primitivo modo de produção e, conseqüentemente, dirigiria o Brasil para uma economia capitalista. Pois, como observou Santos (1977, p. 84), nenhuma “sociedade tem funções permanentes”, nem seu “nível de forças produtivas é fixo” e nem marcado “por formas definitivas de propriedades”.

O embrião do capitalismo brasileiro nasce com a fase depressiva do primeiro Kondratieff (1790/1848), em que ocorreu a mudança do centro hegemônico em relação ao Brasil, possibilitando o desenvolvimento da pequena produção mercantil.

A ideia de que há a necessidade de um enfoque espaço-temporal é também presente em Milton Santos no livro “Por uma Geografia Nova” (2008, p. 253). Ou seja, é preciso ter o cuidado de não isolar a variável “espaço” da variável “tempo”, pois os eventos possuem relações recíprocas, os quais “são, ao mesmo tempo, espaciais e temporais”.

Isso significa que para qualquer estudo de um espaço urbano-industrial, um objeto geográfico, há a necessidade de voltar ao processo histórico. Isto porque essa configuração territorial, composta por estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades (SANTOS, 2012), é também “o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural”, que passa a ser substituída “por uma natureza humanizada” (SANTOS, 2012, p.62). Mas voltar ao passado, como sugerido por Santos (2012), é também partir de um momento no qual é possível, como propõe Lukács (1981, p. 66), estabelecer “um tratamento histórico dialético”, e isso como forma de apreender a “inteligibilidade da história”. Afinal,

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais complexa e desenvolvida. As categorias que expressam suas relações e que permitem compreender sua estrutura permitem, ao mesmo tempo, penetrar na estrutura e nas relações de produção de todas as formas anteriores de sociedade, sobre cujas ruínas e com cujos elementos essa sociedade burguesa se construiu, e das quais contém ainda elementos parcialmente não superados, na medida em que nela se desenvolve, em todo o seu significado, o que naquelas era apenas indicado, etc. A anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco. (LUKÁCS, 1981, p. 94 apud MARX, 1953).

Milton Santos (1977, p. 87), em “Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”, procurou deixar claro que um modo de produção, quando surge, não deixa de estar ligado com o antigo, pois “o modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho”.

Para resgatar o processo histórico do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil, é necessário partir da economia colonial. Essa é uma condição para estabelecer um tratamento dialético entre o antigo modo de produção e o novo que emergiu. Afinal, a sociedade capitalista brasileira que se formou no curso do século XIX ainda estava, nesses inícios, bastante submetida às antigas relações de produção coloniais. Noutros termos, tratar da evolução do capitalismo brasileiro significa investigar a passagem do modo de produção escravo para o modo que se organiza com o capitalismo mercantil, que emerge no antigo espaço do Brasil pós-independência. Afinal, como assinala Santos (2008, p. 254), as “relações entre os períodos históricos e a organização espacial devem ser analisadas”, já que frequentemente “elas nos revelarão uma sucessão de sistemas espaciais na qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando”.

Na velha colônia portuguesa, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, podemos observar que o antagonismo entre os modos de produção se estabeleceu com a troca da hegemonia portuguesa pelo capital industrial inglês. Com a abertura dos Portos, instaura-se a primeira dualidade brasileira¹ (RANGEL, 1981). É o momento no qual começam a ocorrer mudanças em relação às formas de exploração do trabalho. Antes de 1822, o Brasil mesclava dentro de sua estrutura social um modo de produção onde havia uma combinação entre elementos mais primitivos de exploração de trabalho, o escravo, com um sistema de propriedade de caráter feudal. É a partir de então que é possível observar que, com o rompimento com o capital mercantil

¹ O processo de evolução capitalista brasileiro se deu em meio a uma estrutura socioeconômica marcada por dualidades. Essas dualidades, como observa Mamigonian (1987), se iniciam em 1822 e vão acompanhando o desenvolvimento econômico brasileiro. Até a década de 1970 é possível observar que o Brasil entraria em sua quarta dualidade. Podemos caracterizar como dualidades porque se estabeleceu no país uma “combinação de modos de produção distintos”, permitindo que se fale “em dualidade da formação socioeconômica brasileira”. E cada dualidade brasileira, ainda com as palavras do referido autor, se inicia junto aos “chamados ciclos longos da economia capitalista” (MAMIGONIAN, 1987, p.65).

português, manteve-se a antiga estrutura social, com o mesmo regime de propriedade. Assim, o antagonismo se estabelece entre o modo de produção mercantil que passou a se desenvolver ao lado da antiga classe dos senhores de escravos, a qual, segundo Ignácio Rangel (1981), será a classe hegemônica que emergiu com o advento da primeira dualidade brasileira.

No contexto da evolução econômica brasileira, a atividade cafeeira era a mais importante no século XIX e início do século XX. Naquele momento, ela se encontrava em plena expansão (CANO, 2007). Um dos fatores para o aumento da produção foi a entrada de imigrantes europeus nas lavouras em substituição ao trabalho escravo (MAMIGONIAN, 1976). O novo contingente populacional brasileiro, que a partir de então passou a contar com a presença dos imigrantes, foi importante para a superação do modo escravista de produção. Processo que, naquele momento, segundo as palavras de Furtado (1989, p. 151), foi responsável pelo “aumento do setor assalariado”. Este estabeleceu uma nova relação social de trabalho e permitiu a formação de um mercado consumidor.

Com essas transformações, podemos observar um dinamismo das atividades comerciais devido à formação de um mercado consumidor interno proporcionado pelo assalariamento, como observou Furtado (1989), mas também pelo aumento da população brasileira, assinalada por Mamigonian (1976).

Dobb (1977, p. 211) observa que em diversas partes do mundo o embrião das relações capitalistas nasceu dentro dos pequenos modos de produção mercantil que surgiam com a “emancipação parcial da exploração feudal”. Nesse processo, os pequenos produtores “podiam guardar para si mesmos uma parte do produto excedente”, acumulando capital e levando a “um processo de diferenciação de classes no interior da economia de pequenos produtores”. Ou seja, uma massa de trabalhadores, de camponeses arruinados, ao lado de uma pequena quantidade de produtores numa condição melhor, em que pudessem ascender socialmente.

As condições no Brasil se tornaram favoráveis ao mesmo processo observado por Maurice Dobb. Primeiramente, pela repercussão do dinamismo da economia mundial com os ciclos de Kondratieff. As variações dos ciclos longos refletiam no desenvolvimento da pequena produção mercantil, a qual era dinamizada nas fases de expansão da economia capitalista, onde se “produzia excedentes exportáveis nas fases a, e substituía produtos importáveis, nas fases b dos ciclos” (RANGEL, 198, p.13).

Diante dessas condições, sobretudo nas terras roxas paulistas, com os imigrantes europeus inseridos nos latifúndios escravistas cafeeiros, permitiu-se um processo embrionário de acumulação, quando mais não seja porque estes traziam “o capitalismo em seus ossos, mesmo que não dispusessem de nenhum capital, mas apenas de iniciativa, habilidades especiais e engenhosidades” (MAMIGONIAN, 1976, p. 87). É assim que surgiram “pequenos produtores independentes”, os quais, “além dos salários que recebiam, tinham o direito de realizar cultivos onde puderam acumular” e aplicar o capital em pequenas indústrias que surgiram nas cidades. Estas que eram abastecidas pela “mão de obra escrava especializada (negros de aluguel), além dos trabalhadores urbanos livres, muitos dos quais imigrantes estrangeiros recém-chegados” (MAMIGONIAN, 2000, p. 41-43). Desse modo, como observou Rangel (1981), o espaço latifundiário tornou-se menos agrícola, com a realocação de mão de obra e de recursos em outras atividades, onde se pôde observar um desenvolvimento das forças produtivas e novas formas de exploração do trabalho.

Isso permitiu que o excedente que poderia ser produzido ao longo desse período pudesse ser empregado em outras atividades, principalmente pelos imigrantes europeus, que souberam tirar proveito dessa possibilidade ao trazer consigo relações de produção mais desenvolvidas e estabelecer o amadurecimento do capitalismo da maneira como assinalou Marx, também observado por Dobb (2009, p. 226), onde:

Dois tipos diversos de donos de mercadoria têm de se defrontar e entrar em contato: de um lado, os donos do dinheiro, meios de subsistência, desejosos de aumentar a soma de valores possuídos pela compra da força de trabalho de outras pessoas; de outro, os trabalhadores livres, vendendo a sua própria força de trabalho.

Isto se satisfaz ainda mais com a emergência da segunda dualidade (1888-89), momento no qual já se havia formado uma multidão de escravos disponíveis como trabalhadores livres (RANGEL, 1981). Obviamente, outra parte do contingente disponível vendendo a sua força de trabalho se formou com os imigrantes, dos quais muitos eram trabalhadores fugitivos ou burgueses arruinados que chegavam ao Brasil à procura de melhores condições de vida e recorriam ao espaço

urbano industrial que se formava, onde se tornavam operários nas fábricas (MAMIGONIAN, 1976).

Quanto à atividade mercantil, o dinamismo do comércio, ocasionado pela dinâmica da economia mundial, não significou o declínio ou a dissolução das relações feudais no Brasil. Pelo contrário, com o advento da segunda dualidade (1889/1930), mesmo em condição de classe subalterna, conforme observou Mamigoninan (1987), os senhores de escravos se transformaram em senhores feudais, estabelecendo o monopólio da terra.

Assim, no Brasil as atividades comerciais passaram a conviver ao lado de relações feudais mais fortalecidas no desenrolar do século XIX. Pois, junto ao processo de “esvaziamento das relações de suserania-vassalagem” com a Coroa, processo iniciado na primeira dualidade, chega à fazenda, de forma direta, o capitalismo mercantil, que “surgiu como um elemento comum aos dois polos da dualidade”, o interno e o externo (RANGEL, 1981, p. 23).

Verifica-se no Brasil que as atividades comerciais não significariam a dissolução das relações feudais no que diz respeito à propriedade da terra, a exemplo das tradicionais formações sociais. Dobb (2009, p. 48) tratou de analisar “o recrudescimento do feudalismo da Europa Oriental no final do século XV”, onde se observou o fortalecimento “do antigo sistema de produção que estava associado ao crescimento da produção para o mercado”. Ou seja, o feudalismo se define pelas “relações que existem entre produtor direto e seu superior imediato, ou senhor, e no teor sócio-econômico da obrigação que os liga entre si” (DOBB, 2009, p. 44). Ao formar aquela massa de escravos liberta, mas sem condições de acesso à terra, logo, incapaz de reproduzir a sua própria vida, é que se explica o fortalecimento das relações feudais no interior dos grandes latifúndios brasileiros no decorrer no século XIX.

Com a expansão do mercado consumidor proporcionada pelo aumento da população brasileira, e pelo processo de assalariamento no período de expansão da economia cafeeira, impulsionou-se o desenvolvimento de uma indústria produtora de bens de consumo de primeira necessidade, alimentos, calçados, têxtil, a partir de meados do século XIX. Isso fez com que o setor industrial começasse a se tornar importante para a economia brasileira (SAMPAIO, 2009) a ponto de oitenta anos mais tarde o Estado nacional passar a conduzir a modernização econômica brasileira. Diante disso, a Revolução de 1930, que foi um acontecimento importante no cenário político brasileiro, leva a industrialização brasileira para um novo rumo.

Com o advento da terceira dualidade brasileira, o que pôde ser observado é que o processo de evolução do capitalismo brasileiro se caracteriza, a partir de então, por seguir mais fortemente o caminho da “via Prussiana”, como observou Lenin (1988) no desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

Com a crise na economia mundial, instaurada nos anos de 1920, a economia agrária brasileira, pautada principalmente na exportação de café, passa por um momento de depressão, despertando o interesse do Estado Nacional em promover o desenvolvimento econômico tendo como pilar o desenvolvimento industrial que já vinha, segundo Negri (1996), ganhando impulso.

Pode-se dizer também que, nesse momento, instaura-se no Brasil um processo característico ao que Gramsci (2002) verificou na Itália, e a relativa fraqueza de sua burguesia durante a unificação nacional, a qual deixou de tomar o poder em suas mãos, dando lugar a uma espécie de revolução passiva. Caso igualmente semelhante, segundo Gramsci (2002, p. 84), ao da Alemanha, na qual:

“O movimento de 1848 fracassa em razão da escassa concentração burguesa (a palavra de ordem de tipo Jacobino foi dada pela extrema-esquerda democrática: “revolução permanente”) e porque a questão do renovamento estatal se entrelaça com a questão nacional; as guerras de 1864, 1866 e 1870 resolvem, ao mesmo tempo, a questão nacional e a de classe num tipo intermediário: a burguesia obtém o poder econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permanecem como estrato governamental do Estado político, onde gozam de privilégio (GRAMSCI, 2002, p. 84).

A partir de 1930, os grandes latifundiários feudais se tornaram a classe hegemônica no Brasil. Os quais, de uma maneira natural, iriam defender os seus interesses, voltados à economia agrária. Ao mesmo tempo, “a burguesia industrial passou a crescer gigantesicamente no período posterior a 1930, mas como uma classe subalterna” (MAMIGONIAN, 1987, p. 65). Daí que, para o desenvolvimento industrial, foi preciso contar com a mão dos dirigentes do Estado Nacional, os quais, antes de 1930, haviam sido sempre representantes da oligarquia agrário-comercial brasileira, “decorrendo daí atitudes

governamentais” contrárias “em relação à industrialização, que iam desde a indiferença até a hostilidade aberta”. Com a Revolução de 1930 isso mudou, especialmente durante os dois períodos de governo de Getúlio Vargas. Durante o seu segundo mandato, em particular, “houve uma tentativa séria de planejar a promoção do desenvolvimento industrial brasileiro”. Com o governo Juscelino Kubitschek, o Estado brasileiro se transformou em um instrumento razoavelmente eficiente de desenvolvimento do país (SAMPAIO apud PEREIRA, 2009, p. 146).

De acordo com Araújo (2003), é a partir deste momento que a industrialização brasileira passou a se fazer de modo mais organizado. Tal processo inicia-se com a referida revolução, a qual mostrou mudanças de interesses em relação à vida econômica do país. O modelo econômico ligado ao setor agrário-exportador passou a perder sua importância.

De acordo com Nascimento (2002), chega-se ao fim a política denominada “café com leite” em vigor na República Velha. Isso porque, com a crise do café, ocorre o enfraquecimento das oligarquias cafeeiras. Estas últimas apoiavam os governos locais e regionais em busca de seus interesses econômicos. Com o declínio da economia cafeeira, São Paulo e Minas Gerais deixam de exercer uma forte influência na vida política do país: “assumem o governo federal grupos menos comprometidos com o comércio de exportação e importação, elementos que poderiam ser mais favoráveis à industrialização”. Portanto, podemos assinalar que, com a Revolução de 1930, a economia agrário-exportadora vai perdendo a sua importância, mas deixa como legado o desenvolvimento das atividades industriais que surgiram com as importantes transformações sociais e econômicas dentro do seu contexto.

1.3 A revolução democrático-burguesa no Brasil

Há uma vasta literatura que trata do processo de industrialização brasileira, caracterizada como um processo de substituição de importação, com a forte atuação do Estado, o qual atuava em setores estratégicos da economia com os programas econômicos e, não obstante, a presença de capitais externos. Processo que passou a ocorrer a partir de 1930, estimulado pelo potencial do mercado consumidor interno.

Procura-se, neste trabalho, não se limitar à importância da atuação do Estado como um ator nas estratégias para o desenvolvimento econômico do país. Para uma interpretação não caótica do processo de

evolução capitalista no Brasil, faz-se necessária uma análise do tipo de revolução burguesa que se instaurou no Brasil.

A análise aqui busca uma interpretação partindo do materialismo histórico. É partindo daí que se pode adentrar na história, pois, como assinalou Lukács (1981, p. 67), uma abordagem dessa natureza nos permite “penetrar no seu condicionamento histórico enquanto tal e abandonar a perspectiva a partir da qual eles são dados como imediatos”.

Falar em condicionamento histórico significa dizer que, na evolução das forças produtivas de um país, a dialética dá luz ao entendimento da transformação que se operou no curso do seu processo de desenvolvimento econômico. Como em muitas formações sociais, instaurou-se no Brasil uma revolução democrático-burguesa, e esse é o ponto de partida para o entendimento das mais diversas transições dos modos de produção.

Marx (1983, p. 24-25) elucidou muito bem isso no prefácio da “Contribuição à Crítica da Economia Política”. Para ele, um modo de produção só irá desaparecer quando o modo consequente estiver com todas as suas forças produtivas desenvolvidas. Desse modo, a transição de uma organização social para outra irá ocorrer diante de revoluções, pois:

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura.

Marini (2000, p.70) caracteriza a revolução de 1930 como sendo uma revolução que levaria ao “processo de modernização das estruturas econômicas do país”. O polo agrário exportador, nesse

processo, perderia a sua importância na economia nacional dando espaço para o capitalismo industrial. Para Marini (2000, p. 73), além de ser um “processo de modernização das estruturas econômicas do país”, tal revolução estava revestida por um “conteúdo anti-imperialista e anti-feudal”. O resultado da revolução seria uma “revolução democrático-burguesa” revestida por um “antagonismo nação/imperialismo e um dualismo estrutural que oporia o setor pré-capitalista ao setor propriamente capitalista”.

Consolida-se no Brasil o processo de revolução burguesa. Essa encaminharia a modernização da estrutura econômica do país. O processo de modernização da economia em muitas nações exigiu da burguesia capitalista uma postura reacionária para conquista do poder. É que nessas nações o processo não partiria da ação da burguesia diretamente.

Não se deve perder de vista que a revolução democrático-burguesa instaurada no Brasil, ela mesma modernizadora da economia nacional, foi conduzida pela estrutura de poder estabelecida no aparelho político estatal a partir de 1930. O Estado passou a conduzir a vida econômica e social do país, já que o empresariado encontraria como um empecilho para a sua revolução a velha aristocracia rural.

Para analisar este processo instaurado no país, nos debruçamos sobre a discussão trazida por Diniz (1987), para o qual, para compreender o comportamento político do empresariado, é necessário não se limitar às abordagens das teorias clássicas. Tais abordagens, segundo a ótica do autor, limitam-se a um determinismo. A crítica de Diniz (1978a, p.25) é em relação a duas perspectivas teóricas tradicionais, as quais, segundo o autor, possuem concepções ortodoxas. Em uma, o Estado é concebido como instrumento de dominação da classe. Nessa proposição, utilizando-se das palavras do autor, “o cerne da explicação estaria dado pelo desdobramento das determinações que emanam da sociedade civil”. Na segunda proposição, pode-se pensar em um “Estado como uma entidade distinta e autônoma”. Nesse caso, ter-se-ia a ideia de “que a dinâmica da política é irreduzível a tais determinações” distintas e autônomas, que assumiriam “o primeiro plano”, e as “fontes do poder político organizado no Estado” não mais estariam “necessariamente vinculadas ao jogo de interesses de classe”.

Já que se pretende trazer o estudo aqui em questão para o campo teórico do marxismo, é necessário, de acordo com Diniz (1987, p. 26), reconhecer a especificidade de cada sociedade. Para defender a sua tese, Diniz (1987) sugere a importância de reconhecer autores como Gramsci, o qual, de acordo com as palavras do primeiro, teve o mérito

de “evitar o viés mecanicista da noção de determinismo econômico, ressaltando o papel da vontade e da consciência”. Além disso, deve-se acrescentar, ainda utilizando as suas palavras, que nas sociedades periféricas “o capitalismo industrial não implicou a passagem de um modo de produção para outro, mas, ao contrário, observou-se a sobrevivência de modos arcaicos como componente fundamental da expansão capitalista” (DINIZ, 1987, p. 26). Isso foi bem observado por Mamigonian (1987) e por Ignácio Rangel (1981), os quais realizaram uma análise das combinações dos modos de produção estabelecidos no Brasil entre os séculos XIX e XX.

Quando se trata da evolução capitalista de um país, não podemos deixar de analisar as estruturas socioeconômicas em vigor. No processo de evolução do capitalismo, tais estruturas nem sempre estarão ligadas ao pensamento capitalista, ou seja, ainda podem estar fortemente ligadas às antigas relações sociais de produção. Assim, é importante analisá-las quando a economia de um Estado está passando por esse processo de transição. As vias de transição poderão ocorrer da forma pela qual a burguesia capitalista alcançará de forma ativa, como ocorreu em alguns países europeus, o poder.

No prefácio à segunda edição da obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, Lenin faz uma análise da estrutura socioeconômica russa assinalando duas grandes vias de evolução capitalista. O próprio autor nesse trabalho diz que “são possíveis combinações infinitamente diversas dos elementos de ambos os tipos de evolução” (1988, p. 11).

Segundo Lenin, essa revolução estaria ligada à “dualidade do campesinato” (1988, p. 9). Um dos caminhos levaria à manutenção da antiga estrutura produtiva, implicando num lento processo de evolução capitalista, pois nesse caso, “a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços à servidão, se conserva”. Destarte, nessa situação “toda a estrutura agrária do Estado se torna capitalista conservando por muito tempo traços feudais” (1988, p. 10).

A outra maneira pela qual poderia ocorrer a evolução capitalista do país seria, como assinalou o autor, “a revolução levar à destruição do latifúndio liquidando todos os vestígios de servidão, o regime da grande propriedade fundiária” (1988, p. 10). Essa via, como assinala Silva, fazendo referência a Marx (1999, p.105 apud MARX, 1988), é a “via realmente revolucionária” de transição, onde os capitalistas são “oriundos das fileiras dos produtores”, nascidos por efeito de “alguma acumulação de capital no interior do próprio pequeno modo de

produção”, sendo, portanto, a chamada via clássica de transição, como o exemplo do modelo norteamericano.

Das duas possibilidades, foi pela primeira hipótese que eclodiu e seguiu a revolução russa de 1905. Essa é caracterizada por Lenin como a via Prussiana, por nós já referida. É a via de tipo “*junkers*”².

Como já sugerimos, o processo de evolução capitalista brasileiro se deu em meio a uma estrutura socioeconômica marcada por dualidades. Essas dualidades, como observa Mamigonian (1987), se iniciam em 1822 e vão acompanhando o desenvolvimento econômico brasileiro. Até a década de 1970, é possível observar que o Brasil teria passado por quatro dualidades. Podemos caracterizar como dualidades porque se estabeleceu no país uma “combinação de modos de produção distintos”, permitindo que se fale “em dualidade da formação socioeconômica brasileira”. E cada dualidade brasileira, ainda com as palavras do referido autor, se inicia junto aos “chamados ciclos longos da economia capitalista” (MAMIGONIAN, 1987, p. 65).

A combinação de modos distintos de produção instaurados com as dualidades da economia brasileira levou ao processo da revolução burguesa no Brasil. O processo da evolução das forças produtivas capitalistas diante de um antagonismo entre a burguesia industrial emergente e a velha aristocracia rural, a qual permanece no poder ao longo do período de industrialização brasileira.

É possível depreender até aqui que o modelo de transição estabelecido no Brasil seguia uma das formulações de Lênin, a via Prussiana. No entanto, é importante ressaltar aqui que é possível encontrar em algumas regiões do Brasil modelos de transições do tipo norteamericano, ou seja, a via clássica, como assinala Silva (1999, p. 106). Entre os exemplos estão “as zonas de pequena produção mercantil que vão se formar a partir da segunda metade do século XIX em áreas como o planalto paulista, o nordeste catarinense e cidades como Caxias do Sul e São Leopoldo no Rio Grande do Sul”.

No caso específico da industrialização do nordeste catarinense, Silva (1999, pp.101- 102 - 103), expõe duas assertivas a respeito do processo de transição, as quais são constatadas em estudos pertinentes ao assunto: “origem do processo de industrialização partindo do capital comercial; e a tese dos empreendimentos schumpeterianos”. Segundo ele, para tal compreensão, deve-se partir “dos grandes tipos de formação econômica social que historicamente estiveram na base da evolução

² Trata-se da “denominação dada, na Prússia, aos grandes proprietários agrários da nobreza” (LENIN, 1988, p. 10).

capitalista e das origens da burguesia nas mais diversas regiões do planeta” (1999, p. 105).

Conforme observa Gramsci (2002, p. 62) no que diz respeito ao alcance do poder de uma classe, esse processo ocorre de duas maneiras: “como domínio e como direção intelectual e moral”. É dessa forma que o referido autor irá analisar o caso italiano, no qual “Os moderados continuaram a dirigir o Partido da Ação”, caracterizando o sistema estatal italiano em meados do século XIX por um transformismo político, social e econômico. Diante da transformação da superestrutura italiana é que Gramsci irá elaborar o conceito de revolução passiva, que “tornou possível o Rissorgimento (a unidade nacional italiana) nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem Terror, como revolução sem revolução, ou seja, como revolução passiva, para empregar uma expressão de Cuoco [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 63)³.

Pode-se dizer que também no Brasil ocorreu um transformismo na vida política. Afinal, trata-se de uma história marcada pela conservação da antiga superestrutura, desencadeando uma revolução democrático-burguesa de tipo passiva.

Como sugere Pereira (1985, p.19), quando se trata do processo de desenvolvimento econômico num determinado Estado, deve-se considerar que se trata de “um processo social global no qual as estruturas econômicas, políticas e sociais do país sofrem contínuas e profundas transformações”. Desse modo, seguindo as proposições do referido autor, não se deve considerar, quando se pretende discorrer acerca do desenvolvimento, apenas uma dessas variáveis isoladas. Pois “um sistema social é constituído de relações tanto econômicas como sociais e políticas”, e essas relações são interdependentes, de forma que,

³ Segundo Silva (2011, p.53, apud GRAMSCI, 1987, p. 77), vale lembrar que na “definição de Gramsci, a revolução passiva é aquela em que se observa ‘a necessidade da tese de desenvolver-se integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar superar’”. Ainda segundo Silva, “É certo que o autor faz um uso relativamente amplo do conceito, sempre, porém, atentando para as especificidades nacionais. Assim, estabelece “modalidades de revolução passiva, classificando-as em formas atrasadas (Itália), intermediárias (Alemanha) e avançadas (Inglaterra)”, a última desse modo classificada pela maior presença do elemento jacobino, não obstante a permanência de quadros da aristocracia, que ainda assim mostram-se mais abertos aos elementos provenientes da burguesia e dos intelectuais (SILVA, 2011, p. 53, apud WERNECK VIANNA, 2004, pp. 100 e 102; GRAMSCI, 1995, pp.17-18).

“quando algumas relações sofrem alterações, as outras receberão necessariamente as influências das modificações havidas”. Assim, “Quando houver modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão na estrutura política e social e vice versa”⁴.

Como já indicamos, uma importante análise a respeito do caráter da Revolução democrático-burguesa instaurada no Brasil foi aquela realizada por Diniz (1978a, p. 27-28). O autor se debruça na abordagem da vasta literatura que trata do desenvolvimento político e econômico brasileiro, a qual trata da condição em que se encontrava a burguesia nacional diante do processo revolucionário⁵.

O conteúdo trazido por essa literatura trás algumas assertivas acerca das condições nas quais se encontrava a classe emergente burguesa. A primeira asserção é atribuir à burguesia industrial do país uma “posição permanente de subordinação na coalizão dominante”, pelo fato do empresariado nacional não gozar de uma hegemonia. No entanto, mesmo não impondo uma dominação, apoiando-se nas palavras de Diniz, podemos afirmar que “não se pode aprioristicamente excluir a possibilidade da emergência dos conflitos contrapondo a elite burguesa

⁴ Luiz Carlos Bresser Pereira, em “Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1983”, resgata o conceito de desenvolvimento como sendo “um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”. Sendo, portanto, “um processo de transformação global”. Utilizando-se ainda de suas palavras: “É por isso que, geralmente, se usa a expressão “desenvolvimento econômico” como sinônimo de desenvolvimento. No processo de desenvolvimento, o aspecto econômico é preponderante. Mas o setor político pode transformar-se, em determinados momentos, no foco dinâmico do processo de desenvolvimento, como, paradoxalmente aconteceu nos países comunistas” (PEREIRA, 1985, pp. 19-20).

⁵ Pode-se observar, de acordo Diniz (1978a, p. 29), que existe “na produção intelectual do país, uma longa tradição de pensar a realidade social e política em termos de dicotomias. Dos autores que, nos anos trinta, tentaram formular um diagnóstico da crise brasileira, tais como Oliveira Vianna, Virgínio Santa Rosa, Azevedo Amaral e Nestor Duarte, até analistas mais recentes, como Maria Isaura Pereira de Queiroz e Raymundo Faoro, centralização-descentralização, país legal-país real, poder público-poder privado, centralismo-localismo são algumas das polaridades que constituem o cerne da explicação. Através da abordagem dicotômica, ora o Estado aparece como núcleo preponderante diante de uma sociedade desorganizada e amorfa, ora o que se enfatiza é a força do privatismo e do poder local que se impõe ao primeiro, reduzindo-o a uma simples expressão dos fundamentos sociais da política”.

às demais pela conquista de uma liderança de seu processo de afirmação política” (DINIZ, 1978a, p. 28).

Outra assertiva remete “à caracterização da burguesia brasileira como um grupo fundamentalmente passivo, dotado de reduzida capacidade de articulação e de organização”(DINIZ, 1978, p. 28). Tendo como ponto de partida para a análise da formação econômico-social brasileira os possíveis tipos de transição de modos de produção sugeridos por Lênin citados anteriormente, não se deve todavia perder de vista que se conservou no Brasil os pilares da antiga superestrutura.

Daí a importância de se desprender, como sugere Diniz (1978a, pp.28-29), da visão caótica estabelecida por essa produção intelectual que defende a tese de que a burguesia industrial é um grupo fraco e desarticulado. Isso porque tais análises levam em conta “o modelo de empresariado ativo, organizado e participante das democracias ocidentais”, conforme Diniz (1978a) resgatou em seu livro “Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil:1940/45”. Ou seja, tem-se a ideia de que a burguesia brasileira se caracteriza por não ter “iniciativas, deter falsa consciência de classe, desconhecimento de seus reais interesses e falta de ideologia própria”. E eis a importância de resgatar o conceito de revolução passiva elaborado por Gramsci para a análise.

A sociedade tradicional brasileira forneceu a base para o posterior processo de desenvolvimento econômico que se instaura a partir de 1930. É o momento no qual vai se consolidando a diferenciação da estrutura social brasileira, pois, como afirmam as palavras de Pereira (1985, pp. 21-22), um dos passos para o processo de desenvolvimento econômico é o momento no qual “a sociedade tradicional entra em crise, quando o capital começa a ter mais importância do que a terra e quando a sociedade bivalente de senhores e servos, de aristocracia e plebeus, começa a dar lugar a uma sociedade plural”.

A burguesia industrial e o proletariado urbano são duas classes que passaram a se projetar com mais firmeza a partir do desenvolvimento econômico brasileiro (PEREIRA, 1985). Outro aspecto da diferenciação social estabelecida foi a ascensão de boa parte do subproletariado rural à categoria de proletário rural e urbano, este último alcançando uma condição de classe média (PEREIRA, 1985).

Por não ter ocorrido uma revolução política de forma radical no Brasil, a velha oligarquia aristocrática se conservou no poder. Situação que, num primeiro momento, foi empecilho para o desenvolvimento econômico do país. No entanto, como assinala Pereira (1985, p. 22), para “ocorrer o desenvolvimento econômico em uma sociedade, uma

revolução política não é absolutamente necessária”. A revolução política à qual Pereira se refere é a substituição no “controle político da sociedade – geralmente uma oligarquia de caráter aristocrático – por um grupo de classe média”.

A antiga oligarquia, embora ainda bastante representativa no aparelho político brasileiro, vai assistindo a um processo de fragmentação do Estado com a estrutura de poder que se formou após a Revolução de 1930. Isso porque ocorre um processo de diferenciação dentro do aparato burocrático, de modo a “diversificar as instâncias decisórias” (DINIZ, 1978a, p. 33). Desse modo, o setor composto pela burguesia vai ganhando representatividade na estrutura de poder estabelecida com o processo revolucionário de 1930 (DINIZ, 1978b). Diante disso, de acordo com Pereira (1985), a antiga oligarquia, embora derrotada, ainda continuava detendo uma força política e econômica, “não sendo possível uma política de franca oposição a ela” (PEREIRA, 1985, p. 26). Por outro lado, com o processo de diferenciação do Estado, forma-se a partir de então um Estado com uma estrutura de poder onde haverá uma “heterogeneidade das forças políticas que se defrontaram em busca de expressão na estrutura de poder” (DINIZ, 1978, p. 47).

A formação de um Estado de compromissos, como observou Diniz (1978b, p. 48), foi uma alternativa para a reformulação da estrutura de poder, “dada a incapacidade de qualquer dos grupos em confronto assumir a hegemonia do processo político”. Segundo o referido autor, é a “abertura política” a pauta das reivindicações, e uma luta pela “democratização do sistema político”, um Estado que representasse um esforço de “ajustamento entre os setores tradicionais, grupos oligárquicos dissidentes e os setores emergentes (empresários e a classe média urbana)”.

Embora, como observou Marini (2000), não faltassem esforços por parte da burguesia nacional em lutar pela implantação de uma política econômica a favor de seus interesses, coube ao Estado consolidar a burguesia através de representantes no poder e reorientar a política econômica e financeira para a implantação do capitalismo industrial no país. Como assinala Diniz (1978a, pp. 48-49), no que diz respeito ao processo revolucionário de 1930, “as transformações não teriam como implicação um rompimento radical com o passado”. E o referido autor vai mais além. O que se teria é “a colocação de novos rótulos em velhas garrafas”. Para Diniz, a “Revolução de 1930 não afetou de forma substancial a estrutura de dominação”, embora, para o autor, não seja possível “considerar conservador o saldo do processo revolucionário”.

É possível depreender que a revolução democrático-burguesa instaurada no Brasil ficou a cargo do Estado Novo, pois a sua implementação significou, de acordo com Marini (2000, p. 77), “a consolidação da burguesia no poder”, de forma que, segundo o seu próprio raciocínio, “o Estado novo não apenas significava a consolidação da burguesia no poder, representava também a renúncia dessa classe a qualquer iniciativa revolucionária”.

A observação feita por Diniz (1978, p. 49), quando assinalou que “os grupos dirigentes a partir de 1930 não seguiram a vocação agrária do país”, vai ao encontro do raciocínio de Marini (2000, p. 77), que “leva também a deixar de lado a tese da revolução permanente da burguesia”.

Gramsci (2002, p. 64) sugeriu a importância de haver a “consistência metodológica de um critério de investigação histórico-política”, quando analisou o processo de revolução política da Itália, onde, para Gramsci, “não existe uma classe independente de intelectuais, mas todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais de classe historicamente progressista”. Na estrutura de poder estabelecida no país com a Revolução de 1930, não havia, como assinala Diniz (1987, p. 69), “um projeto de cunho industrialista como plataforma do governo pós-revolucionário”. Projeto que não estava presente “no ideário político da referida revolução, como também no decorrer da chamada era Vargas”. O que coexistiu foi uma política de “amparar os interesses dos grupos econômicos tradicionais”.

Os intelectuais aos quais Gramsci se refere também podem ser observados na estrutura de poder que é instaurada no Brasil com a Revolução de 1930. Pois, parafraseando Diniz e Boschi (1978, p. 50), se não houve uma política com objetivo específico em direção à consolidação do “capitalismo industrial no país na política pós 30”, por outro lado, tais iniciativas foram partindo do “esquema de alianças políticas que se estruturaria ao longo do período”. Isso porque a “Revolução de 1930 não afetou de forma substancial a estrutura de dominação”. Um dos componentes do processo revolucionário pacífico instaurado no país foi a estrutura de poder onde emerge um modelo de governo, no qual haveria a formulação de diretrizes “as quais se imporiam vindo a assumir um papel primordial em termos de políticas econômicas” (DINIZ, 1978, p. 72). E aqui está o papel dos intelectuais de Gramsci. A difusão dos valores burgueses na sociedade brasileira levou ao desenvolvimento de uma intelectualidade ligada ao desenvolvimento econômico do país. Intelectualidade que orientaria o desenvolvimento industrial junto à estrutura de poder. Ricardo

Bielschowsky (2000) observa, em “Pensamento Econômico Brasileiro”, correntes do pensamento econômico inseridas no aparato estatal a partir de 1930. Mesmo que entre elas fosse possível observar divergências no que diz respeito à orientação da política econômica para o desenvolvimento das forças produtivas do país (BIELSCHOWSKY, 2000).

Os desenvolvimentistas possuíam um cunho ideológico no qual havia um projeto econômico para superar o atraso e a pobreza no país⁶ (BIELSCHOWSKY, 2000). Para a ideologia desenvolvimentista, na formação de um capitalismo moderno “era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção estatal (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 77). Em contraposição a um intervencionismo estatal, condutor do processo revolucionário do capitalismo burguês no país, os liberais representavam a forte influência da velha oligarquia na vida política do país. Eles formavam uma postura de oposição aos desenvolvimentistas⁷ (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37).

Segundo Pereira (1985), uma tendência do modelo de sociedade que se desenvolvia no Brasil foi o rápido crescimento da classe média. Ela compôs um setor significativo dentro da estrutura social brasileira. É essa camada social “que torna o Brasil basicamente diferente do velho, que não tinha lugar para tais classes”, onde “os descendentes de imigrantes ambiciosos, os filhos das famílias aristocráticas” irão fazer parte “das profissões liberais, do funcionalismo público, do comércio e da indústria, formando uma sociedade individualista” (PEREIRA, 1985, p. 80). Todo esse processo foi “devido principalmente ao crescimento em números e tamanho das grandes organizações burocráticas públicas” (PEREIRA, 1985, p. 89).

⁶ Com a mesma plataforma ideológica, no que se refere ao desenvolvimento social do país, forma-se também uma corrente de “intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro.” Estes, ao lado dos desenvolvimentistas, “preconizavam a industrialização com ampla intervenção estatal, como via de desenvolvimento das forças produtivas, e também defendiam investimentos estatais em setores básicos da economia (BIELSCHOWSKY, 2000, pp.181-182)”.

⁷Principal expressão e líder teórico da corrente neoliberal, Eugênio Gudin defendia “o princípio da mínima intervenção estatal e a ideia de que, nas épocas de prosperidade, a presença do Estado na economia deveria ser evitada”, na contramão dos desenvolvimentistas, os quais “consideravam imprescindível uma política de industrialização”. Gudin “discordava dessa estratégia e manifestava oposição à maior parte das políticas que, na prática, a consubstanciavam” (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 39-42-53).

Essas organizações burocráticas públicas nascem ao lado de um Estado autoritário, onde “O nacionalismo pretende ser uma ideologia” que seria consolidada pela industrialização, “a qual vai além do desenvolvimento social e de uma diversificação da estrutura social do país”. Tinha também como finalidade excluir “definitivamente a aristocracia rural do governo do país (PEREIRA, 1985, p. 98).

O pacto político de poderes estabelecidos foi a chave para o desenvolvimento econômico. Nesse esquema de poder, o industrialismo seria desenvolvido praticamente pela atuação da elite industrial ao lado de outros grupos que foram fundamentais no pacto político nacional. O esquema de poder assegurou a expansão econômica através da influência de duas correntes convergentes: o pensamento autoritário e o pensamento industrialista (DINIZ, 1978a).

O Estado autoritário instaurado a partir de 1937 tinha também o papel de garantir a emancipação econômica do país. Azevedo Amaral (1974) e Francisco Campos (1941) sugerem que as formulações do pensamento autoritário dos anos 30 e o processo de modernização pela qual a sociedade brasileira passava estão relacionados. Para Amaral, “o capitalismo de produção em massa destruiu as bases fragmentárias do poder e da organização econômica individualista” (DINIZ, 1978b, p. 57 apud AMARAL, 1974). Para Oliveira (1982), a evolução da sociedade moderna estava a exigir um rompimento com o modelo individualista. Tais autores apontam um Estado forte e intervencionista como inevitável. Esse seria um único tipo de Estado capaz de responder à nova realidade econômica e social, dada a complexidade crescente acarretada pelo desenvolvimento industrial e pela diferenciação estrutural daí decorrente.

Desse modo, um Estado fortalecido politicamente não poderia estar dissociado das novas funções intervencionistas em relação a assuntos econômicos e sociais. E a intervenção Estatal, preconizada pelo pensamento autoritário da década de 1930, refere-se basicamente às funções de regulamentação, supervisão e coordenação das diferentes esferas da vida social (DINIZ, 1978 b), pois, na ótica de Amaral e Pereira:

a esfera da produção é o domínio da iniciativa privada, à qual se atribui inclusive papel preponderante na orientação da política econômica do Estado. O papel significativamente dessas elites no processo político decorreria de sua importância na economia moderna,

competindo aos Conselhos Técnicos, peças essenciais do novo modelo de organização política, propiciar os meios necessários ao exercício da influência que legitimamente lhes caberia exercer. (DINIZ, 1978 b, p. 57-58 apud).

Diniz ainda complementa com as palavras de Wanderley Guilherme dos Santos:

Trata-se agora de continuar expandindo a capacidade regulatória e simbólica do poder público e de garantir sua capacidade extrativa com o objetivo de financiar a expansão do Brasil burguês moderno. É uma sociedade de mercado, reino do privatismo burguês e do individualismo, que está ao fim do autoritarismo de trinta (1978, p. 92 apud 1975).

Embora a oligarquia permanecesse no poder, os interesses econômicos da nação seguiram em direção ao desenvolvimento do capitalismo industrial. A supremacia da burguesia industrial brasileira se deu pela sua direção moral e intelectual. O poder da antiga oligarquia estava sendo corroído pela estrutura de poder estabelecida na vida política do Brasil a partir de 1930. Assim, o transformismo na vida política do país, condutor da revolução democrático-burguesa instaurada e marca da absorção de tantos intelectuais nas estruturas do Estado, é caracterizado como uma revolução pelo alto e se encaixa no conceito de revolução passiva trazida por Gramsci (2002, pp. 62-63) quando analisou o transformismo da “vida estatal italiana”, no qual “os interesses do Partido da Ação” foram guiados “pelos interesses dos moderados”.

Pode-se dizer, portanto, que a burguesia nacional passou a conduzir a vida política e econômica do Brasil sem estar em gozo de poder. Os seus interesses viriam a ter importância cada vez maior, “apesar de sua incapacidade de definir um projeto de classe, em perfeita consonância com seus interesses”. No entanto, a sua percepção em relação às “suas próprias potencialidades e do papel que lhe cabia como ator relevante no processo de implantação do modelo de desenvolvimento econômico” (DINIZ, 1978, p. 69) foi sendo desenvolvida ao longo do século XX.

Com a industrialização se firmando no país e a mudança na antiga estrutura social, os empresários industriais, embora com uma ascensão difícil, vão ganhando cada vez mais prestígio (MARINI, 2000). Além disso, um novo setor vai se formando com os operários e os trabalhadores urbanos dando origem a uma “classe baixa” (PEREIRA, 1985).

Em relação aos trabalhadores rurais, os trabalhadores urbanos gozavam “de um padrão de vida superior”. Estes últimos, diferentemente dos trabalhadores do campo, que “eram dominados e controlados pelos coronéis do interior”, vão se constituindo como um grupo “relativamente organizado, participante da vida política e com razoável poder de reivindicação” (PEREIRA, 1985, p. 77). Junto com essas transformações na antiga estrutura social brasileira, vão sendo formadas organizações burocráticas públicas e privadas no país e dentro da nova classe média que emerge a partir de 1930 surge um grupo tecnocrático (PEREIRA, 1985).

Se por um lado faltou à burguesia nacional um projeto eficaz de classe para levar a expansão do Brasil burguês moderno pela via tradicional, por outro, é no aparato burocrático instaurado no Estado moderno que foi possível encontrar os intelectuais da burguesia capitalista. Assim é que, com o processo denominado de industrialização por substituição de importação, um Estado forte e controlador, no que diz respeito, sobretudo, à política econômica, refletia as tomadas de decisões estratégicas de uma elite burocrática e civil, a qual ascende na estrutura do Estado entre 1930 e 1945. Isso porque, como afirmam as palavras de Diniz (1978a, p. 94), “A burguesia brasileira se constituiria, desde suas origens, de acordo com esse padrão, afirmando-se como uma classe caudatária do Estado incapaz de assumir a liderança do processo de industrialização e modernização”.

Por isso, houve um consentimento por parte do empresariado em relação à implantação de um Estado autoritário. Sobre esse aspecto, Diniz (1978a, p. 104) nos chama atenção para o tipo de sistema político implantado no país, onde: “A decretação do Estado Novo consagraria de forma radical o princípio da assessoria técnica, eliminando os órgãos de natureza estritamente política, típicos de democracia representativa”. A implantação de um Estado autoritário implicou, conforme suas palavras, “uma ruptura com os valores liberais”.

A burguesia não só adere ao regime, como também deixava de lado os seus princípios ideológicos (DINIZ, 1978b). Uma vez que o discurso da liderança empresarial era: “a visão de uma nova ordem política onde os interesses da burguesia poderiam se expressar sem a

mediação da representação política, introduzindo-se diretamente no aparelho estatal” (DINIZ, 1978a, p.104).

É dentro dessa estrutura de poder que é conduzida a luta de classe entre burguesia industrial crescente – à qual, segundo Bochi (1978), ainda faltava uma coesão necessária a sua organização como um grupo que realizasse pressão em favor de seus interesses – e os proprietários rurais. E é nesse sentido que a história da formação social brasileira é também marcada pela luta de classe, como Engels e Marx (2007, p. 40) haviam previsto para as mais diversas formações sociais quando redigiram o “Manifesto Comunista”. A burguesia nacional expandiu-se como produto da expansão da pequena produção mercantil, fruto das atividades comerciais que se expandiam, e das novas relações sociais de trabalho implantadas na velha colônia portuguesa. A expansão industrial, fruto de todo esse processo, irá gerar a época de revoluções às quais se referiu Marx (1983, p. 24) no prefácio da “Contribuição à crítica da economia política”. Pois, diante do novo modo de produção que se consolida no Brasil, irá se formar uma nova “superestrutura jurídica e política” e uma nova “consciência social”, à qual Marx (1983, p. 24) se refere como sendo a mola propulsora de “uma época de revolução social”.

Essa superestrutura jurídica e política, de acordo com Fioravante (1978, pp. 7-8), terá como fator de coesão o Estado. Este, segundo a autora, é o resultado de um avanço do desenvolvimento geral da sociedade. Ele “é a confissão de que esta sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não conseguem conjurar.” O Estado, portanto, conforme as palavras de Fioravante (1978, pp. 7-8), “será um poder colocado acima da sociedade e que irá amortecer o choque desses antagonismos para que as classes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril”.

À formação de uma nova superestrutura jurídica e política – a qual pode ser observada na formação social brasileira com a expansão do capitalismo industrial – é que Engels e Marx (2007, p. 41) se referem como o “progresso político correspondente a cada etapa da evolução percorrida pela burguesia.” E o papel eminentemente revolucionário da burguesia na história das formações sociais, notado pelos mesmos autores, pode também ser verificado no Brasil, pois, a partir do esquema de alianças estabelecido na estrutura política brasileira com o advento do Estado Novo, embora não detendo a hegemonia, a burguesia foi um ator estratégico no esquema de alianças que irão permitir a consolidação e o amadurecimento do novo regime (DINIZ, 1978b). A burguesia no

Brasil irá contar com os seus intelectuais dentro da burocracia estatal para manter a sua revolução em andamento. O Brasil nos de 1930 estava se consolidando como um Estado moderno, e como Engels e Marx (2007, p. 42) anteviram: “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” Sendo assim, a classe burguesa na formação social brasileira manteve “o seu papel iminente revolucionário”, como exemplificado no “Manifesto do Partido Comunista”(Marx e Engels, 2007, p. 42).

O quadro governamental “dotado de um executivo ágil e dinâmico” (NASCIMENTO, 2002, p. 15) serviu para a nova ordem econômica e social. Com a chegada do Estado Novo, é possível assinalar a existência de um grupo de intelectuais ao lado do governo Vargas que irá se comprometer em promover a modernização da economia brasileira. Todo um aparato para fortalecer a ordem burguesa no país foi sendo montado entre 1930 e 1945. O caráter nacionalista e o grau de intervenção do Estado ficaram consagrados com a constituição de 1937, em que a “carta magna estabeleceria maior centralização do poder no governo federal, que de fato seria aumentada devido à continuação da prática de nomear interventores para os Governos dos Estados” (NASCIMENTO, 2002, p. 52)⁸.

Junto à propagação dos princípios nacionalistas, os valores industriais vão evoluindo gerando uma união entre ambos (BOCHI e DINIZ, 1978). A atuação Estatal serviu como uma maneira de realizar a burguesia como classe, a qual tomou consciência “da defasagem entre a enormidade da tarefa e os escassos recursos de que dispunha para enfrentá-la”, fato que “levaria a liderança do setor a incorporar a importância intervencionista do Estado” (DINIZ, 1978b, p. 64). A constituição de 1934, por exemplo, colocava a possibilidade da “União de monopolizar determinada atividade econômica” (NASCIMENTO, 2002, p. 17). Além disso, os recursos naturais passariam a constituir propriedade distinta da do solo para o aproveitamento e exploração do setor industrial (NASCIMENTO, 2002).

⁸ No governo de Getúlio Vargas formou-se um corpo administrativo que iria manter o projeto de expansão do Brasil burguês e reduzir o controle dos poderes locais, do coronelismo e do regionalismo estaduais. São nomes como “João Alberto na Interventoria de São Paulo; e como membros do governo federal estão a presença de homens como Góes Monteiro, Oswaldo Aranha, João Alberto, Francisco Campos, Filinto Muller, Eurico Gaspar Dutra” (NASCIMENTO, 2002, p. 37).

O aparato burocrático estatal passa a contar com importantes órgãos que irão coordenar as atividades econômicas. Diante das propostas e projetos, no que diz respeito ao planejamento do desenvolvimento econômico do país, o período entre 1930/1945 ficou marcado por um amplo debate dentro dos conselhos nacionais, onde grande parte das propostas e projetos eram discutidos entre os grupos representantes da antiga oligarquia e dos industriais⁹. Assim, “Ao nível do aparelho de Estado, a originalidade do novo esquema se consistiria na tentativa de transpor o conflito entre os grupos dominantes para a burocracia estatal” (DINIZ, 1978a). É através deles que podem ser observadas políticas direcionadas para a industrialização do país. Afinal, de acordo com Nascimento (2002, p.26), assumem o governo federal “grupos menos comprometidos com o comércio de exportação e importação, e elementos que poderiam ser mais favoráveis à industrialização”.

Dentro do aparato burocrático estatal formou-se um grupo formado por representantes industriais. São homens como Roberto Simonsen, Guilherme Guinle, Mário Ramos, Evaldo Lodi, Luiz Betin Paes Leme (DINIZ, 1978a, p. 116), por exemplo, que irão conduzir dentro do aparato burocrático estatal as discussões para o processo de implantação do Brasil burguês moderno dentro dos conselhos. Estes últimos eram “organismo de natureza consultiva os quais exerciam influência significativa no processo decisório, formulando pareceres, sugestões”, além disso, tais órgãos funcionavam “como canal de acesso do setor privado à esfera governamental, institucionalizando um novo estilo de participação, inaugurado a partir de 1930 e aperfeiçoado durante a vigência do Estado Novo”, (DINIZ, 1978a, p. 116) para encaminhar o desenvolvimento econômico brasileiro pautado no capitalismo industrial.

⁹ Entre os conselhos criados estão: “O Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), sua função era a centralização da política no comércio exterior. Foi extinto em 1949 dando lugar ao Conselho Nacional de Economia em 1946; em 1942 foi criada a Coordenação de Mobilização Econômica com funções relacionadas ao controle de preços, da produção e da comercialização de produtos e possuía autonomia de intervenção e coordenação dos diferentes setores da atividade econômica; Setor de Produção Industrial (SPI); Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e a Comissão de Planejamento Econômico. Estes dois últimos projetaram um esquema mais amplo de planejamento para o setor industrial, envolvendo um levantamento de recursos, estudos dos obstáculos à maior utilização possível do capital e da administração privados” (DINIZ, 1978a, pp.202 - 203).

1.4 Estado Nacional e o processo substitutivo de importação

O processo de industrialização instaurado no Brasil a partir de 1930 de forma mais organizada, denominado como industrialização substitutiva de importação, significou a consolidação de um capitalismo pelo alto. É a partir daí que o país inicia o seu processo de industrialização de maneira mais organizada, como diz Araújo (2003). É o Estado, condutor desse processo, atuando em setores estratégicos da economia.

Entre 1930 e 1945 Getúlio Vargas assumiu o comando do país adotando uma política para o desenvolvimento econômico do Brasil. Entre elas, o próprio governo ditatorial, para manter, de acordo com Nascimento (2002), uma ordem diante dos poderes locais, coronelismo e regionalismos estaduais, que possuíam interesses divergentes em relação aos do governo Federal, o qual iniciava uma busca em direção à industrialização do país.

Vargas buscou também apoio popular, o que pode ser notado, por exemplo, com a criação das leis trabalhistas e restrições à entrada de imigrantes no país. O golpe de 1937 veio a reforçar e aprofundar a Revolução de 1930. Foi a partir daí que começou a existir uma política de conciliação. Vargas foi “um mestre de conciliação, todos os seus inimigos se transformaram em seus amigos e partidários” (NASCIMENTO, 2002, p. 41).

De acordo com Lacerda (2003), a depressão da década de 1930 foi a alavanca para o processo de industrialização que se deu a partir de então. Como já assinalamos, tal processo ficou caracterizado por substituição de importações. A crise que atingia a economia capitalista mundial acabou tendo um efeito no desenvolvimento da economia nacional.

É importante observarmos aqui que estamos diante da fase depressiva do terceiro ciclo de Konratieff. Nessa fase, a atividade industrial estava em baixa. Logo, a oferta de produtos diminuiu, fazendo com que os seus preços fiquem elevados no mercado mundial. Como estava ocorrendo um aumento da demanda por produtos no mercado interno brasileiro, estimulou-se a produzir o que antes estava sendo importado, bens de consumo não duráveis, principalmente. Soma-se a isso o fato de que o país possuía uma capacidade ociosa em seu parque industrial (LACERDA, 2003).

Na década de 1930 o Brasil possuía um parque industrial no qual o setor de bens de consumo não duráveis possuía, de acordo com

Negri (1996), um maior dinamismo em relação aos outros setores industriais, produtores de bens intermediários, bens de capital e de consumo duráveis. No entanto, a produção interna do país naquele momento não era capaz de atender toda a demanda interna¹⁰.

Se por um lado a economia capitalista mundial estava passando por um momento de turbulência, por outro, a economia brasileira possuía a sua própria dinâmica interna, e tal dinâmica foi condicionada pelo processo de substituição de importações, que caracterizou o processo de industrialização brasileira com os diversos planos de desenvolvimento por parte do Estado Nacional até os anos de 1970. De acordo com Rangel (1985), a implantação do capitalismo industrial no país é caracterizada por possuir fases depressivas e fases de expansão. Afinal, trata-se dos “ciclos aproximadamente decenais que se enquadram na família dos ciclos de Juglar e são de origem endógena e limitam-se no âmbito nacional”¹¹ (1985, p. 57).

Outra peculiaridade que fez parte de tal modelo é o que o referido autor denomina como “a dialética da capacidade ociosa”. Foi bastante característico ocorrer investimentos concentrados em determinados setores da economia industrial. Assim, as crises ocorriam quando cessavam os investimentos em certos departamentos, os quais cresciam até “se sobrecarregarem de excesso de capacidade produtiva” (RANGEL, 1985, p. 57), causando um desaquecimento, o que levava a economia do país à crise. Para superá-la, era necessário “romper os pontos de estrangulamento através do investimento do excedente econômico a ser obtido pela utilização da capacidade ociosa existente noutras áreas” (RANGEL, 1985, p. 57).

É dessa maneira que se desencadeou o processo de industrialização brasileira, iniciado pelo departamento de bens de consumo não duráveis, depois pelo crescimento da produção de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e automóveis, a partir da

¹⁰ De acordo com Furtado (1989), embora a economia cafeeira se encontrasse em crise, já que esta era a mais importante para o país, houve um aumento da renda interna brasileira. Isso proporcionou um potencial de consumo interno, levando a um aumento do mercado consumidor.

¹¹ De acordo com Junior (2003), com base em Schumpeter, a economia capitalista também é dinamizada, além do de Kondratieff, por ciclos de durações menores. Somado ao primeiro, há os chamados ciclos médios ou de Juglar, que duram em torno de 8 a 10 anos.

década de 1950, e, por fim, o desenvolvimento de forma mais sólida do departamento produtor de bens de capital, a partir da década de 1970.

No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930/45) é possível observar que houve um crescimento da produção industrial sem insumos (LACERDA, 2003). Embora Vargas tenha tentado estabelecer um governo de cunho nacionalista desenvolvimentista, no qual ele procurou tornar o país independente em relação às importações de insumos do centro do sistema, é possível observar que houve um crescimento das importações de matéria-prima e bens de produção. Isso ocorreu porque o país possuía um atraso tecnológico e uma indústria de base bastante atrasada. Isso levou o país a depender de insumos importados para manter a sua produção em andamento (SCARLATO, 1989).

A adoção de uma política para barrar as importações devido aos grandes déficits na balança comercial e também para estimular uma produção interna de insumos poderia levar o Brasil a ter um crescimento industrial mais lento¹². Diante de um mercado consumidor em ascensão, não era interessante para o país possuir um baixo crescimento industrial, mas para isso foi necessário que o Brasil criasse mecanismos para manter a produção industrial a todo o vapor.

O Brasil precisou, de acordo com Rangel (1985, p. 59), realizar uma reforma cambial para permitir a importação de insumos para desenvolver a sua etapa intermediária de industrialização por substituição de importações, de modo que o país iria conceder “prioridade para a importação de certos itens em detrimento de outros”, já que o governo vinha aplicando medidas para manter a moeda nacional desvalorizada para tornar “mais competitiva a produção interna diante dos artigos importados”.

As medidas tomadas pelo governo brasileiro para reduzir as importações estavam começando a resolver um problema que o país enfrentava, a dependência de importar produtos para o abastecimento de um mercado consumidor que estava em expansão. No entanto, é possível notar que na pauta das importações estavam itens de alto valor agregado. Como consequência, “o forte aumento das importações

¹² De acordo com Nascimento (2002, p. 76), houve um esforço por parte de Getúlio em promover uma indústria de base no país. Assim, “em 1939 foi instituído um Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional a fim de prover recursos orçamentários para a criação de indústrias básicas, como a Cia. Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Cia. de Construções Navais de Vitória e execução de obras públicas”.

provocou um escassez de divisa”, levando a uma nova crise cambial. Assim, entre o final da década de 1930 e o início dos anos de 1940, houve uma queda na taxa de crescimento industrial devido ao alto índice de inflação. Isso acabou gerando uma retração no poder de consumo (LACERDA, 2003).

A retomada do crescimento ocorreu no final do governo Dutra, quando este foi forçado a adotar uma política para controlar a balança comercial, já que um câmbio valorizado havia permitido uma enxurrada de importações, o que beneficiou o andamento da industrialização pautada na substituição de importações. Naturalmente, houve, mais uma vez, subsídios para as importações de insumos, bens de capital e bens intermediários, objetivando auxiliar o crescimento industrial (LACERDA, 2003).

O Brasil continuava com a sua industrialização com o mesmo modelo que se instaurara na década de 1930. Substituíam produtos que se inseriam no mercado consumidor nacional, mas ainda continuava a sua independência de exportar insumos, máquinas e equipamentos, matéria-primas e combustíveis. Embora já seja possível observarmos que o parque fabril nacional contava com um crescimento do departamento I (NEGRI, 1996), ele ainda não possuía uma autonomia para atender toda a demanda de produção interna nesta área.

Isso já se iniciara com a volta de Getúlio Vargas ao poder na década de 1950, onde é possível observarmos uma nova tentativa por parte do governo em implantar uma indústria de base no país, com a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce (NASCIMENTO, 2002).

Por mais que o governo federal tenha atuado com certa autonomia como um condutor no desenvolvimento econômico – e aqui se compreende o papel dos intelectuais –, ele não poderia deixar de atender aos interesses do capital, e até mesmo do capital externo, pois era claro que, para o seu desenvolvimento econômico, o país dependia de investimentos externos. Um bom exemplo disso encontramos no estudo de Scarlato (1989), que insistiu ter sido a indústria automotiva, na década 1950, a salvadora da economia brasileira, que se encontrava em crise de crescimento¹³.

¹³É importante observarmos também que logo após a Segunda Guerra Mundial houve uma tendência das empresas a criar unidades produtivas em outros países. Isso estava ligado à redução de custo de produção, ao crescimento de seus mercados e à disputa direta junto aos seus concorrentes (CHESNAIS, 1996).

O Estado, para consolidar o processo de industrialização, continuava adotando a estratégia que melhor direcionava para o crescimento econômico. Café Filho, com a instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), permitiria a entrada de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial (NASCIMENTO, 2002).

Juscelino Kubitschek, com o seu Plano de Metas, tentou mesclar um crescimento econômico com a entrada de capitais externos, mas com investimentos na infraestrutura nacional, já que um dos objetivos do Plano de Metas era diagnosticar os pontos de estrangulamento, e esses eram na indústria de base, que precisava crescer a ponto de dar autonomia ao país (LACERDA, 2003).

Os militares, quando assumem o poder, logo depois da crise que se instala no país no início dos anos de 1960 – uma crise política, mas também de superprodução –, adotam um modelo pautado na entrada maciça de capital estrangeiro, embora sempre em associação com o capital privado nacional e o Estado (LACERDA, 2003). Não obstante, eles conseguiram levar o Brasil a um crescimento econômico ao longo das décadas seguintes. Já entre 1967 e 1973 o PIB brasileiro atinge 11,2% ao ano (NEGRI, 1989). Na verdade, estamos diante da validade da observação feita por Ignácio Rangel, ao notar que a economia brasileira possuía fases de expansão e momentos de declínio, e assim também ocorreu na crise do início dos anos 70. É nessa década que o país entraria em sua fase final do processo de substituição de importação, momento no qual podemos assinalar que o país começaria a ganhar um parque industrial com mais autonomia, já que o departamento I começou, a partir daí, a crescer de uma maneira mais sólida.

Segundo Marx (1985), para uma acumulação capitalista equilibrada, é necessário que o departamento I, produtor de bens de produção, bens intermediários e a indústria de base, seja bem desenvolvido. No caso do Brasil, a forma como se desencadeou a industrialização, que foi de maneira inversa, ou seja, começando pelo departamento II, de bens de consumo, levou o país a ter um crescimento industrial desordenado.

Pode-se observar que o desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu através de uma conciliação entre os interesses do capital internacional, que no pós-guerra intensificou a busca por mais mercados consumidores e barateamento dos custos de produção, instalando

unidades produtivas na periferia, com os interesses do Estado nacional, que a qualquer custo queria implantar o desenvolvimento econômico calcado na industrialização.

Em certa medida, durante um certo tempo o benefício foi maior para as empresas multinacionais que aqui se instalaram do que para o próprio desenvolvimento do país, pois esse assistiu a um processo de implantação da sua indústria de forma “não linear”, como bem assinalou Lacerda (2003), com um parque industrial sem autonomia e com pontos de estrangulamento.

O projeto nacionalista de Vargas ficou barrado nas mãos de seus sucessores, os quais desejavam tirar o Brasil da condição de agrário-exportador e transformá-lo numa economia moderna a qualquer custo (NASCIMENTO, 2000).

Com o II PND do governo Geisel, o diagnóstico era de que no país havia uma grande quantidade de insumos que ainda deveriam ser importados. Podemos assinalar que tal situação estava deixando o país, mais uma vez, diante de uma situação que não era boa para o seu crescimento econômico, sobretudo porque os mesmos problemas que o país enfrentou em períodos anteriores estavam de volta, como uma balança comercial deficitária, causando novamente inflação e com novos pontos de estrangulamento¹⁴.

Ernesto Geisel irá estimular o desenvolvimento do departamento I com fortes incentivos ao capital de origem nacional. Desse modo, entre a década de 1970 e meados do decênio seguinte, houve uma expansão do setor, com destaque para a indústria de bens de capital. Esse crescimento teve o papel do Estado como um fator importante no que diz respeito à isenção de impostos, como criador de mecanismos de crescimento da indústria, bem como atuando como um dos principais consumidores (TADINI, 1986).

Se o Brasil naquele momento chegaria a sua última etapa do processo de industrialização calcado em substituir importações, por outro lado podemos observar que começa a reduzir o interesse do Estado

¹⁴ Com base em um relatório do II PND, foi reconhecida a fragilidade da estrutura industrial nacional quanto às importações de insumos industriais. Com isso, foram lançadas políticas nacionais para que se revertesse tal situação, pois as importações de bens de capital estavam causando um déficit na balança comercial brasileira (TADINI, 1986). Segundo o referido autor, “durante o ano de 1974 foi acusado um déficit na balança comercial da ordem de US\$ 5 bilhões” (TADINI, 1986, p.64).

em continuar promovendo o desenvolvimento econômico do país. O cenário político começa a sofrer as suas instabilidades junto com a crise econômica que atingiria a década de 1980. Diante disso, o Brasil iria sair de um regime ditatorial para entrar em um processo de redemocratização¹⁵.

1.5 Conclusão do primeiro capítulo

A chave para a interpretação e compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil está no materialismo histórico dialético, a exemplo das mais típicas formações nacionais européias em processo de transição em seus modos de produção, nos quais o desenvolvimento das forças produtivas, tendo como método interpretativo um arcabouço teórico marxista, se deu das mais diversas maneiras possíveis quando se considera as condições das estruturas sociais. No entanto, cada qual com a sua peculiaridade. Por isso, apreciamos aqui neste primeiro capítulo uma literatura através da qual pudemos realizar uma interpretação que considerou a totalidade.

Assim, é possível concluir com este primeiro capítulo que o desenvolvimento capitalista no Brasil teve a sua própria particularidade. Podemos notar um período que foi de muita importância, que vai da abertura dos portos (1822) até 1930. Nesta fase, é possível observar uma combinação de fatores. O início da primeira dualidade brasileira condicionou transformações na estrutura social da antiga sociedade escravocrata com o desenvolvimento da pequena produção mercantil junto à chegada do pensamento capitalista trazido pelos imigrantes europeus. Iniciou-se, desse modo, a modernização da economia brasileira.

Uma segunda fase do desenvolvimento capitalista se nota a partir da década de 1930. É possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre a conservação de uma estrutura política de base oligárquica, defensora de um economia de base agrária, e a revolução democrático-

¹⁵ “Na década de 1980, os problemas internos (crise política, econômica, financeira e industrial) e as primeiras ondas de repercussão da crise capitalista mundial haviam provocado as primeiras fraturas no Estado, até então monolítico, assim como no incisivo papel por ele desempenhado no projeto de desenvolvimento econômico-territorial decorrido após 1930. Na virada dos anos 90, a continuidade e aprofundamento de tais processos e, sobretudo, a adoção de um ideário neoliberal vieram colocar um ponto de ruptura em tal atuação. Isso ficou claro na nova Constituição de 1988” (SAMPAIO, 2009, p. 355).

burguesa instaurada no país. A expansão de um Brasil urbano, reflexo do crescimento da burguesia e do operariado industrial, consolida-se no Estado Novo com a política de substituição de importação assegurada pelo aparato burocrático estatal. Portanto, é possível concluir que o desenvolvimento das forças produtivas no país surge dentro de uma sociedade mais primitiva, no que diz respeito às suas relações de produção, como em muitos países, mas que ainda resistia àquela altura onde o privatismo burguês já estava em estágio avançado de desenvolvimento. Daí, o processo de revolução democrático-burguesa instaurado na formação social do Brasil ter sido a do tipo passiva, por ter ficado por conta do aparato burocrático estatal a missão de finalizar o processo de implantação das forças produtivas capitalistas.

Capítulo 2

O Processo de industrialização do Estado de São Paulo

Este capítulo tem como objetivo realizar um resgate histórico para compreender o processo de industrialização do estado de São Paulo. Para isso abordaremos as questões relacionadas às importantes transformações na estrutura social dentro das grandes lavouras de café. Tais mudanças foram responsáveis pelo desenvolvimento da produção mercantil, o que alavancou as forças produtivas capitalistas em solo paulista, que por consequência levou São Paulo a deter a maior parte dos estabelecimentos industriais.

2.1 Os imigrantes no espaço econômico paulista

Existe um debate em relação aos elementos que condicionaram a industrialização do estado de São Paulo. Em seu estudo sobre o tema, Mamigonian (1976) colocou em discussão três interpretações feitas por autores que relacionaram a produção cafeeira com a gênese da industrialização paulista. Celso Furtado observou que o desenvolvimento industrial se deu quando a economia cafeeira encontrava-se em crise. Esta, segundo o autor, levaria as exportações a sofrerem uma queda, levando as importações a sofrerem um encolhimento. Assim, haveria um estímulo para que se processasse uma produção industrial substitutiva de importações.

Para F. H. Cardoso, conforme havia verificado Mamigonian (1976), ao ocorrer uma modificação na sociedade cafeeira, passando de escravista para capitalista, os proprietários rurais se tornariam empresários industriais. Warren Dean (1971) também defendeu a ideia de que os proprietários rurais sobreviveram como classe e transformaram-se em industriais.

Seguindo a mesma linha de raciocínio desses autores, Wilson Cano (2007), quando redigiu “Raízes da Concentração Industrial em São Paulo”, observou que houve uma estreita interdependência entre o processo de industrialização no território paulista e a expansão da economia cafeeira. A atividade nuclear, o plantio de café, dava-se de forma cíclica, de acordo com a perspectiva do autor. Haveria fases em que a cultura cafeeira estaria em expansão e outros momentos em que ocorria retração. Nas crises dos plantios, quando baixava a lucratividade, abriria oportunidade para que houvesse investimentos em outras atividades, como bancos, estradas, indústrias, usinas, etc.

Haveria, portanto, de acordo com essa interpretação, uma diversificação da economia paulista que era gerada pela produção do café.

Na verdade, Cano não foge das perspectivas de F. H. Cardoso, C. Furtado e W. Dean, apontadas por Mamigonian. Para todos eles a industrialização do estado de São Paulo se daria por meio de um processo quase natural dentro da economia cafeeira. Os lucros que eram gerados com o plantio do café seriam empregados em empreendimentos industriais sem a necessidade de ocorrer um desenvolvimento de uma estrutura econômico-social semelhante à que se observou nos países capitalistas mais antigos. Ainda que tenham elementos verdadeiros, é possível dizer que, diante de tais interpretações, corre-se o risco de perder de vista parte do processo histórico da acumulação primitiva nacional. Desse modo, faz-se necessário, para não sair do campo do materialismo histórico dialético, resgatar um dos elementos da gênese histórica do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, qual seja, as relações sociais de trabalho.

Conforme assinala Gebran (1978, p.10), “O fundamental para que seja criada uma economia mercantil é que a economia interna, como base, sustente e garanta as condições de troca”, a economia cafeeira, que além de estar na pauta das exportações, foi a responsável também pela diversificação das atividades produtivas (CANOS, 2007). Ora, isso significa que, além do comércio exterior, essa atividade nuclear proporcionava um comércio interno gerado pela pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 2000).

De fato, não se pode perder de vista que não basta apenas o desenvolvimento do comércio e a produção de novas mercadorias a partir das exportações. E aqui vale pensar o que escreveu Lênin (1982, p. 14), quando estabeleceu críticas aos teóricos populistas, que ao tratarem do processo de evolução das forças produtivas capitalistas na Rússia, procuravam “dissimular ou minimizar o fato da divisão social do trabalho na Rússia”. Lênin assinala que é justamente “a divisão social do trabalho a base de todo o processo de desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo.”

Podemos dizer que essa foi também uma via pela qual ocorreu um processo de diferenciação econômica entre os pequenos produtores imigrantes que se inseriram no Brasil no século XIX. Logo, tratou-se de uma alavanca para o processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no estado de São Paulo, como ocorreu em diferentes regiões de formações sociais européias, tão bem descritas no estudo de Dobb, um processo onde se observa “a diferenciação econômica existente dentro da maioria das coletividades de pequenos produtores” (2009, p.

245). Ou seja, um dos fios condutores da formação de uma sociedade com relações capitalistas de produção, com o pequeno produtor se tornando um “servidor do capital e um proletariado”.

Assim, é aqui que chegamos ao ponto que assinala Marx tratando do processo de acumulação primitiva: “Dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência.” Para a sua transformação em capital, é necessário que existam “determinadas circunstâncias: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se: os possuidores de dinheiro, meios de produção e meio de subsistência, e de outro, trabalhadores livres, vendedores de sua própria força de trabalho” (MARX, 1984, pp. 261-262).

De fato, as características do espaço social e econômico brasileiro até a implantação do trabalho assalariado e a chegada do imigrante europeu por si só não alavancariam o desenvolvimento das forças produtivas. O Estado de São Paulo até então possuía uma sociedade atrasada socioeconomicamente em relação à ideologia e às formas capitalistas. Era uma sociedade que ainda carregava traços coloniais, formada pelos grandes latifúndios com um modo de produção escravista. Havia uma hierarquia na qual os grandes proprietários rurais e os comerciantes *export-import* estavam no domínio. Abaixo destes estavam os escravos, que realizavam uma atividade agrícola pouco produtiva (MAMIGONIAN, 1976). É por isso que fica muito clara a importância da chegada dos imigrantes atraídos pelos cafezais e o desenvolvimento da pequena produção mercantil, com toda a diferenciação social (produção de pequenos capitalistas, uma gama enorme de operários, etc.) inerente a ela.

No final do século XIX, portanto, a sociedade paulista se caracterizava por um modo de produção marcado pela expansão do espaço mercantil europeu. Produziam-se e exportavam-se gêneros como açúcar, café, etc. Eram importados da Europa produtos manufaturados (tecidos, móveis, louças, etc.). Os produtos manufaturados que vinham da Europa serviam para atender a uma minoria, como os grandes proprietários rurais e os comerciantes. Era um mercado consumidor limitado, porque era uma sociedade que tinha na base os escravos (MAMIGONIAN, 1976).

Assim, as manufaturas vindas do exterior não faziam parte do mundo dos escravos, pois estes não formavam um mercado consumidor minimamente representativo. Faltavam, portanto, o estabelecimento das relações sociais de trabalho características da transição capitalista (MAMIGONIAN, 1976).

Além de não existir um mercado que estimulasse uma produção interna, é notável a pouca iniciativa, por parte dos cafeicultores, em desenvolver outros ramos de negócios além daquelas que estavam ligadas à economia do café. Os lucros que obtinham das safras eram usados para consumir produtos de luxo europeus, e não aplicar em empreendimentos industriais. Quando conquistavam uma acumulação, passavam a residir nas cidades. Era onde viviam na ociosidade e possuíam uma vida de consumo fácil, construíam mansões luxuosas baseadas no estilo europeu e decoradas com objetos desse continente. Daí a dificuldade em se promover uma industrialização que viesse por iniciativa dos barões de café (MAMIGINIAN, 1976).

Certamente, o processo de acumulação no estado de São Paulo, para adquirir uma estrutura econômica e social na qual pudesse desenvolver as forças produtivas capitalistas, coincidiu com o momento em que a produção cafeeira atingiu níveis elevados. Mas, como estamos dizendo, foi de fundamental importância a entrada de imigrantes vindo de países onde as forças produtivas capitalistas já estavam bem desenvolvidas em relação ao Brasil, e a estrutura socioeconômica na qual esses imigrantes se inseriram veio a transformar profundamente o espaço econômico e social do Brasil e, sobretudo, de São Paulo.

Boa parte do fluxo migratório que saía da Europa no século XIX seguia em direção ao Estado de São Paulo. A partir da década de 1880, houve uma entrada maciça de imigrantes nesse estado. De acordo com Cano (2007), o contingente migratório para São Paulo era constituído por nordestinos, japoneses e pessoas de várias outras nacionalidades. No entanto, observa-se que havia uma predominância de europeus dentro desse fluxo migratório. Entre os anos de 1882 e 1885, entram no estado de São Paulo cerca de 4 mil imigrantes. Esse número passaria, nos anos de 1887 a 1897, de 9,5 mil para 32,1 mil, perfazendo um total de 68,5 mil imigrantes (CANO, 2007).

A entrada de imigrantes nas lavouras de café foi importante para solucionar a escassez de mão de obra, causada, sobretudo, pelo declínio da entrada de escravos no país e pelos elevados valores que estavam sendo pagos por eles no final do século XIX. A entrada desse exército de mão de obra nas fazendas justifica os níveis elevados que a produtividade cafeeira alcançaria, como já foi visto. Mas o que é importante nesta parte do trabalho é entender a importância dos imigrantes no processo de industrialização paulista. Eles proporcionaram uma transformação naquele antigo núcleo social brasileiro formado pela expansão do espaço mercantil europeu. Nesse processo, começou a se desenvolver uma estrutura social e econômica

no Brasil compatível com a de países capitalistas. A importância da entrada dos imigrantes em países onde ainda não estivessem desenvolvidas as forças produtivas capitalistas é observada por Mamigonian (1976, p. 89), que insiste que, partindo de um espaço com estruturas “econômico-sociais capitalistas plenas ou emergentes, tais imigrantes transplantaram estas mesmas estruturas nas regiões de destino”. Em suas palavras, os migrantes europeus “embarcaram para as referidas regiões com o capitalismo em seus ossos”, mesmo se não dispunham de nenhum capital”, dispunham de “iniciativas, habilidades especiais e engenhosidade”.

Portanto, a nova relação de trabalho que foi se estabelecendo nas lavouras de café foi importante para a criação de uma estrutura socioeconômica favorável ao desenvolvimento capitalista. Além disso, com o uso difundido do dinheiro, a terra passou a ser um fator volátil de troca, pois adquiriu valor monetário (DEAN, 1971). Desse modo, os imigrantes que passavam a trabalhar sob o regime de assalariamento pleiteavam uma possibilidade de virem a tornar-se proprietários de terra (DEAN, 2007). Muitos imigrantes “adquiriam fortunas e conseguiam igualar-se aos fazendeiros em posição social” (DEAN, 1971, p. 59). Quando conseguiam acumular, diferentemente dos grandes latifundiários, tornavam-se empresários industriais.

Portanto, além de terem tido um importante papel na criação de um mercado consumidor a partir do final do século XIX, foram fundadores de importantes indústrias, e, diferentemente das características daquela sociedade colonial cafeeira, os europeus traziam consigo o empreendedorismo. Inicialmente, eles fundaram indústrias nos ramos têxteis, alimentícios e de bens de consumo não duráveis. Depois tiveram iniciativas para desenvolver outros ramos industriais, como no caso dos grupos Votorantin, Matarazzo e Jafet, os quais, como observa Mamigonian (1976, p. 96), “diversificaram consideravelmente suas aplicações industriais, penetrando em novos setores: cimento, siderurgia, química, etc.” Diversificação que contou também com a ação do Estado, incentivando o desenvolvimento desses novos setores na década de 1920, como será visto mais adiante.

Com essas transformações, São Paulo estava diante de muitos fatores favoráveis para que ali se desenvolvesse o seu parque industrial. Havia um mercado consumidor com grande potencial para se expandir, o que se confirmou com a expansão urbano-industrial e com a oferta de mão de obra que saía das lavouras em direção às cidades quando as lavouras não mais podiam absorver todo o contingente. Vale concluir também que o exército de trabalhadores disponíveis para as indústrias

que ali se desenvolveram vinha de regiões européias que já tinham experiência industrial, e São Paulo, com essas vantagens, começou a concentrar, no início século XX, um parque industrial que depois veio a ultrapassar os de outros estados brasileiros.

2.2 A formação da burguesia industrial de São Paulo

A revolução democrático-burguesa no Brasil, como observado em outra ocasião neste trabalho, foi caracterizada no âmbito de um conceito elaborado por Gramsci, ou seja, um processo passivo de revolução. Pois, como já havia observado Diniz (1978, p. 26), a implantação do capitalismo no Brasil não significou efetivamente a destruição dos modos de produção arcaicos. Estes foram “componentes da dinâmica do processo de expansão capitalista”.

Além da sobrevivência de antigos modos de produção, é possível observar que um componente a mais para o processo de revolução passiva instaurada no Brasil está na pouca articulação dos empresários industriais, fator que irá caracterizá-los como um grupo com pouca mobilização em defesa de seus interesses de classe. Embora, como observaram Diniz e Bochi (1978), não se deva atribuir à burguesia nacional um grau de completa passividade.

De acordo com os referidos autores, a classe burguesa que se desenvolve no Brasil se caracteriza como um grupo heterogêneo tanto no que diz respeito a sua origem social como em termos de participação no processo produtivo.

É sobre os pilares do antigo regime colonial escravocrata que vai emergindo uma nova sociedade que, posteriormente, vai dando à luz o reino do privatismo burguês. Dentro dessa sociedade senhorial-escravocrata, o processo de modernização econômica da sociedade brasileira tem de enfrentar o exclusivismo agrário. Este, parafraseando Vianna (2004, p. 47), “vai coexistir com um trabalhador formalmente livre, embora submetido a um estatuto de dependência pessoal aos senhores de terra”.

Assim, sob a manutenção das bases agrárias arcaicas, o processo de revolução democrático-burguesa como modernizadora da economia e da sociedade brasileira será, como escreve Luiz Werneck Vianna (2004, pp. 48-49), “acolhida por setores tradicionais das elites tradicionais sob a liderança de Minas Gerais e Rio Grande do Sul”, um processo que se iniciou com a Revolução de 1930, denominada como “modernização conservadora”, dando “um novo andamento à revolução Burguesa” nacional. Assim é que “a Ibéria”, ou seja, as raízes arcaicas

portuguesas, “se reconstrói, sem se desprender de suas bases agrárias” (VIANNA, 2004, pp. 48-49).

Nascimento (2002, pp. 21-22) descreve a Revolução de 1930 como “sendo o reflexo da crescente importância econômica e demográfica do Rio Grande do Sul” no cenário nacional. Havia partidos políticos locais que serviam para suporte do jogo político regional e de grupos locais. Havia alianças de caráter pessoal para “apoiar os governos locais e regionais em troca de suporte político, econômico e militar”. O Rio Grande do Sul era um Estado forte na cena econômica nacional, situação que o deixava na “linha de eleger um político de suas oligarquias à presidência da República”. Tal situação ocorreu junto ao enfraquecimento das oligarquias cafeeiras.

Isso ocorreu, sobretudo, pelo avanço do desenvolvimento das forças produtivas da região, processo que acabou refletindo no cenário político nacional. A respeito do desenvolvimento econômico do sul do Brasil, Silva (2011, pp. 54-55), sobre um arcabouço teórico marxista, já verifica no século XIX uma estrutura social bastante desenvolvida em relação ao sistema latifundiário do tipo de colonização portuguesa. Um processo que “Leo Waibel chamou [...] de colonização européia, aquele em que, por oposição ao sistema de latifúndios portugueses, uma classe de pequenos proprietários rurais foi capaz de tomar posse de terras e estabelecer comunidades próprias”. Nessas mesmas áreas é que Roche identificou a “base de uma democracia rural” caracterizada por trazer traços do modelo britânico de transição capitalista, segundo Silva, onde já havia ocorrido, como bem assinalou Mamigonian (1986, p. 104 apud SILVA), o “estabelecimento de milhares de pequenos agricultores, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma divisão social de trabalho”. O efeito de tudo isso é que nessas áreas já existiam “relações de produção e velocidades diferentes de acumulação capitalista, que contrapõem áreas de latifúndio e de pequena produção”.

Conforme Dean (1971) observou, os industriais paulistas são originários, além dos imigrantes europeus, de comerciantes e também de antigos fazendeiros de café. Esses dois últimos grupos sociais viam os empreendimentos industriais como uma maneira de ampliar o seu mundo de negócios. Mas esse autor caracteriza a burguesia industrial também como um grupo quase com a mesma importância econômica em relação à antiga elite rural (DEAN, 1971).

Como já assinalamos, a ampliação do mercado consumidor, o desenvolvimento da infraestrutura e os mecanismos sociais – este último como fator mais importante (MAMIGONIAN, 1969) – levaram ao rápido crescimento dos estabelecimentos industriais e do mundo

burguês em São Paulo, cujas características sociais guardam muita semelhanças com o que Silva (2011) assinalou para o Sul do Brasil.

Em 1930, além de dar um salto qualitativo em seu parque industrial, São Paulo já é responsável por representar 31,5 % da produção industrial nacional diante de 15,9% no ano de 1905 (CANO, 2007). A indústria paulista alcançaria outros importantes espaços industriais dentro do território brasileiro, como, por exemplo, o estado da Guanabara. Este, como assinala Mamigonian (1976, p. 83), “liderou a industrialização nacional até a 1ª Guerra Mundial”.

Portanto, até meados do século XX, o que sustentou o processo de industrialização de São Paulo foi uma camada de empresários industriais, sendo que a maioria era de origem imigrante, pois a velha aristocracia rural que se envolvia no ramo industrial acabava voltando ao seu antigo mundo de negócios¹⁶. Era uma acumulação que partia, na maioria das vezes, do pequeno modo de produção mercantil que se desenvolvia no Sul do Brasil. Pereira (1985), ao estudar a origem social do empresariado paulista, assinala a existência, entre 204 empresários, de 34 (16,7%) de origem pobre, operários e trabalhadores rurais, 58 (28,4%) da classe média inferior, comerciários e pequenos proprietários urbanos e rurais, e 44 (21,6%) das camadas médias intermediárias, comerciantes de médio porte. Assim sendo, 66,7 dos empresários nacionais do complexo industrial de São Paulo têm origem relativamente modesta, assinalando-se entre eles forte predominância de origem imigrante: 94,1% entre os provenientes da classe pobre, 94,8% entre os provenientes da classe média inferior e 81,8% entre os originários das camadas médias intermediárias.

Como já assinalamos, eram indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis, como calçados, têxteis, alimentos (MAMIGONIAN, 1976), e foram empreendimentos industriais impulsionados pelo crescente mercado consumidor devido à rápida expansão urbana (NEGRI, 1996).

É possível observar que a classe industrial que se consolidava nas duas primeiras décadas do século XX, embora de origem modesta e com poucas conquistas no que diz respeito à influência política no

¹⁶ “Nas duas primeiras décadas do século XX houve forte coincidência e relações de causa e efeito entre crescimento industrial de São Paulo e 1) ascensão do empresariado industrial imigrante e dos colonos de café à condição de pequenos proprietários e 2) decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e de grandes proprietários rurais (MAMIGONIAN, 1976, p. 93).

período, já se constituía como um grupo dotado de uma certa consciência de seus interesses ou direitos (DINIZ, 1978a).

De acordo com Diniz e Bochi (1978), o que a literatura estabelece quando se trata do significado político do empresariado paulista é que o peso político dos industriais está relacionado aos aspectos quantitativos da industrialização. Boris Fausto, por exemplo, estabelece “o reduzido significado do empresariado industrial na década de 1930 e sua baixa quantidade de empregados em relação aos demais ramos da economia, e à alta proporção de pequenas empresas” como fatores preponderantes para o pouco peso político do setor (BOCHI; DINIZ, 1978, p. 25-30 apud FAUSTO, 1970).” Em contraposição a essa assertiva, Bochi e Diniz chamam a atenção para que não se deve ignorar a expressividade de uma elite industrial, cujo poder econômico sobressaía de forma bastante significativa dentro de um contexto industrial extremamente atomizado”.

Isso fica evidente para o ramo da indústria têxtil, como, por exemplo, Matarazzo, Votorantim e Jafet, as quais expandiram os seus empreendimentos para outros setores, como cimento, química e siderurgia (MAMIGONIAN, 1976). Desse modo, na década de 1930 a classe industrial, além de representar um grupo econômico com algum peso, se constituía “como um setor já bastante diferenciado das elites tradicionais.” (BOCHI; DINIZ, 1978, p. 42).

Mas o que se observa na sociedade paulista é, pelo entendimento de Diniz (1978a, p. 243), que a burguesia havia “possuído uma consciência de seus interesses”, enquanto em termos de aquisição de poder, seus “ganhos seriam bastante restritos.” Isso “levaria a que, em alguns casos, os industriais definissem seus objetivos a níveis inferiores ao grau de amadurecimento” no que diz respeito à definição de valores e metas próprios”.

Soma-se a isso que, em meio ao processo de concentração industrial no estado de São Paulo, ainda permanecia a consciência da elite rural em não sair do seu mundo de negócios, como observou Dean (1971). De fato, na sociedade paulista, que passava por um processo de crescimento da classe média urbana no início do século XX, ainda é possível encontrar uma forte resistência em relação ao seu processo de modernização econômica. Nas palavras de Dean, a sociedade paulista “não é uma civilização *parvenue*”, ela “sente dentro de si mesma o grande impulso do passado” (DEAN, 1971, p.75).Entretanto, a infraestrutura, como a implantação das ferrovias e a implantação da energia elétrica, assim como a ampliação do mercado interno (MAMIGONIAN, 1969) e ainda a oferta de mão de obra gerada pela

não absorção das lavouras cafeeiras (CANO, 2007), eram condições estimulantes para a concentração industrial paulista.

É possível depreender, portanto, que a despeito de todos os obstáculos, o próprio dinamismo da economia cafeeira condicionou indiretamente as condições econômicas para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. E é também possível observar que a classe industrial que se consolidava nas primeiras décadas do século XX, embora de origem modesta e com pouca importância no que diz respeito à influência política no período, já se constituía como um grupo dotado de certa consciência de seus interesses (DINIZ, 1978a).

2.3 A evolução da indústria paulista

A concentração industrial em São Paulo teve seu ponto de partida no início do século XX. Entre os anos de 1905 e 1907 houve um salto qualitativo em seu parque industrial.

No período que vai de 1905 a 1919 a participação da indústria de São Paulo na produção nacional saltou de 15,9% para 31,5% (CANO, 2007). O estado de São Paulo alcançaria outros importantes espaços industriais dentro do território brasileiro, como por exemplo, o estado da Guanabara. Este, como assinala Mamigonian (1976, p. 83), “liderou a industrialização nacional até a 1ª Guerra Mundial”.

Como já dissemos, essa concentração ocorreu porque a indústria paulista contava com algumas condições favoráveis geradas dentro da sociedade cafeeira. Havia grandes problemas em relação à infraestrutura. Com a implantação das ferrovias, o estado de São Paulo passou a contar com um sistema de transporte que favorecia o escoamento de produtos (CANO, 2007).

Além disso, o parque industrial paulista estava operando com uma oferta de força de trabalho relativamente abundante. O excedente de trabalhadores era gerado por um fluxo migratório que saía das lavouras cafeeiras em direção ao setor urbano. As lavouras não tinham condições de absorver todo o contingente disponível, devido à grande quantidade de pessoas que vinham da Europa e de outras partes do Brasil, como o Nordeste. E por fim, a formação de um mercado consumidor foi importante para estimular a produção industrial (CANO, 2007). Com essas mudanças em sua estrutura socioeconômica, o território paulista caminhou para concentrar a maior parte da indústria nacional.

As primeiras indústrias paulistas eram produtoras de bens de consumo não duráveis, como, calçados, têxtil, alimentos, etc. Além

dessas, havia também, como assinalou Mamigonian (1976, p. 91), “uma indústria local que produzia bens para uma sociedade de alto padrão, móveis, caxemira, chapéus de qualidade”. Era uma indústria que nascia para atender a um mercado consumidor local. O potencial consumidor era mais elevado do que aquele formado pelo modo de produção de trabalho escravo.

A maioria dessas indústrias foi fundada pelos imigrantes europeus, os quais procuravam diversificar os seus ramos de atividades. No setor têxtil, por exemplo, os empreendimentos implantados pelos imigrantes cresceram rapidamente em relação àqueles fundados pela aristocracia rural cafeeira (MAMIGONIAN, 1976, p. 87). O referido autor assinala que estes “na maioria acabaram perdendo seus estabelecimentos industriais”.

Grandes grupos que se concentravam no ramo têxtil (Matarazzo, Votorantim, Jafet, etc.) expandiram os seus empreendimentos para outros setores (cimento, química, siderurgia) (MAMIGONIAN, 1976). Junto com a expansão urbana industrial também surge um setor de prestação de serviços, oficinas que realizavam a manutenção de equipamentos industriais. Essa é outra situação em que podemos ver o surgimento de outros ramos industriais, destacando o setor que produzia máquinas. Mamigonian (1976, p. 96) assinala que essas oficinas “se transformavam em indústrias de máquinas”. Isso porque “os consertos logo exigiram fabricações de peças simples e em seguida de conjuntos inteiros”.

O autor destaca quatro oficinas: Bardella, que em 1911 prestava serviços, foi verificado que depois se tornou indústria de bens de capital; Villares, que “consertava elevadores passou a fabricá-los”, e além desses, passou a fabricar “aços especiais, motores diesel, escavadeiras, guindastes, pontes rolantes” (MAMIGONIAN, 1976, p. 95); Romi, de uma “oficina de automóveis passou a fabricar implementos agrícolas”. Esta última, segundo o autor, mudou de ramo e passou a “fabricar tornos e se tornando um dos maiores fabricantes mundiais deste produto”. E por fim, Dedini, a qual passou a “produzir usinas de açúcar depois de ser uma oficina de conserto” (MAMIGONIAN, 1976, p. 96).

A década de 1930 é um momento em que podemos observar dois fatos importantes no que diz respeito ao desenvolvimento econômico brasileiro e à economia mundial, e isso acabou refletindo no crescimento industrial de São Paulo. Quanto à economia mundial, essa é uma fase na qual o capitalismo se encontra na fase “b” do terceiro ciclo de Kondratieff. Época na qual, segundo Mamigonian (1987, p. 66), há uma “diminuição do ritmo econômico do centro do sistema capitalista,

gerando uma contração das quantidades e dos preços das matérias-primas na periferia”, pois esses suplementos serviam para abastecer o comércio mundial. A queda nas exportações de matérias-primas acabava gerando uma ociosidade desses recursos. Segundo o referido autor:

era necessário procurar utilizações que lhe dessem rendimentos, levando a economia de alguns países periféricos a se concentrarem na produção de artigos tradicionalmente importados, isto é, na produção de substituição de importações.

Deve-se levar em consideração também que tal crescimento se dá por meio de estímulos, uma vez que o desenvolvimento de alguns setores industriais gerará o desenvolvimento e crescimento de outros. Mas nesse processo, como já foi visto, foi de fundamental importância a atuação por parte dos governos que se seguiram no poder, já que a década de 1930 coincidiu com mudanças nas estruturas sociopolíticas brasileiras. É o momento no qual iremos assistir à forte presença do Estado nacional no desenvolvimento econômico do país. A indústria nacional inicialmente importou muitos insumos e equipamentos industriais (NEGRI, 1996). Com a atuação estatal, a partir de 1930, houve um crescimento significativo dos setores de base da economia.

Nesse momento, a indústria nacional encontrou dificuldades para importar equipamentos industriais, fato que aconteceu durante os períodos das duas guerras mundiais (NEGRI, 1996).

Tomamos como exemplo a indústria têxtil. Era o ramo que apresentava uma participação significativa nos valores da produção industrial do estado de São Paulo (NEGRI, 1996). Se essa participação já era importante desde os primórdios da industrialização paulista, ela aumentaria ainda mais depois da segunda guerra mundial, pois de acordo com Mamigonian, a indústria têxtil passou por um nítido “processo evolutivo na década de 1930” (1976, p. 94).

Uma vez que era a indústria que tinha crescente importância no processo econômico, isto estimularia o desenvolvimento de indústrias de bens de capital devido à demanda por produtos e, sobretudo, como notou Cano (2007, p. 171), por “ter sido um dos setores que mais restringiu suas importações de bens de capital, desde o início da guerra”. Situação que também foi observada por Negri (1996, p. 67), pois “em decorrência do decreto nº 19.739 de 7 de março de 1931, a indústria têxtil passou a contar com a proibição da importação de equipamentos”.

Tabela 1. Estrutura setorial da indústria paulista – 1937

	Pessoal ocupado		Valor da produção	
	N°	%	Contos de Réis	%
GRUPO I	153.290	60	3.942.354	71,4
Alimento	23.491	9	1.156.732	20,87
Têxtil	87.401	35	1.722.827	31,09
Calçados	15.169	6	448.385.00	8,09
Bebidas	3.595	1,5	137.446	2,48
Farmácias	3.595	0,7	109.933	1,98
Fumo	435	0,7	79.378	1,43
Higiene	1.928	0,7	87.671	1,53
Gráfico	1.994	3	119.625	2,16
Mobiliário	8.817	4	80.314	1,46
GRUPO II	68.561	25	1.326.422	23,94
Química	8.457	3	523.656	9,45
Metalurgia	19.686	7	292.355	5,28
Papel	5.065	2	137.021	2,47
Borracha	3.045	1	9.547	0,17
Couro	3.072	1	76.298	1,38
Madeira	8.231	3	87.972	1,38
GRUPO III	31.489	12	272.573	4,98
Mecânica	8.230	3	127.421	1,22
Transporte	16.399	6	54.260	2,3
Elétrico	2.421	1	23.153	0,98
Diversos	4.239	2	23.153	0,42
Minerais	21.0005	8	199.660	3,6
Total	253.240	100	5.541.350	100

Fonte: Barjas Negri (1996).

A tabela 1 mostra o desempenho da indústria paulista na década de 1930. A primeira Guerra Mundial causou uma queda nas importações de gêneros industriais. Se a economia de São Paulo, antes disso, já passava por um momento de expansão, essa é uma fase em que ela prosperou ainda mais. A conquista de outros mercados consumidores, como o Rio de Janeiro, Nordeste, Sudeste e Sul do país, contemplou São Paulo (MAMIGONIAN, 1976).

Consolidada uma indústria de produtos de bens de consumo não duráveis para um mercado consumidor com potencial para crescer, o estado de São Paulo seguia rumo à diversificação de seu parque industrial. O crescimento dos setores de bens intermediários, de bens de capital e de consumo durável começou a ter uma importância em termos de operários empregados e no valor da produção industrial a partir do século XX. E foi na Grande São Paulo que esses setores se concentraram devido ao capital internacional e por outros fatores, como será analisado mais adiante.

Segundo Negri (1996) o crescimento industrial brasileiro foi se dando de forma concentrada no estado de São Paulo.

Neste período, assiste-se a uma aceleração da concentração industrial em São Paulo, que, em 1949, passa a deter 48,9% do VTI brasileiro, chegando, em 1956, a 52,2%. O crescimento industrial da Grande São Paulo foi o principal responsável por isso, com sua participação, naquele VTI, passando de 29,3% para 34,8%, no período de 1939/56, enquanto o interior, embora reduzisse sua participação na indústria de São Paulo, ganhava peso no total da indústria nacional (NEGRI, 1996, p.86).

Se, como assinala Mamigonian (1976, p. 94), “de 1880 a 1914 a indústria de São Paulo baseou-se no mercado paulista, transplantado da Europa com a imigração”, após a primeira guerra mundial, de acordo com o referido autor, o mercado consumidor da indústria paulista se expandiu consideravelmente, passando a atender mercados em outras regiões brasileiras devido à queda das importações ocasionada, sobretudo, pelos conflitos bélicos. Isso levou o setor têxtil, por exemplo, a se expandir, o qual, “perfazia 30% da produção industrial paulista”, como disse Cano (2007, p. 164). O mesmo autor também observa que entre os anos de 1913 e 1918 o setor passou por uma expansão

qualitativa em decorrência de “novos mercados de São Paulo e do resto do país” (CANO, 2007, p.178).

2.4 Conclusão do segundo capítulo

É possível concluir que a industrialização de São Paulo teve o seu início em meados do século XIX e desde esses inícios foi condicionada por mecanismos não só externos, isto é, ligados ao comércio exterior, mas também endógenos. Tratou-se claramente de um desenvolvimento condicionado pela produção cafeeira, associada às exportações. Todavia, podemos atribuir esse desenvolvimento socioeconômico também e até principalmente à chegada do imigrante europeu. Esses estrangeiros que chegavam ao país iriam estabelecer um regime de trabalho que transitava para o trabalho assalariado. Isso porque já se comportavam como consumidores, e isso contribuiu para formar um mercado consumidor interno, estimulando uma produção industrial de produtos de consumo de necessidades básicas (alimentos, roupas, calçados, etc.).

É importante chamar atenção para o fato de os imigrantes europeus serem os responsáveis pela transformação do espaço econômico brasileiro em uma estrutura socioeconômica compatível à de países capitalistas. Isso porque eles traziam consigo o ideário capitalista. Ou seja, com o seu espírito empreendedor, na medida em que se tornavam-se pequenos produtores, conseguiam ascender socialmente e se transformavam em pequenos industriais. Soma-se a isso o fato de que, no caso daqueles que não conseguiram ascender socialmente, a experiência no mundo industrial europeu permitiu que se constituíssem em importante contingente de mão de obra para o espaço urbano industrial que viria surgir.

Diante de tudo isso, é possível concluir que o resultado desse processo foi uma rápida expansão urbana na cidade de São Paulo e do seu entorno a partir da década de 1920.

Essa rápida expansão urbana ocorrida na capital e em seu entorno justificará a concentração de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana de São Paulo que se dá a partir de então.

Assim, é possível chegar à conclusão de que até a Segunda Guerra Mundial o crescimento industrial paulista se dá seguinte forma: entre o final do século XIX e início do século XX, a indústria de São Paulo baseou-se no dinamismo do mercado paulista, transplantado da Europa pela imigração. Após a primeira guerra mundial, o mercado

consumidor da indústria paulista se expandiu consideravelmente, passando a atender outras regiões brasileiras devido à queda das importações causadas pela depressão dos anos 30 e pelo segundo conflito bélico, e o resultado de tudo isso é a concentração industrial em São Paulo.

Capítulo 3

A reestruturação urbano-industrial do estado de São Paulo

3.1 As teorias locacionais e a formação do espaço urbano industrial de São Paulo

Ao analisar um processo de reestruturação urbano-industrial em um determinado território, tem-se como um dos principais objetos de estudo a realocação industrial. No caso do estado de São Paulo, como será observado nos mapas, houve uma tendência das unidades produtivas de se localizarem ao longo dos principais eixos rodoviários.

Foi também uma característica do território paulista a aglomeração industrial ao redor de importantes cidades consideradas concentradoras de fábricas desde os primórdios da industrialização (São Paulo, Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Ribeirão Preto). Foi a partir desses núcleos urbanos industriais que se gestou um novo espaço metropolitano estendido a partir de toda a região. Isso caracterizou um processo de desconcentração concentrada da indústria no território paulista, segundo Lencioni (1998).

A dinâmica espacial da indústria tornou-se objeto de estudos de vários intelectuais. Com base em estudos empíricos surgiram algumas teorias de localização industrial. Elas foram formuladas tendo como base os custos de transportes, proximidades às fontes de matéria-prima e ao mercado consumidor. São teorias forjadas sob o predomínio de esquemas hipotéticos.

Na vasta literatura a respeito do tema, destacamos dois autores que resgatam algumas das principais teorias de localização industrial como suporte metodológico para explicar o fenômeno urbano-industrial. Rizziere (1982, p. 43) defende a ideia de que o fenômeno de concentração urbano-industrial é explicado através dos fundamentos da localização industrial. O referido autor trabalha com a teoria forjada por Augusto Losh. Tal teoria tem como base o princípio de que localização das atividades produtivas está relacionada à minimização dos custos totais de transportes.

A teoria em questão pressupõe as seguintes condições: a) uma distribuição das matérias-primas sobre um plano isotopo, isto é, onde as possibilidades de transporte sejam iguais por toda a área e os custos

iguais sobre os pontos de planície homogênea; b) uma distribuição homogênea da população; c) consumidores com gostos e preferências idênticas; d) as localizações da produção devem ser tão numerosas que o espaço geográfico fique inteiramente ocupado; e) as áreas de abastecimento e as vendas devem ser suficientemente pequenas, porque somente nesse caso o número de unidades produtivas que pode sobreviver economicamente terá atingido o máximo; f) os consumidores que se localizam nos pontos limítrofes das áreas de mercados tornem-se indiferentes quanto aos produtores vizinhos, quando necessitem abastecer. O equilíbrio é o resultado líquido de duas tendências: os produtores buscam maximizar seus lucros individuais e os consumidores procuram conseguir acesso ao mercado mais barato (RIZZIERE, 1982).

O referido autor ainda traz elementos da teoria do precursor da teoria de localização e dos custos de transportes, Alfred Weber. Tal teoria se baseia em um princípio mecânico no qual a “localização industrial resulta do equilíbrio de um sistema de forças”. Nesse sistema, procura-se achar um ponto ótimo de localização onde os custos de transportes serão os mínimos possíveis em relação ao mercado consumidor e às fontes de matéria-prima. Desse modo, o ponto ótimo de localização será determinado por meio de cálculos geométricos com a ajuda do triângulo locacional (RIZZIERE, 1982, p.52).

Rizziere (1982) também faz uma análise em relação ao fator escala de produção e como ele pode afetar a localização industrial, sendo esse um componente que irá induzir a concentração da produção no espaço. Na ótica de Rizziere (1982, p. 64), na medida em que ocorre a expansão do mercado consumidor, o custo de transporte passa a causar menos impacto no custo do movimento circulatório do capital. Sendo assim, à medida em que se expande o mercado consumidor, a localização das atividades produtivas se orientará em direção a ele. Isso porque os custos de transportes, “levando em consideração o volume a ser transportado do produto final, seria inferior em relação aos custos de transporte de insumos”. Portanto, nesse caso, a escala de produção determinada pelo mercado consumidor irá afetar a localização industrial.

Richardson, (1981, p.56), quando trata de desenvolvimento regional no livro intitulado “Economia Regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional”, além das teorias de Losh e Weber, faz referência também a mais duas autorias. Uma delas é a teoria geral de localização de Grenhuta, que leva em consideração os custos. Grenhuta procura determinar, segundo Richardson, que “uma condição ou circunstância de equilíbrio locacional ocorrerá numa situação em que as firmas irão buscar o máximo lucro possível”. E, por fim, a teoria do

equilíbrio geral proposta por Lefebvre, a qual tem como característica integrar o fator transporte, onde possa “minimizar o número de toneladas-quilômetros envolvidas no movimento espacial dos produtos” (RICHARDSON, 1981, p. 118). Desse modo, entende-se que quanto mais próximo a produção estiver do mercado consumidor, mais a localização será ótima.

A concentração industrial no território paulista esteve relacionada a alguns fatores. O intenso processo de urbanização esteve ligado à economia cafeeira. A partir do final do século XIX, é possível observar que houve uma expansão das atividades econômicas na cidade de São Paulo, e isso está atrelado ao papel que a capital tinha na economia cafeeira. Segundo Cano (2007), era ali na capital e no porto de Santos onde ocorria todo o processo de distribuição e logística do café, o que efetivava a tendência para a concentração da produção industrial. Com esse processo, desenvolveu-se uma série de atividades tipicamente urbanas. Além das industriais, toda uma infraestrutura de serviços foi crescendo, como bancos, armazéns, comércio, oficinas e escritórios (Cano, 2007).

No processo de reestruturação urbano-industrial paulista, a formação do Multicomplexo Territorial da Indústria, como proposto por Selingard-Sampaio (2009), apresenta-se como uma área expandida das tradicionais cidades industriais paulistas. Desde os primórdios da industrialização paulista, foi se cristalizando uma rede de infraestrutura, mercado consumidor e disponibilidade de mão de obra. Desenvolveu-se, dentro desse perímetro urbano industrial, ao longo da malha viária, um complexo industrial no qual pode ser encontrada, além de uma diversificada indústria de bens de consumo não duráveis, uma estrutura contendo os setores produtores de bens intermediários, bens de capital e de bens de consumo duráveis.

Além disso, podem ser encontrados nesse raio, ao lado de importantes universidades, os principais polos tecnológicos e centros de pesquisas do país. Todo esse aparato foi um fator que contribuiu para que o estado de São Paulo, principalmente as regiões lideradas pelas cidades de São Paulo, Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, São Carlos e Santos, se sobressaísse na escolha da localização industrial, em detrimento de outras áreas¹⁷.

¹⁷ Sandra Lencioni (1991, pp. 23, 24, 25) em seu estudo do setor industrial têxtil no estado de São Paulo, verificou o quanto importante foi a ação por parte do Estado, tanto estadual como federal, no que diz respeito à orientação locacional da indústria, tendo como propósito a descentralização industrial da Metrópole

Tratando-se do processo de industrialização do estado de São Paulo e de seu processo de concentração territorial da indústria, pode-se dizer que elementos como proximidade à infraestrutura, mão de obra disponível e mercado consumidor tiveram importância para o processo de formação do espaço metropolitano. Portanto, é preciso inicialmente privilegiar a metrópole paulistana e seu entorno, bem como a aglomeração entre esta e as regiões interioranas. Por isso a importância de não deixar essas construções teóricas sobre localização passarem despercebidas.

Porém, é também com o apoio de um arcabouço teórico marxista que é possível não perder de vista a inteligibilidade dos fatores históricos sociais nesse processo. Trata-se afinal de uma visão voltada para a totalidade do processo sócio espacial. É uma linha de raciocínio importante, já que para um estudo de geografia industrial é sugestivo atentarmos para o fato de que o espaço urbano emerge sob as relações de produção capitalista, as quais nascem sob as ruínas de modos de produção precedentes.

O desenvolvimento capitalista no estado de São Paulo foi um legado deixado pela economia cafeeira e as contradições que emergiram a partir do seu desenvolvimento, sobretudo aquelas ligadas à presença da pequena produção mercantil imigrante no interior das fazendas. Em

Paulistana a partir da década de 1970. O governo do estado de São Paulo estimulou o desenvolvimento da indústria nas regiões de Campinas e de São José dos Campos quando instalou as “refinarias de petróleo nas cidades de Paulínia e em São José dos Campos”. Além disso, “com o desenvolvimento do programa do álcool na década de 1970 estimulou a indústria de bens de capital na região de Campinas”. A região campineira também foi ganhando importância com o desenvolvimento “das indústrias de informática, microeletrônica e telecomunicações”. O governo estadual, “com a construção de rodovias modernas” e com a criação de órgãos como o “Comitê de Coordenação Financeira da Política de Industrialização de São Paulo tinha como objetivos: propiciar a criação de empregos no interior; promover uma melhor distribuição da atividade industrial; propiciar o estímulo às empresas nascentes e as realocações; e promover a descentralização e o ordenamento industrial da Região Metropolitana de São Paulo”. Já o governo Federal implementou “políticas para dirigir a indústria para a Região Nordeste”. O que se verificou, como a própria autora observou em posteriores estudos, é o fato de ocorrer uma desconcentração de forma concentrada, privilegiando antigas áreas industriais (Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos), as quais, junto com a Metrópole Paulistana, foram formando um novo aglomerado territorial da indústria.

São Paulo, o processo se manifestou de forma mais acentuada em relação a outras regiões brasileiras. Pode-se dizer que o desenvolvimento do capitalismo é o resultado, como dizem os manuscritos econômicos de Marx, “de um determinado estágio de desenvolvimento social”, ou seja, “da produção de indivíduos sociais” (2011, p. 41).

Desse modo, tomamos a liberdade aqui de nos desprendermos um pouco das teorias locacionais tradicionais que determinam um ponto ótimo de localização industrial, através de mecanismos basicamente hipotéticos, para compreendermos o espaço metropolitano paulista em sua dimensão histórica. Ou seja, entende-se aqui que, para compreender a consolidação do território industrial paulista, toma-se necessário ter como um apoio a categoria de Formação Econômica e Social. Tal categoria, como elucidou Milton Santos (2012, p. 38) em “Por uma Geografia Nova”, permite analisar o espaço de modo a não ficar retido numa escala simplesmente regional, permitindo uma abordagem que considere as escalas nacional e também mundial, centrais em uma análise que privilegia a “totalidade social”.

De fato, São Paulo era já parte da formação social do Brasil, uma formação que em seu conjunto vinha em um processo de transformação da antiga estrutura social, baseada numa economia colonial de base primária, para uma economia urbano-industrial capitalista, como nos permitem lembrar as diferentes cidades portuárias que começam a se industrializar a partir do final do século XIX (MAMIGONIAN, 2000). Mas certamente isso tinha como uma de características também a concentração territorial das atividades industriais no estado de São Paulo, principalmente em razão da força da economia cafeeira, mas também de todo o conjunto nacional e suas contradições. É exatamente este o ponto do conceito de formação sócio espacial, com suas combinações entre modos de produção arcaicos e novos.

De fato, a industrialização paulista não se fez sem nenhuma relação, por exemplo, com o contexto da estrutura agrária brasileira, mais especificamente aquele observado no Nordeste. Ele fazia parte das condições para a uma determinada divisão social do trabalho. O velho espaço colonial, que já havia dado lugar a um latifúndio feudal, como foi observado em outra ocasião neste trabalho, é o ponto a partir do qual interpretar o lugar da combinação de modos de produção que caracterizou a formação social brasileira e seu papel na indústria paulista.

Rangel (2005), no prefácio de “A questão agrária brasileira”, faz algumas observações a respeito do desenvolvimento capitalista no espaço agrário brasileiro. Para ele, a formação de uma “superpopulação” é “a primeira das forças produtivas de que dispõe o corpo social”. Tal processo será um mecanismo que irá gerar uma crise na estrutura social do campo, impactando as cidades que se industrializam. Entende-se, assim, por esse raciocínio de Rangel, o modo como as relações feudais no interior do latifúndio nordestino, produzindo um excedente populacional, irão servir para o capitalismo que vinha se desenvolvendo.

Além disso, como assinala o próprio Rangel (2005, p. 292), o capitalismo também se desenvolve no campo, com isso criando uma divisão de trabalho que irá estabelecer “condições para um rápido desenvolvimento da técnica agrícola”. Sendo assim, o capitalismo em formação irá estabelecer, ao invés do “aumento da produtividade da terra, a busca preferencialmente pelo aumento vertical da produtividade do trabalho”.

É assim que se compreende possível o papel do Nordeste brasileiro em criar parte do exército de mão de obra para a expansão urbano-industrial do estado de São Paulo. Afinal, a penetração do capitalismo no latifúndio feudal, com o resultado da “superpopulação agrária”, também presente no Nordeste brasileiro, lançou no mercado de trabalho urbano-industrial do Sudeste do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, um grande contingente populacional. Originou-se, assim, “o pau de arara que vai influir no mercado de trabalho urbano perturbando um processo tão essencial à vida do capitalismo quanto à fixação do nível dos salários”.

Foi dentro dessa combinação de modos que se estabeleceu uma espécie de relação cidade-campo que tem uma dimensão regional. Um processo que foi já delineado por Gramsci (Silva, 2013) e que no Brasil se caracteriza pela região Nordeste como fonte de grande contingente de mão de obra para o espaço urbano paulista. Sob formas específicas, um processo de expropriação como o descrito por Marx (1984) para o caso inglês, com destaque para o “efeito global dos *enclosures*”.

Mas igualmente, no Brasil o processo de ruína de muitos camponeses com origem na pequena produção mercantil independente, a mesma observada por Dobb também no processo inglês, esteve presente. Ela provocou uma “marginalização em massa”, deixando muitos camponeses sob condição de ruína, e constituindo, desse modo, “os contingentes de superpopulação” de que falou Rangel (2005, p. 28). Portanto, é um processo iniciado já no fim do século XIX, tanto com imigrantes europeus (MAMIGONIAN, 1976), e que seguiu sua direção

no período da constituição da metrópole paulistana, quando foi fundamental a chegada dos migrantes nordestinos. O desenvolvimento industrial tornou o estado de São Paulo um local atrativo para esse fluxo migratório.

Durante o período de maior expansão industrial, com a chegada da indústria automotiva até a década de 1980, foi intenso o fluxo migratório proporcionado pelo êxodo rural do Nordeste brasileiro (SCARLATO, 1989; SINGER, 1977). A sua função de receber e acolher o migrante garantiu à capital um rápido crescimento populacional e a consolidação de um espaço urbano necessário para a economia capitalista.

É nesse sentido que o esforço de uma análise que considere o fenômeno numa escala nacional é essencial, pois se trata de uma combinação de modos de produção que, abarcando um problema regional, encontra toda uma expressão nacional. Assim como nas mais tradicionais formações sociais em processo de transição para o mundo industrial, o êxodo rural serviu como um componente primordial. Daí que o desenvolvimento econômico do país, embora concentrado territorialmente em algumas regiões, teve ações de elementos a nível nacional. Afinal, é o espaço urbano o local no qual se realiza a reprodução do modo de produção capitalista, porque o espaço urbano não é outra coisa senão “um produto social, resultado de ações acumulativas através do tempo engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço” (CORRÊA, 1989, p. 11), e o resultado de todo esse processo em que, usando as palavras de Lojkine (1997, p. 143), se observa “as formas de divisão social (territorial) do trabalho e as leis de acumulação do capital”.

É possível dizer que mesmo os variados motivos através dos quais se chegou à concentração territorial do capital no estado de São Paulo no período entre 1930-1980 (como um parque industrial diversificado, infraestrutura) não estariam isolados desses fatores históricos por nós elucidados. Mesmo que não desconsiderando as construções hipotéticas a respeito dos fatores locais, é necessário entender que o espaço urbano é, sobretudo, o local onde se reproduzem as relações sociais capitalistas, relações que são históricas.

3.2 A situação das relações sociais de trabalho no processo de reestruturação produtiva instaurada na década de 1990: um estudo em cinco indústrias no estado de São Paulo

A partir da década de 1990, houve mudanças significativas na economia brasileira, e tais modificações estão relacionadas às crises e instabilidades observadas no capitalismo brasileiro entre o final dos anos 80 e o início da década de 1990. Durante este período, houve um baixo desempenho do setor industrial brasileiro, quando atingiu um crescimento em torno de 2,5%. Isso diminuiu o seu percentual de participação da atividade industrial na economia nacional de 33% para 22% (ARAÚJO, 2003).

Tal situação se agravou ainda mais com a abertura econômica realizada no Brasil na década de 1990. Com este processo, ocorreram mudanças no que diz respeito à estrutura industrial. Houve um processo de desverticalização e as empresas passaram a se especializar em uma determinada produção. Isso comprometeu o desempenho das empresas, levando o país a um aumento de suas importações de produtos e serviços¹⁸(ARAÚJO, 2003).

A década de 1990 é o momento no qual se consolidam as inovações técnicas nas estruturas industriais mundiais desenvolvidas ao longo de mais uma fase depressiva na economia capitalista. Trata-se da fase b do quarto Kondratieff, um ciclo ligado às tecnologias da informática e da robótica, que continuam penetrando nos diferentes setores da indústria de transformação.

Tal processo de crise refletiu na busca de novos mercados, e os resultados para o Brasil foram bastante negativos. Isso porque o país possuía na época uma estrutura industrial desequilibrada, devido ao crescimento desarmônico entre os seus diferentes seguimentos industriais (ARAÚJO, 2003).

Como o objetivo do trabalho em questão foi realizar um estudo de campo em empresas para analisar as suas condições de trabalho, julgamos aqui, para uma melhor compreensão dos estudos, e também como uma metodologia de pesquisa, a importância de realizar uma revisão bibliográfica. Assim, foi possível proporcionar um apoio para auxiliar nas interpretações das realidades relacionadas ao processo

¹⁸ Em relação à diversificação de produtos, enquanto o país vivia uma economia fechada, as empresas fabricavam vários produtos mesmo sem ter uma produção em larga escala, pois era economicamente viável. A partir do momento em que os produtos estrangeiros passaram a ter maior penetração no mercado interno, essa forma de produção passou a ser inviável e as empresas tiveram que focar a sua produção em produtos que realmente fizessem parte de seu escopo de negócio. (ARAÚJO, 2003, p. 63).

industrial, bem como das estratégias econômicas e espaciais atuais das empresas.

Anita Kon (1994), em “Economia Industrial”, resgata as teorias tradicionais relacionadas ao conceito de firma, que estão ligadas às clássicas teorias econômicas. A referida autora chama a atenção para que não fiquemos presos às teorias tradicionais, que nos levariam a uma abordagem incompleta. Para a teoria ortodoxa, uma firma se caracteriza apenas como um organismo com objetivos de chegar ao máximo lucro possível¹⁹. De acordo com Kon (1994), o problema em tal fundamentação teórica está no fato de que essa teoria defende a ideia de que o equilíbrio da firma é essencialmente o equilíbrio da produção. Ou seja:

O crescimento de uma empresa é representado por um aumento da produção de determinados bens, e o tamanho ótimo da firma é o ponto mínimo da curva de custo médio para aquela produção dada. Nessas teorias, os limites ao crescimento do tamanho das firmas, nas condições de equilíbrios, são dados por alguns fatores que impedem a expansão indeterminada da produção, e são diferenciadas de acordo com a estrutura de mercado em que se insere a empresa (KON, 1994, p. 69).

Para a autora, é preciso forjar novos conceitos de firma em relação aos conceitos tradicionais. Deve-se buscar uma conceituação que leve em consideração a empresa como “uma organização em crescimento, com outros atributos dinâmicos, além dos representados simplesmente pelas curvas de custo e rendimentos, ou por um equilíbrio baseado apenas na decisão sobre preço e produção²⁰”.

¹⁹ Deve-se levar em conta que a autora traz aqui o conceito relacionado à firma como uma instituição geradora de riqueza, como banco, comércio, indústria, etc.

²⁰ Para Kon (1994, p. 70), uma abordagem que não se limita às teorias tradicionalistas deve observar que os limites de crescimento de uma firma são determinados também por: a) limitações da administração, ou deseconomias gerenciais, que causam custos crescentes de produção a longo prazo; b) limites do mercado, que ocasionam vendas e rendimentos decrescentes; c) incertezas quanto às perspectivas ou risco futuros, que atuam tanto aumentando os custos com o crescimento da produção quanto diminuindo os rendimentos de maiores vendas.

Ao longo do desenvolvimento das atividades industriais, ou seja, na evolução da economia capitalista industrial, existiram muitos estudos e aperfeiçoamento de teorias que acabaram contribuindo para o surgimento de novos conceitos através de estudos práticos e debates nos meios acadêmicos. Os estudos relacionados às atividades econômicas foram se tornando cada vez mais importantes, ao lado da evolução das atividades industriais. O debate acerca do funcionamento orgânico da economia, como os ciclos econômicos, o desenvolvimento tecnológico, o qual é aplicado no aperfeiçoamento da produção, bem como a divisão internacional do trabalho, contribuíram para a construção de novas teorias a respeito do funcionamento e das estratégias das empresas²¹.

Schumpeter aperfeiçoou as teorias econômicas, produzindo uma abordagem que relaciona o crescimento econômico e o desenvolvimento das atividades industriais com o avanço tecnológico. Assim, por exemplo, no primeiro ciclo longo da economia capitalista (os ciclos de Kondratieff), a fase expansiva foi alavancada pelas inovações na indústria têxtil e a difusão da máquina a vapor. O desenvolvimento da engenharia mecânica nas indústrias de aço e ferro e o desenvolvimento das indústrias química, da eletricidade e do motor a combustão, deram impulso ao crescimento das fases expansivas do segundo e do quarto ciclos, respectivamente (FREEMAN, 1984).

Segundo Freeman, a teoria Schumpeteriana sustenta que, além dos lucros cambiantes, o crescimento da empresa também faz parte do “padrão sigmóide de crescimento”. Freeman (1984, pp.6-7) vai mais além quando constatou na teoria de Schumpeter que, ao lado “da capacidade e iniciativa dos empresários há o desenvolvimento técnico científico”, o qual originará lucros novos e novas ondas de crescimento através de inovações, “as quais são a base do desenvolvimento econômico”.

Schumpeter (1985, p. 48) enxerga a economia como um fenômeno que passa por diferentes processos de mudanças. Nestes, os

²¹ “Juntamente com os demais agentes ativos que operam no complexo conjunto de transição de um sistema econômico, seja internamente a uma nação (unidades familiares e governo), seja como agentes externos (resto do mundo), as empresas são responsáveis pela produção e geração de renda e pelos dispêndios da economia nacional. Nesse sentido, a firma é a unidade básica para a organização da produção. É uma instituição complexa, cuja característica essencial é de reunir, organizar e remunerar os recursos produtivos fornecidos, e de cuja atividade resulta a oferta de bens e serviços na economia” (KON, 1994, p. 68).

produtores atuam, por exemplo, quando introduzem “um novo bem, fazendo com que os consumidores sejam educados a quererem coisas novas”. Fazem parte disso também a introdução de novos métodos de produção, procura de novas fontes de matéria-prima e o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de oligopólio, como, por exemplo, pela trustificação ou a fragmentação de uma posição monopolista.

Uma definição e caracterização do progresso técnico para aperfeiçoamento e melhorias na produção de mercadorias podem ser encontradas em Rosemberg (2006, p. 19). Para o referido autor, o progresso técnico está associado à aquisição de “certos tipos de conhecimento que tornam possível produzir, a partir de uma dada quantidade de recursos, um maior volume de produto ou um produto qualitativamente superior”. É uma maneira também de reduzir os custos para produção de um determinado bem com a introdução de novos processos, de acordo com um enfoque mais popular dos estudos de economia (ROSEMBERG, 2006).

Tais pressupostos teóricos são bastante válidos para entender o funcionamento do modo de produção capitalista desde o seu surgimento, pois o desenvolvimento do capitalismo se deu com as manufaturas inglesas, uma forma de produção que se diferenciava do processo de produção artesanal (MAMIGONIAN, 1982). A “Revolução Industrial”, segundo Marx (1984, p. 10), contou com a introdução da máquina “que substituiu o trabalhador, o qual maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez”. Todo esse sistema é movimentado por única força motriz. Por isso, a era capitalista é vista por Marx (1984) como uma época na qual o uso do progresso técnico para a produção de mercadorias serviu como uma ferramenta para o capital se apropriar da exploração do trabalho do homem, pois a maquinaria, como um meio de produção de mais valia, tem como finalidade tornar mais baratas as mercadorias e “encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encomprar a outra parte da sua jornada de trabalho que dá de graça para o capitalista” (MARX, 1984, p. 7).

Mas, como já observado, também foram importantes as mudanças das estruturas sociais, como, por exemplo, as expropriações no campo. E é por isso que a Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra, onde o processo de expropriação estava bem adiantado em relação a outras nações. Foi o chamado “processo de acumulação primitiva”, descrito por Karl Marx em “O Capital”.

O desenvolvimento da técnica proporcionado pelo avanço da ciência foi uma ferramenta importante. Ele permitiu ao capital implantar melhorias na produção, tendo como principais objetivos o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da mais valia. Daí Milton Santos ter forjado o termo “Período Técnico-Científico-Informacional” para se referir ao estágio em que o mundo passou a viver na virada do milênio. E o “veículo de afirmação histórica” desse período são “as empresas transnacionais” (Santos, 2012, p. 16).

Mas além de ser importante no sentido de tornar o capitalista e a firma, individualmente, mais competitivos, fator que contribui para o contínuo processo de acumulação, o avanço técnico também tem sido um importante instrumento para conter as lutas de classe do operariado. Afinal, a acumulação capitalista também teve que enfrentar, ao longo de sua história, o antagonismo de classe, como Marx e Engels observaram em “O Manifesto do Partido Comunista”(Marx e Engels, 2007, pp. 40-41).

Por isso é importante também não perder de vista as questões relacionadas à luta de classe para entender as questões da reestruturação espacial da indústria em várias escalas, pois mesmo o avanço técnico, como afirmou Milton Santos (2012, p.16), é uma maneira de “subverter, desde os tempos mais inocentes da história, as relações do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si”.

A intensa exploração do trabalho para a extração da mais valia gerou, ao longo da história, movimentos de emancipação da classe operária em luta pelo socialismo. É assim que surge o sindicalismo como instrumento político para a luta da classe operária. A Europa se constituiu como um bom exemplo disso já em meados do século XIX, mas com grandes resultados após a II Guerra Mundial, quando as forças de esquerda (partidos comunistas, socialistas) saíram fortalecidas depois de derrotarem o nazifascismo. É aqui que as conquistas sociais, como observou Scarlato (1989), fizeram com que melhorassem as condições de vida dos trabalhadores, e por consequência fez elevar os custos de produção. A saída foi levar a produção para a periferia, que serviu muito bem ao novo ciclo de acumulação de capital.

Entretanto, em países periféricos com relativo desenvolvimento da indústria, como o Brasil, os movimentos sindicais também foram ganhando força, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980. E, na virada do século, mais uma vez o capital lançou novos mecanismos para dar continuidade ao seu processo de acumulação, e bloqueando uma vez mais as conquistas dos operários.

Isso porque a passagem da década de 1980 para a década de 1990 corresponde a uma fase de importantes transformações na estrutura produtiva do sistema capitalista industrial. O regime de acumulação fordista, que predominou após a Segunda Guerra Mundial e que começou a dar sinais de crise nos anos 1970 (LEBORGNE; LIPIETZ, 1990), levou o capital a adotar novas estratégias. A crise então instaurada, segundo Leborgne e Lipeitez (1990), não estaria atrelada a uma situação de “subconsumo” como sugerem Piore e Sabel (1984, p.21), e nem mesmo numa suposta “crise de oferta (insuficiência de rentabilidade)”, na qual “bastaria restabelecer os lucros”. É um modelo de produção que chega a um estágio do processo acumulativo, se torna inviável e que ao mesmo tempo é acompanhado pelo processo de mundialização da economia.

Segundo Leborgne e Lipietz, (1990, p.21), para a compressão do desenvolvimento da crise do sistema, deve-se estabelecer uma articulação das causas internas (crise do modelo de desenvolvimento em si, principalmente do lado da oferta) e de causas externas (internacionalização econômica, que compromete a gestão nacional da demanda a partir dos anos 1960). Entre as várias fases desse processo está a “desaceleração dos ganhos de produtividade ocasionada por uma crise da organização do trabalho, que foi gerada, segundo a interpretação dos autores, pelos próprios princípios do *taylorismo*”. Nesse processo, exigia-se “uma classe operária cada vez mais educada que trabalhasse sem refletir, o que era ao mesmo tempo ineficiente (do ponto de vista capitalista) e insuportável (do ponto de vista dos assalariados)”. Outras razões para o desencadeamento do processo de crise estão no “crescimento do poder aquisitivo enquanto as taxas de lucros e investimentos caíam”. E, por fim, no “crescimento do desemprego que pesou sobre a arrecadação do *welfarestate*” (LEBORGNE; LIPIETZ, 1990, pp.21,22).

A riqueza do sistema capitalista nessa nova fase da economia ultrapassa os limites da produção fabril. É também na esfera financeira que está cada vez mais a repartição e a destinação social dessa riqueza (CHESNAIS, 1996), e acompanhando toda essa dinâmica aparece “o ressurgimento de formas agressivas e brutais” para “aumentar a produtividade do capital”, de modo a “obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão de obra totalmente flexível” (CHESNAIS, 1996, pp 15,16 e 17). São as “virtudes” do chamado *toyotismo*.

No Brasil, alguns acontecimentos foram importantes para que o país favorecesse todo esse processo. Ao longo da década de 1990, em

razão da crise e das medidas de contração da economia, houve uma redução significativa dos postos de trabalho, principalmente do setor industrial, um fenômeno denominado por Marcio Pochamnn (2007) como “a morte anunciada do emprego”.E, na entrada dos anos 2000, tal processo continuou a todo vapor. Foi a busca de um alinhamento em relação ao capital. É a emergência do “sindicalismo neocorporativista”, como denomina Alves (2006, p. 465), quando o novo sindicalismo brasileiro, em contraste com aquele da década de 1980, sob a ameaça de forte desemprego, seguiu uma tendência de descentralizar as negociações coletivas (ALVES, 2006, p. 465). É quando se busca uma “linha de menor esforço”, aceitando a participação e evitando o “confronto com a política (cultural) do capital”, a ponto de renunciar “à luta contra a hegemonia” do mesmo (ALVES, 2006, 465).

A instauração do *toyotismo* irá representar mais do que um novo modelo de produção. Ele pressupõe, também, “a derrota política (e ideológica) dos intelectuais orgânicos da classe (sindicato e partidos de orientação à esquerda)” (ALVES, 2006 p. 466), e essa derrota ficou reforçada ao longo dos anos 2000. Nesse período, consolidou-se a desconstrução da legislação social, que foi iniciada na década de 1990, nas mãos de um dos mais importantes representantes do movimento operário da década de 1970. Ou seja, no governo do Partido dos Trabalhadores foram sendo cedidas ainda mais “aos imperativos dos capitais em sua exigência pela flexibilização das leis trabalhistas” (ANTUNES, 2006, p. 502), firmando-se, portanto, uma reforma sindical e trabalhista (ANTUNES, 2006).

Trata-se de uma reforma em que foram privilegiadas, segundo Antunes (2006, p. 503), “as centrais sindicais e as esferas superiores dando-lhes maior poder de negociação sobre os direitos dos trabalhadores em detrimento da participação dos sindicatos”. Nessa situação, como observa Alves (2006, p. 465), acentua-se a “descentralização das negociações coletivas”. Trata-se de um processo em que se operam as negociações sem a presença dos sindicatos, e os acordos são realizados diretamente entre empregados e empresários, privilegiando os últimos em detrimento dos primeiros (ALVES, 2006).

Entretanto, fazendo uma comparação entre as décadas de 1980 e 1990, Marcio Pochmann procura mostrar que a situação do emprego no Brasil sofria já um período de deterioração anterior à década de 2000, reflexo das consequências da mundialização do capital e da adoção de políticas neoliberais. Em um processo inverso em relação à década de 1980, período no qual “96,1% das pessoas que ingressaram no mercado de trabalho alcançaram algum posto de trabalho”, no decênio posterior a

situação se agrava, pois, dos mais de 13 milhões de pessoas ingressantes no mercado de trabalho, apenas “62,5% delas encontraram uma vaga” (POCHMANN, 2007, p. 103).

A formação desse exército de mão de obra, causada pelo enxugamento da força de trabalho, tem como consequência a adaptação à dinâmica do capital. O aumento do desemprego no país levou a uma regressão no que diz respeito às conquistas sociais, direitos trabalhistas, etc, que, por sua vez, tende a ceder cada vez mais ao capital. E isso acabou se refletindo no aglomerado urbano-industrial paulista, onde o poder sindical seguia uma tendência de perda da força de mobilização justamente onde tradicionalmente tinha força de reivindicação frente ao capital.

De fato, o espaço metropolitano paulista não saiu imune de todo esse processo. Nessa grande região é possível observar que um dos mais importantes símbolos das lutas trabalhistas na história do sindicalismo brasileiro também vai mostrando pouca resistência com o avanço da mundialização. O sindicato dos metalúrgicos do ABC Paulista, por exemplo, viu serem “arrancadas as conquistas estabelecidas no decorrer dos anos de 1980”, como observado num estudo realizado por Praum (2006) ao final da década seguinte sobre o processo de reestruturação produtiva na fábrica da Volkswagen de São Bernardo do Campo. Um processo por ela denominado “a reestruturação negociada na Volkswagen”.

Em seu estudo de caso, a autora nota que foi imposta “uma redução de gastos com a força de trabalho”. Negociou-se uma “flexibilização das relações de trabalho”, onde, por exemplo, foram reduzidos os salários dos trabalhadores no mesmo momento em que se “implementou o banco de horas e o banco de dias”, sempre sob o argumento de se evitar demissões. Porém, com a “crise de 1997, quando FHC lança mão de medidas econômicas” que têm “como efeito a retração do consumo e o aumento do desemprego”, a empresa anunciou um corte de dez mil postos de trabalho e, no ano de 1998, mais de seis mil trabalhadores perderam os seus empregos, embora a empresa tenha obtido “uma lucratividade recorde nesses dois anos”. Somando-se a isso, já no ano de 2003, segundo o que constatou a referida autora, houve ainda um avanço no processo de terceirização (PRAUN, 2006, p.159,163 e 165).

É possível observar que o discurso diante das condições impostas pelo capital tomou outras direções. Observa-se, diante de tal situação, que a perda dos direitos conquistados pelos trabalhadores e o abandono “do sindicalismo de classe dos anos 60/70, aderindo ao

acrítico sindicalismo de participação e de negociação”, equivale ao abandono das “perspectivas emancipatórias, da luta pelo socialismo” (ANTUNES,1997, p. 72).

Em pesquisa realizada em trabalho de campo, tivemos a oportunidade de visitar alguns sindicatos, como o sindicato dos metalúrgicos de Campinas e região, o sindicato dos metalúrgicos de Sorocaba e o sindicato da indústria química sediado na cidade de Osasco. Observamos que uma tendência do sindicalismo está na mudança na maneira pela qual têm se estabelecido as negociações. Agora o que passa a dominar é a diminuição das negociações coletivas em favor das negociações no âmbito das empresas. Isso vem contribuindo para o enfraquecimento das forças sindicais. Essa tendência já vinha acontecendo desde os anos 1990 no seio do sindicalismo do ABC paulista, como apresentado no exemplo da planta da Volkswagen. Mas agora as indústrias de autopeças e metalúrgicas também passaram a se constituir como exemplos desse processo. Pinto observou esse sistema quando realizou um estudo referente ao tema, e afirma que tem sido uma tendência “a diminuição da negociação coletiva centralizada”, com o paralelo “crescimento das negociações no âmbito das empresas” (PINTO, 2006, p. 87-88). E a consequência desse processo foi a “descentralização das negociações no setor metalúrgico”, como notou o mesmo autor. E tudo isso passou a contribuir “para o avanço das negociações trabalhistas” no âmbito “da reestruturação produtiva”, dando lugar às “terceirizações, programas de melhorias contínuas, a celularização da produção, o trabalho em equipe e a polivalência e a participação nos resultados”.

Nesse contexto, podemos observar que o espaço industrial paulista apresenta a tendência de muitas fábricas de abrir unidades produtivas em áreas onde há uma força de trabalho mais barata e onde há um sindicalismo com menos poder de mobilização²². Foi possível verificar que, por exemplo, no que se refere às negociações de aumento salarial das plantas fabris da Toyota nas unidades de Indaiatuba e Sorocaba, segundo as informações do sindicato de Campinas, há uma diferenciação no que diz respeito aos salários. Enquanto na unidade de Indaiatuba, sob a atuação dos sindicatos de Campinas, mais organizados

²² Conceição (2001, p. 65, pp. 131-133) verificou que muitas empresas automotivas passaram a se localizar no interior de São Paulo. A Volkswagen abriu unidades em Taubaté e São Carlos. Nesta última cidade, também se instalaram a Honda e a Toyota, que também abriram unidades nas cidades de Sumaré e Indaiatuba. A Ford também abriu uma unidade em Taubaté.

e articulados, o piso salarial no ano de 2015 girava em torno de R\$ 1.500,00, na unidade de Sorocaba, sob um sindicato menos combativo, o piso salarial girava em torno de R\$ 1.200, 00.

O que se pode concluir é que a luta ficou restrita à defesa dos postos de trabalho, já que dentro do processo de reestruturação produtiva está “o discurso da flexibilização do trabalho”. E o que isso significou para a maior parte dos trabalhadores é “uma trajetória regida pela insegurança, pela instabilidade e pela precariedade dos vínculos com o trabalho” (TELLES, 1994, pp. 94-95).

Abandonou-se um sindicalismo crítico, pautado numa luta emancipatória nos anos 1970 e 1980, como bem referem Márcio Pochmman e Ricardo Antunes, para adotar um sindicalismo com tendência a ceder aos interesses do capital²³. E isso foi o que pôde ser observado em alguns sindicatos das regiões de Campinas, Grande São Paulo e Sorocaba. Por isso não surpreende que nas últimas décadas se pôde observar, a cada ano, uma perda significativa da participação nos empregos formais no estado de São Paulo, como mostra o Gráfico 1.

De fato, observando a curva dos empregos formais da indústria paulista no período em questão, é possível constatar que em vinte anos o setor industrial perdeu participação significativa nos postos de trabalho, de 30% para 19%. Diante desses dados, seria possível assinalar uma redução de oportunidades de emprego no setor industrial. Porém, isso mostra um enxugamento da força de trabalho na indústria diante de uma expansão do setor. Pois, se em 1997 o território paulista alojava 77.446 fábricas, em 2013, os estabelecimentos industriais cresceram para 93.692²⁴.

²³ Vejamos aqui um discurso de um diretor sindical entrevistado por Eurenice Lima quando estudou o caso da instalação da empresa Toyota na cidade de Indaiatuba, na região de Campinas. Ele serve como um bom exemplo para mostrar os novos rumos do sindicalismo brasileiro. As palavras do diretor dizem o seguinte: “Nós entendemos que fazer sindicalismo é lutar pelas reivindicações mais imediatas, reivindicações históricas, interesses imediatos dos trabalhadores, como salários, meio ambiente, condições de trabalho; mas é também conscientizar o trabalhador de que ele é um cidadão e que a vida dele não é isolada. O Japão aprendeu como envolver o trabalhador mais do que no físico. Ele desenvolveu técnicas que são as técnicas da ilusão, que fazem com que o trabalhador obedeça obtendo a concordância do movimento sindical (diretor sindical)” (LIMA, 2006, p. 137).

²⁴ Fonte dos dados: Silvia Selingardi-Sampaio (2009) e DEPECON (Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos).



Fonte dos dados: Fundação Seade – Sistema Estadual de Análise de Dados – Informação dos Municípios Paulistas (IMP), 2016. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>. Acesso em 13 fev. 2016.

3 Visitas às empresas

3.3.1 Brasilgráfica S/A Indústria Gráfica

A Brasilgráfica é uma indústria gráfica fundada em 1927 no bairro do Bom Retiro, na cidade de São Paulo. É uma empresa de capital

100% nacional, sob a direção da família Cottini. O intenso crescimento industrial no estado de São Paulo entre os períodos de 1950 e 1970 foi o período de grande expansão para a empresa, e isso foi em decorrência da chegada de grandes empresas que dependiam de serviços gráficos.

Atualmente, a Brasilgráfica é a maior fabricante de embalagens de papel na América Latina. Atua em diversos ramos: alimentícios, higiene pessoal, produtos de limpeza, etc. Seus principais clientes são grandes grupos industriais que atuam em vários segmentos do mercado nacional, Unilever, Reckitt Benckiser, Nestlé, Colgate Palmolive, Sadia-Perdigão (BR Foods) e Aurora. Além desses, atende à rede de Lanchonetes McDonald's Brasil.

Diante do processo de reestruturação urbano-industrial que a Metrópole Paulistana vinha sofrendo, onde muitas plantas fabris se deslocavam em direção à periferia, a Brasilgráfica foi um típico exemplo.

A impossibilidade de permanência na capital levou a empresa a se instalar na cidade de Barueri, município da Região Metropolitana de São Paulo. A empresa, que vinha num processo de crescimento em decorrência da demanda por serviços de seus clientes, necessitava de maiores espaços para expandir a sua área fabril, o que não era mais possível na capital. Além disso, o bairro central do Bom Retiro não comportava mais plantas fabris, já que, nos anos 1960, era uma região que passou a se especializar em atividades comerciais. Isso acabou afetando a logística de distribuição da empresa em decorrência dos problemas relacionados ao trânsito.

A solução para a empresa, que precisava ficar próxima dos seus principais clientes, foi se deslocar para a periferia. Em 1984, a empresa se transferiu para o bairro de Alphaville, situado no município de Barueri, localizado a cerca de 20 km da capital, local onde a empresa encontrou um espaço de 25.000 metros quadrados para a sua expansão fabril. Além disso, se aproximou de um dos principais eixos rodoviários do estado de São Paulo, a rodovia Presidente Castelo Branco.

Com a visita técnica dentro das dependências da fábrica foi possível constatar que a empresa se destaca no ramo por ser uma das primeiras empresas no Brasil a utilizar equipamentos ultramodernos para a impressão digital. Boa parte do maquinário é de origem alemã, devido ao elevado grau de produtividade que este proporciona, e o uso de um maquinário avançado tecnologicamente foi uma estratégia para estar à frente de seus principais concorrentes. Com a introdução de máquinas mais avançadas, pôde ser observado o aumento da produtividade da empresa.

No entanto, a modernização pela qual a empresa passou nos últimos anos, ou seja, o seu processo de reestruturação produtiva, não significou um enxugamento dos postos de trabalho, como pôde ser observado nas dependências da fábrica.

Percebeu-se que o avanço técnico permitiu que máquinas possuíssem mais velocidade, gerando um aumento da produtividade quando comparadas com o maquinário mais antigo. Isso foi possível perceber em algumas linhas. Se a máquina antiga, por exemplo, operava numa velocidade de cem embalagens por minuto com um contingente de quatro operários, seria necessário o dobro de trabalhadores para o triplo de embalagens por minuto.

O início do processo de produção se dá com a separação das resmas de papel, que chegam em pacotes e são inseridas nas impressoras *offset*. Esse processo, como foi observado, é realizado por empilhadeiras, que, no caso, exigem uma mão de obra mais qualificada para operar. Ou ainda, como foi observado, por um processo mais arcaico, onde um operário com cargo de auxiliar de produção transporta as resmas de papel em um carrinho hidráulico. Depois que passam pelo processo de impressão, as resmas são levadas ao setor de corte pelo mesmo procedimento.

Em seguida, o material é levado ao setor de acabamento, onde passa por um rigoroso processo de controle de qualidade, onde são descartadas as impressões com defeitos²⁵. E, por fim, passam pela máquina que realiza o corte e pelo vinco que finaliza a embalagem.

Para esse caso, a introdução de máquinas mais modernas elevou o quadro efetivo de trabalhadores, uma vez que houve um aumento da produção física. No entanto, ocorreu uma intensificação do trabalho mediante o aumento da velocidade das máquinas. Isso proporcionou a ampliação da extração da mais valia em cima dos seus operários, pois se produz em maior quantidade em período de tempo menor.

Tal processo causou alguns impactos em outros setores da empresa. Foi o caso do setor de corte. Foi possível notar que o operador de guilhotina ficou claramente sobrecarregado, uma vez que as impressoras mais ágeis necessitam de um volume maior de papel para o seu desempenho ótimo. Desse modo, a repetição do movimento do operador de guilhotina, que tem que retirar as resmas de papel dos

²⁵ No que diz respeito à qualidade de seus produtos finais, a Brasilgráfica conquistou importantes selos de qualidade, como o Certificado ISO 9001/2008, pela DNV (*DetNorseVeritas*).

paletes, é uma demonstração clara do maior grau de exploração da força de trabalho.

Na parte final do processo de produção, onde o produto acabado sai pronto para ser entregue aos clientes, a intensificação do trabalho também pôde ser observada, pois é maior também o volume de produtos acabados sem o aumento do quadro efetivo dos funcionários. O produto final é embalado por um tipo de envoltório plástico. Esse processo é realizado por uma esteira que leva certa quantidade de materiais dentro de um tipo de forno que aquece o plástico envoltório, permitindo o embrulho das impressões.

As esteiras levam os pacotes até a equipe que os condiciona em caixas e depois os acomoda em paletes. Nessa parte final do processo produtivo, uma equipe retira os blocos dos produtos finais da empacotadora enquanto outra equipe tem a função de armazená-los em caixas e em seguida de acomodá-los em paletes, os quais são enviados para o setor de distribuição²⁶. O ritmo de trabalho para os funcionários da referida sessão dependerá da velocidade com que as máquinas estiverem sendo operadas.

A Brasilgráfica é uma das maiores gráficas de impressão *offset* da América Latina. Sempre procura estar à frente de seus principais concorrentes. Isso se dá pela busca constante em inovar e aperfeiçoar o seu processo produtivo. Para isso, a empresa possui um departamento de pesquisa e desenvolvimento para desenvolver novos produtos. Um exemplo disso foi o desenvolvimento, através de pesquisa e desenvolvimento, de um tipo de embalagem para a linha de produção do sabonete “Dove”, produzido na Itália, que possui um formato diferente do que é produzido em terras brasileiras. A gráfica passou a produzir e exportar essas embalagens para a Itália, para a unidade da Unilever italiana.

Além dessas estratégias, a continuidade do processo de acumulação da empresa está em valorizar a sua mão de obra de modo a atender as necessidades de empresa. Não foi observado qualquer tipo de trabalho insalubre dentro da empresa, ou seja, que poderia colocar em risco a integridade física do trabalhador. A empresa, pelo que foi observado, segue de forma rigorosa as normas de segurança do trabalho. Também não foi observado qualquer tipo de exploração de trabalho que

²⁶ Durante a visita técnica, não foi permitido qualquer registro fotográfico, nem entrevistar nenhum funcionário da linha de produção. O gerente comercial não sabia informar a quantidade exata de empregados.

possa infringir a legislação trabalhista brasileira. Dentro da fábrica, cada funcionário possui uma determinada função, mas há uma rotatividade com aqueles que ocupam cargos inferiores, os auxiliares, os quais são remanejados para outras atividades de acordo com a necessidade da empresa. A empresa proporciona curso de aprendizagem aos funcionários. Há dentro da mesma uma formação de mercados internos de trabalho, como no método toyotista (SILVA, 2005), ou seja, um operário ao ser admitido tem o cargo de auxiliar. Na medida em que alcança um determinado tempo de empresa e se qualifica, pode chegar ao cargo de operador de máquina com remuneração superior àquela inicial, cargo almejado pela maioria.

3.3.2 Super Cromo Beneficiamento de Metais LTDA

A Supercromo é uma empresa que atua no ramo de metalurgia, com o processo de beneficiamento de metais e galvanoplastia. Tem como principais clientes empresas dos ramos automotivo, indústria ótica, petroquímica, óleo e gás, açúcar e álcool e farmacêutico.

A empresa está localizada no município de Campinas desde a sua fundação em 1961. É uma empresa familiar fundada por um imigrante italiano, um técnico empreendedor estudante da Escola Liceu de Artes Ofício, colégio profissionalizante.

No que diz respeito ao fator locacional, foram observados dois elementos explicativos. O primeiro foi o intenso processo de expansão urbano-industrial da região de Campinas, entre as décadas de 1950 e 1960. A aproximação com a capital, facilitada com a implantação da Via Anhanguera (SP- 330), também foi um fator para a implantação da empresa em Campinas.

Um momento de instabilidade para as empresas nacionais foi o período da década de 1990. É possível observar que não esteve ao alcance de todas as empresas, principalmente as de pequeno porte, realizar um processo de modernização, ou seja, o uso de técnicas mais avançadas de produção, e a Supercromo foi um exemplo típico desse processo.

No entanto, a empresa sobreviveu a esse período, no qual muitas fábricas, se não passaram a especializar a sua produção, fecharam as portas. A estratégia da Supercromo foi a de estabelecer um modelo de produção sem buscar inovação tecnológica. Era uma

maneira, segundo a ótica de Carlos Vanzolini Neto²⁷, de enfrentar a situação pela qual o país passava, aumentando a produtividade e melhorando a qualidade dos produtos que aqui se produzem, tornando-se mais competitiva no mercado. Isso porque, como diz o relato do entrevistado, uma reestruturação na empresa iria exigir grandes investimentos em um cenário econômico instável, como eram os anos de 1990 e 2000.

A empresa adotou uma estratégia de mesclar a polivalência do operário (como no modelo *toyota* de produção) com maquinário antigo. Foi o que pôde ser observado nas dependências da pequena fábrica, onde há um maquinário de origem nacional com bastante tempo de uso. Ocorreram apenas pequenas adaptações, como, por exemplo, a instalação de um sistema informatizado de controle de operação e qualificação dos operadores.

Pôde-se observar que ocorre na empresa uma estreita relação entre a diretoria e os operários dentro da fábrica. O empresário investiu em sua formação universitária para dar continuidade aos negócios da família. Carlos Vanzoline Neto, que atualmente é diretor da empresa, é doutor em engenharia mecânica pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), e atua no setor de qualidade da empresa, onde transmite todo o conhecimento adquirido na universidade. Segundo o seu depoimento, foi o que assegurou a sobrevivência da empresa diante de instabilidade entre os anos de 1990 e 2000.

A empresa possui o total de 25 funcionários. Na fábrica, onde se concentra o maior número de funcionários, foi observado um sistema de trabalho com o uso intensivo da mão de obra. A qualificação profissional é realizada pela própria empresa. O que foi constatado no interior da fábrica, para efeito de hierarquia, é que existem duas funções. Uma de operador de máquina e uma de auxiliar operacional, sendo que este último, na medida em que recebe qualificação e adquire uma experiência dentro empresa, alcança o cargo de operador de máquina, cargo máximo que poderá ocupar. Porém, os operários exercem variados tipos de atividades e são alocados de acordo com a necessidade da empresa. Por exemplo, um funcionário que opera uma máquina na qual é preparada uma peça para o processo de beneficiamento é, em muitos casos, designado a realizar uma tarefa em outra máquina, ou mesmo uma função de pouca qualificação profissional. A hierarquia funcional é só para efeito de remuneração, o que revela grande multifuncionalidade

²⁷ Carlos Vanzolini Neto é neto do fundador da empresa e é atualmente diretor da Supercromo.

e, logo, ampla exploração da força de trabalho. Na verdade, a empresa possui um plano de carreira no qual, depois de um determinado período e avaliações por parte da gerência, o auxiliar ocupará o cargo de operador de máquina.

A Supercromo estimulou um ideal de cooperação entre a empresa e os funcionários. E isso foi incorporado pelos funcionários, os quais procuram aumentar a produtividade da empresa em um regime bastante disciplinado. Um exemplo disso foi a sugestão de um operário para que se atendessem os pequenos serviços. A empresa, além de atender aos seus grandes clientes (setor automotivo, etc.) passou a atender clientes individuais, como, por exemplo, materiais de uso doméstico, portas, fechaduras e serviços pequenos.

E isso foi possível porque o empresário implantou na empresa um sistema de melhorias contínuas junto aos seus funcionários, que aderiram à ideia. Então, por exemplo, a empresa passou a reduzir o tempo para o processo de beneficiamento de metais graças à atuação dos operadores, que conseguiam aumentar a produtividade. Isso gerava um período em que a máquina ficava ociosa. Para ocupar esse tempo morto, adotou-se a ideia de atender pequenos serviços. Como consequência, a empresa passou a aumentar a sua lucratividade.

Além disso, com a multifuncionalidade dos operadores, houve um aumento no controle de qualidade, e isso foi um diferencial para a empresa, que nos últimos anos conseguiu aumentar a qualidade de seus produtos. Garantindo, assim, uma maior competitividade no mercado, mesmo com baixo investimento em tecnologia. Isso porque um operador, ao mesmo tempo em que opera uma máquina, também realiza uma primeira etapa de controle de qualidade dos produtos antes de passar pelo setor de controle de qualidade propriamente dito.

Outra situação em que pôde ser verificado mais comprometimento dos funcionários da empresa foi em relação à redução do custo de manutenção das máquinas por parte da mesma. Isso porque tem sido também função dos operadores a manutenção preventiva das máquinas, de modo que no seu turno de operação possam identificar possíveis problemas. Além de reduzir o tempo de conserto, caso ocorra alguma danificação na máquina no dia a dia – que muitas vezes parava a produção e atrasava a entrega do produto final–, lança-se a responsabilidade pelo bom funcionamento da mesma aos próprios operários.

Desse modo, a pequena empresa, como dissemos, fundada por um imigrante italiano, mesmo com pouca inovação tecnológica ainda permanece como um organismo gerador de riqueza e fonte de lucros, e

isso em razão de uma gerência que adotou estratégias eficazes de aumento da produtividade, mas também de um operário disposto a atender os interesses da empresa sem se dispor a enfrentamentos.

3.3.3 Asa Alumínio S/A

A Asa Alumínio foi fundada em 1994 na cidade de Campinas. É uma empresa de capital nacional.

Em meio ao processo de reestruturação urbano-industrial que ocorria em São Paulo, a Asa Alumínio definiu a sua localização na cidade campineira, e o motivo disso está relacionado à proximidade com um dos principais eixos rodoviários, uma vez que a região de Campinas é cortada pela rodovia Anhanguera.

Além disso, tem sua planta fabril junto a uma região bastante industrial, que dispõe de centro tecnológico, mão de obra qualificada, proximidade com universidades (UNICAMP e UFSCAR) e seus centros de pesquisa. De fato, vale ressaltar que a região campineira se constituía como a segunda mais industrializada do estado de São Paulo, encontrando-se ali já a presença de grandes empresas, principalmente no setor metal-mecânico.

A empresa pertence igualmente ao ramo da metalurgia, constituindo-se como uma grande indústria de extrusão de alumínio no país. É destaque entre as principais empresas do ramo, ocupa uma área de 300.000 quadrados e é fabricante de perfis de alumínio para a indústria e construção civil. Seus produtos são: protetor lateral de caminhão, peças para o setor automotivo, estrutura de telhado, estrutura para maquinário industrial, para energia solar, esquadria e sistemas construtivos, vigamentos para telhado, estruturas espaciais, móveis e decoração, fôrmas e moldes para construção. A empresa possui uma produção dividida em 50% para o setor da construção civil e 50% para o setor industrial.

Uma visita técnica a uma empresa de grande porte como a Asa Alumínio proporcionou uma visão do reflexo do processo de reestruturação na produção material do capital. Embora o discurso do diretor, que nos recebeu na visita técnica, tenha sido o de “que em relação ao uso de tecnologia, a empresa procura aprimorar o seu desenvolvimento tecnológico, mas que esse avanço técnico, responsável por melhorias na produção, não tira o emprego, e, sim, qualifica a mão de obra”, o que observamos foi o contrário.

Na visita foi possível constatar que a fábrica possui cerca de quinhentos funcionários distribuídos em três turnos de oito horas. Com o

aprimoramento tecnológico que a empresa procura realizar, nota-se que há um maquinário moderno que exige qualificação dos operadores, os quais necessitam passar por uma carga horária de curso para se habilitarem a operar um sistema de máquina informatizada.

Observou-se, durante a visita no interior da fábrica, que diferente de um sistema fordista de produção, onde há um número grande de operários no processo produtivo, na Asa Alumínio a introdução de um maquinário moderno tirou antigas funções antes realizadas por homens, principalmente em um processo produtivo no qual foi aplicado um sistema robotizado que realiza diversas funções. Os operadores de máquinas, através de um comando, acionam um mecanismo que injeta e retira a matéria-prima dos paletes e posteriormente injeta nas máquinas para o processo de extrusão.

O material para o processo de beneficiamento chega em empilhadeiras até a entrada do maquinário, momento em que é descarregado. Ficam ali de dois a três auxiliares, que retiram as chapas de alumínio e as colocam em um compartimento. No final de cada maquinário ficam dois auxiliares de operações, os quais retiram o produto final e colocam em paletes. Ou seja, as máquinas com sistemas informatizados permitiram uma modernização que elevou a produtividade através de uma redução da mão de obra.

A empresa oferece plano de carreira, auxílio para estudos e uma série de benefícios. A Asa Alumínio mantém o quadro de funcionários mesmo em épocas de baixa produtividade, porque o funcionário possui um custo baixo, segundo as informações obtidas pelo diretor, fato que pode ser questionado à luz do esforço realizado para a substituição do trabalho humano pela máquina. Quanto à origem espacial da mão de obra, a política da empresa é a de contratar funcionários que residem na própria cidade.

As condições de trabalho na empresa atendem a todas as normas de segurança do trabalho, inspecionadas diariamente. Existem equipes da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho), que diariamente realizam inspeções dentro da fábrica para detectar situações ou pontos que põem em risco a segurança do trabalhador na empresa.

A qualidade da produção (os perfis) é garantida porque todo o processo de fabricação é supervisionado minuciosamente desde a chegada da matéria-prima. A empresa desenvolve produtos que atendem às necessidades específicas de seus clientes, desde o desenvolvimento do perfil até a confecção do ferramental, e isso é possível graças a uma ampla equipe de técnicos treinados e disciplinados.

3.3.4 Fertimat Indústria de Máquinas Operatrizes

A Fertimat é uma empresa fabricante de bens de capital fundada em 1970 na cidade de São José dos Campos. A localização da empresa no Vale do Paraíba está relacionada ao intenso processo de industrialização pelo qual a região vinha passando. O Vale do Paraíba foi se tornando um dos principais polos tecnológicos do país. Ali, grandes empresas se instalaram em busca de uma melhor infraestrutura e da proximidade com a metrópole paulistana, bem como com o Rio de Janeiro.

A Fertimat é uma empresa de médio porte e iniciou as suas atividades como ferramentaria e usinagem de peças para os ramos da metalurgia. Atualmente, a empresa produz bens de capital sob encomenda, setor em que se especializou. É destaque no mercado nacional, sendo uma das maiores fabricantes nacionais de retificadoras.

O contexto de sua fundação está relacionado à chegada de grandes empresas na região, como a instalação da GM (General Motors) em São José dos Campos. O gerente que nos recebeu na visita, Luiz G. Carvalho Scarpa, foi funcionário da GM e a convite foi trabalhar na empresa por deter bastante experiência no ramo. O fundador da empresa teve uma visão empreendedora devido ao aumento do número de empresas nos ramos da metalurgia e da mecânica.

O que foi possível observar dentro da fábrica em relação ao maquinário é que ela dispõe de uma estrutura produtiva bastante moderna. A produção de bens de capital é realizada dentro de um determinado período, já que a empresa produz de acordo com a necessidade de seus clientes.

No caso da Fertimat, o desenvolvimento tecnológico e o processo de reestruturação produtiva tiveram um claro impacto na redução da mão de obra utilizada na produção. Atualmente, ela conta somente com cerca de 30 funcionários, mas nos anos 1980 a empresa possuía 260 empregados. A redução foi devido ao processo de evolução tecnológica.

A abertura comercial dos anos 1990 foi favorável para a empresa, de acordo com a análise do gerente. Isso porque trouxe para o Brasil novas tecnologias. O país, ainda segundo as informações do gerente da empresa, não possuía tecnologia suficiente para tal seguimento industrial, explicação que pode ser considerada um pouco exagerada, se lembrarmos a grande evolução do setor de bens de capital a partir dos anos 70.

3.5 Bardella Indústria Mecânica S/A

A Bardella é uma empresa que faz parte da história do desenvolvimento da indústria paulista. Fundada por imigrantes italianos em 1911 na cidade de São Paulo, no bairro do Bom Retiro, iniciou suas atividades como uma oficina de máquinas industriais.

De uma prestadora de serviços de manutenção para o setor industrial, a Bardella se tornou uma das maiores indústrias de bens de capital do país. A empresa é líder no Brasil no que diz respeito ao fornecimento de equipamentos para os setores industriais de metalurgia, energia, petróleo, gás e movimentação de materiais.

Diante da inviabilidade de permanência na cidade de São Paulo, devido aos problemas que a capital vinha enfrentando, como trânsito e falta de espaço, a Bardella se transferiu para a cidade de Guarulhos na década de 1970 e mais tarde abriu uma unidade fabril na cidade de Sorocaba.

A instalação de suas fábricas nas referidas cidades esteve relacionada também aos incentivos fiscais oferecidos pelos órgãos públicos, toda uma infraestrutura já montada nas regiões, como o caso da rodovia Presidente Dutra, em Guarulhos, e a implantação da rodovia Presidente Castelo Branco, que liga a capital à região sorocabana, além de rede de distribuição de energia e a disponibilidade de terrenos. Todos esses fatores serviram para que a empresa continuasse o seu processo de acumulação, mas sem se afastar da cidade de São Paulo, principal polo industrial do país.

Um dos períodos mais marcantes para a empresa foi os anos de 1990. Entre as décadas de 1970 e 1980, o setor de bens de capital foi um segmento industrial que se encontrava bastante dinâmico. Nesse período, a empresa passava por um processo de crescimento proporcionado pelo processo de substituição de importação que nos anos de 70 e início dos 80 alavancou o setor de bens de capital.

De acordo com as informações do gerente, a abertura econômica dos anos 1990 foi bastante impactante para a empresa²⁸, e isso foi o reflexo do processo de reestruturação produtiva pelo qual o capitalismo brasileiro estava passando. Na visão do gerente da empresa, o atraso tecnológico pelo qual o Brasil passava não o deixava em pé de

²⁸ Todas as informações referentes à empresa foram fornecidas por Antônio J. P. Machado, engenheiro do departamento de usinagem da empresa e funcionário da Bardella desde a década de 1970.

igualdade de concorrer com os produtos vindos de fora, onde já se produzia com maior desenvolvimento tecnológico e a um custo de produção mais baixo. Tudo isso afetou a empresa, que passou a perder competitividade no mercado nacional e internacional. Embora a ênfase do entrevistado esteja nas desiguais capacitações tecnológicas, uma questão por ele não considerada foi a política econômica neoliberal adotada no Brasil nos anos 90, que deixou muitas empresas brasileiras em dificuldade.

A reestruturação produtiva da empresa é algo mais recente. Para aquisição de máquinas novas e modernas, a Bardella precisou recorrer aos fornecedores externos. Alemanha, Itália e Japão são os principais fornecedores de bens de capital para a empresa, processo que se deu de forma lenta diante de um mercado incerto, pois exigia um investimento elevado. Diante disso, a empresa adotou uma estratégia de valorizar e usufruir ao máximo os seus bens de capital, pois como afirmam as palavras do entrevistado, “enquanto estiver atendendo a produtividade da empresa, a maquinaria é mantida, pois a substituição do maquinário tem um custo de investimento muito elevado”.

Ao se visitar a fábrica, pôde ser notada a presença de um maquinário bastante moderno, mas também a presença ainda de máquinas antigas, com vinte e trinta anos de uso, mas que foram modernizadas. Diante disso, a Bardella se deparou com dificuldades para enfrentar a concorrência externa. Era necessário um alto investimento para um mercado incerto e a saída para a empresa nos anos 1990 foi modernizar o seu maquinário, informatizando e automatizando a estrutura já existente, ao invés de adquirir, na época, novas máquinas.

Ao perguntar se o uso de tecnologia vem contribuindo para a redução da mão de obra no processo de fabricação, a resposta do gerente foi afirmativa. A redução dos postos de trabalho foi um reflexo do processo de reestruturação produtiva e acarretou um uso mais intensivo de mão de obra. Porém, exigiu-se uma maior qualificação profissional²⁹.

Uma das estratégias adotadas pela Bardella foi a de buscar e qualificar a sua mão de obra. A instalação de uma unidade produtiva na cidade de Sorocaba, por exemplo, seguiu a estratégia de encontrar uma mão de obra mais barata em relação àquela da capital paulista, e qualificá-la de acordo com as suas necessidades e seus ideários. A empresa possui uma parceria com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), onde, além de recrutar mão de obra, realiza treinamento junto ao pessoal.

²⁹ A empresa manteve sob sigilo dados referentes aos postos de trabalhos e salários.

Se, por um lado, investir em tecnologia manteve a empresa entre as principais produtoras de bens de capital do Brasil, por outro, reduziu substancialmente o custo de mão de obra, com forte impacto sobre o nível de emprego, já que houve um enxugamento dos postos de trabalhos dentro da fábrica nos últimos anos. E isso é verdadeiro mesmo que se tenha observado que um operador de máquina, por exemplo, ganha hoje relativamente um salário maior se comparado ao que recebia quinze anos atrás. Porém, com o aumento da produtividade, a empresa segue extraindo uma mais valia ainda mais elevada.

Atualmente, a Bardella possui uma linha de produção diversificada e atua em outros ramos de negócio. Além de fabricar máquinas para o setor de metalúrgico, setor que a projetou, a Bardella passou a produzir equipamentos para o setor de mineração, hidromecânica e para o setor de óleo e gás. Nestes últimos, o seu principal cliente é a Petrobrás. Recentemente, passou a produzir equipamentos portuários, beneficiando-se da mesma cadeia produtiva comandada pela estatal.

Além disso, a empresa passou a exportar equipamentos para outros países (África do Sul, Venezuela, EUA e Equador). Quando questionado se a empresa pretender sair do estado de São Paulo, a resposta foi negativa. Por se tratar de uma produção de bens de capital sob encomenda, para a empresa a sua localização não depende da proximidade com os seus clientes.

O que pôde ser observado nas visitas técnicas é que nem todas as empresas conseguiram acompanhar a rápida evolução tecnológica do centro do sistema. Empresas de grande porte como a Bardella, Fertimat e Brasilgráfica, por exemplo, conduziram a sua modernização tecnológica em um processo mais lento. A Asa Alumínio, por exemplo, fundada já nos anos de 1990, parece acompanhar com mais velocidade o avanço tecnológico, uma vez que não foi observado que a empresa precisou passar por um processo de modernização.

Embora tenha sido uma pesquisa por amostragem, o que não permite um diagnóstico preciso da situação geral brasileira e do estado de São Paulo, parece que empresas de porte pequeno encontram mais dificuldades em se atualizar tecnologicamente. Um exemplo disso foi a Supercromo, que ainda conserva um maquinário bastante ultrapassado.

Com o avanço técnico, como pôde ser percebido nas visitas técnicas, uma consequência geral foi a redução dos trabalhadores dentro das fábricas. É possível concluir, portanto, que as empresas também passaram a explorar ao máximo as suas forças de trabalho após esse processo.

Se ainda é de forma desigual a implantação tecnológica nas empresas, por outro lado observa-se um operário que tende a aceitar com pouca resistência o que o capital está lhe impondo, e isso nada mais é do que um efeito da nova lógica de acumulação do capitalismo mundial, também presente na região que estamos estudando. Ou seja, uma expressão da mundialização, conforme assinala Chesnais, ou da adaptação “às formas de liberalização e desregulamentações”, onde “todos os campos da vida social sejam submetidos à valorização do capital” (CHESNAIS, 1996, p. 25).

3.4 Formação do conglomerado Metropolitano Paulista

Lencioni (1998) verificou que no processo da industrialização paulista foram sendo desenvolvidos alguns núcleos industriais dispersos no território estadual. Na década de 1920, além da capital, algumas regiões do interior já possuíam uma importância nos valores da transformação industrial estadual. Isso permite caracterizar o processo de industrialização do estado de São Paulo como um processo territorialmente desequilibrado.

Vejamos a formação da Região Metropolitana de São Paulo. A capital, em um primeiro momento, deteve o maior número de estabelecimentos fabris do estado, que depois foram se expandindo para os municípios vizinhos (LENCIONI, 1991).

Na década de 1920, algumas regiões interioranas já possuíam uma importância no percentual da produção industrial estadual. Lencioni (1998) notou que municípios como Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e a região do Vale do Paraíba eram já importantes áreas econômicas. De acordo com dados do SEADE (1988) levantados pela própria autora:

Sorocaba contava com 164 estabelecimentos empregando 17.494 operários (12,6% do total do estado) e um capital de 114.430,7 contos de réis (10,4% do total do estado) e a de Campinas com 325 estabelecimentos empregando 11.805 operários (8,5% do total do estado) e um capital total de 100.976,4 contos de réis (9,2% do total do estado). O conjunto dessas duas regiões empregava 21,2% dos operários da indústria paulista e mais de 72% de todo o interior. A região do Vale do Paraíba contava com 3.892 operários (2,8% do total do estado) e Ribeirão

Preto com 3.745 operários (2,7% do total do estado) (1998, p. 202).

De acordo com dados do censo industrial de 1907 realizado pelo IBGE, nessas áreas interioranas é possível observar a presença de importantes estabelecimentos industriais. Entre eles, destacam-se os setores de fiação e tecelagem, que detinham o maior número de operários, com 4.899 trabalhadores, e os maiores valores de capital e de produção, 26.890,3 e 20.690,2 mil Contos de Réis, respectivamente. O setor de açúcar contava com 1610 operários, e os valores do seu capital e produção chegavam respectivamente a 6.867,6 e 6011,0 Contos de Réis (CANO, 2007). Além desses ramos, a indústria interiorana já era forte no setor de materiais de transporte. Isso porque a necessidade de escoar a produção cafeeira levou à expansão do sistema ferroviário. Este estimulou uma indústria ligada à fabricação de trens, trilhos e à manutenção de toda a malha ferroviária paulista (CANO, 2007). O desenvolvimento dos ramos industriais fora da Grande São Paulo foi favorecido inicialmente pelo aumento da população, que se deu, sobretudo, com a entrada dos imigrantes os quais, como observa Santos (2011, p. 36), além de constituir uma mão de obra qualificada, “eram também portadores de um modelo de consumo que conheceram ou almejavam obter nos países de origem”, o que significa dizer que parte do salário que angariavam “era liberada para um consumo mais amplo”.

É certo que não se pode falar de uma diversificação no parque industrial interiorano, mas se somarmos a quantidade total de trabalhadores empregados, esta chega a 7787 operários, número bastante expressivo em relação à produção industrial paulista. Os valores do capital e da produção do conjunto dessas empresas somavam respectivamente 44.093,5 e 35.119,2 Contos de Réis. Essas cifras mostram a importância das atividades econômicas das regiões administrativas de Sorocaba, Campinas e Vale do Paraíba (CANO, 2007).

O processo de formação da Metrópole Paulistana pode ser verificado quando nesta área foi se formando um grau de conurbação entre os municípios, processo que consolidou a referida região como o maior espaço urbano industrial paulista. A causa disso está relacionada ao fato de ocorrer “um transbordamento das atividades econômicas da cidade de São Paulo para toda a sua periferia” (SCARLATO, 1989, p.86). Esse processo ocorria quando as empresas precisavam de maiores espaços para continuar a crescer, mas também de fatores ligados mais diretamente aos custos de produção, entre eles os salários.

Selingard-Sampaio (2009) também observou o mesmo processo ao dizer que o “início da metropolização paulistana se deu no período 1915 – 1940 com a criação de subúrbios industriais e residenciais, como o caso do da região do ABC Paulista” (2009, p. 121 apud LANGENBUCH). Para esta área passaram a se deslocar alguns estabelecimentos industriais já na década de 1920. De acordo com Negri (1996), toda essa área metropolitana, entre as décadas de 1920 e 1940, concentrava cerca de 60% dos operários da indústria paulista.

Lencioni (1991, p. 50) também considerou alguns outros fatores para essa desconcentração industrial, quando assinalou que os “preços das terras, organização sindical dos trabalhadores e restrições ambientais” foram também mecanismos de dispersão da atividade produtiva ocorrida na Região Metropolitana de São Paulo.

Uma vez que no estado de São Paulo a maior parte dos estabelecimentos industriais se concentrava na Região Metropolitana, visto que na década de 1950, segundo Selingard-Sampaio (2009), esta concentrava cerca de 40% dos estabelecimentos industriais e 55% do número de operários, os governos paulista e federal lançaram uma política de descentralização das atividades econômicas (LENCIONI, 1991, p. 23). Um dos propósitos do governo paulista era o “de descentralizar a indústria para o interior do Estado”, ao passo que o interesse do governo federal era o de promover o desenvolvimento econômico em outras partes do território nacional.

No entanto, verifica-se ainda um processo de industrialização de forma concentrada após esse período. O que é possível verificar é que no território estadual a indústria paulista é um traçado contínuo dos núcleos industriais que no início do século XX mostravam-se dinâmicos, como Sorocaba, Campinas, Vale do Paraíba e Ribeirão Preto. A conurbação urbano-industrial do território estadual seguiu em direção às suas principais vias de acessos (ferrovias e rodovias). Ou seja, pode-se dizer que foi um processo de expansão da Região Metropolitana de São Paulo.

Dentro de um raio abrangendo as antigas cidades nucleares, foi ocorrendo um processo de desconcentração concentrada da indústria. Ao redor desses municípios líderes foi ocorrendo um transbordamento das atividades industriais de modo a se constituírem como áreas urbanas industriais. Tal processo ocorreu de forma a unir, num só território, a partir da década de 1980, a indústria das regiões de Campinas e São José dos Campos, que passaram a se ligar à MetrÓpole Paulistana. E, posteriormente, à região sorocabana.

E isso está relacionado ao fato de que esse espaço se constituiu como uma área na qual se “determinam novos processos na escolha da localização das atividades” (SCARLATO, 1989, p.86 apud CASTELLS).

Seingard-Sampaio (2009, p.121 apud LANGENBUCH) também notou que, além da ferrovia que cortava essa região, como no caso da E.F. Santos, a disponibilidade de terrenos e infraestrutura foram fatores que fizeram com que se deslocassem as atividades industriais para esses municípios. Um exemplo disso foi a empresa General Motors, “que até a década de 1920 estava localizada na capital e acabou se transferindo para o município de São Caetano do Sul”. As ferrovias, que exerciam o papel de escoar o café e também os produtos industriais (Cano 2007), passaram a contribuir a partir de então para a metropolização paulistana.

Nesse processo, é preciso não esquecer que, como assinalou Mamigonian (1976, p.97), se “até a década 1950 eram raras as indústrias alienígenas”, a partir de metade do século XX, a expansão industrial paulista se dará com a “penetração de grandes corporações estrangeiras”. De fato, o que vemos é que a partir da década de 1950 o território brasileiro passa a ser uma área que iria servir para atender às novas lógicas da acumulação capitalista mundial. A procura pelo menor custo de produção, e pela produção diretamente ligada a grandes mercados consumidores que se formavam, passou a ser a lógica das grandes empresas multinacionais, que passaram a expandir filiais para diferentes países³⁰.

Chesnais (1996, pp.82, 113) nos chama a atenção para algumas características das multinacionais. Uma é “a de constituir, entre a matriz e as filiais, um mercado”. Outro aspecto que caracteriza essas empresas é o fato de que são “orientadas para os países ou regiões onde a

³⁰Chesnais (1996, p.72) em sua obra “A Mundialização do Capital”, expõe duas definições sobre empresas multinacionais: “A primeira é a que é utilizada por R. Vernon, para quem uma multinacional seria uma grande companhia com filiais industriais em, pelo menos, seis países”. Mas com a pressão de países dos quais se originavam algumas dessas empresas, segundo o autor, “esse limite foi reduzido a dois países. A segunda é a definição proposta por C. A. Michalet, “sendo uma empresa, em geral de grande porte, que, a partir de uma base nacional, implanta no exterior várias filiais em vários países, seguindo uma estratégia e uma organização concebida em escala mundial (apud, 1985).

demanda é maior e os mercados mais promissores, e também onde os seus principais rivais devem ser enfrentados num confronto direto”.

Isso foi bastante característico no Brasil com a chegada das grandes montadoras de automóveis que se instalaram na Região Metropolitana de São Paulo a partir da década de 1950. Segundo Selingard-Sampaio (2009), as montadoras eram de nacionalidades diferentes e o que podemos notar é que ficou estabelecida entre elas uma disputa direta do mercado nacional de automóveis. Assim, o que é possível verificar é que com a entrada dessas empresas, ocorre uma continuação da conurbação urbano-industrial que se iniciou no Aglomerado Paulistano desde os primórdios da industrialização paulista, concentrando atividades industriais em regiões como Sorocaba, Campinas, Vale do Paraíba e Baixada Santista, áreas que seguem em direção ao interior, estendendo-se ao longo dos eixos rodoviários. E vale lembrar aqui o que estabeleceram Ramos e Mendes (2001, p. 5), para quem os fatores que levam à tomada da decisão para a localização industrial nesse complexo estão muito ligados a uma “comparação de preços entre os transportes, localização das matérias-primas, mercado consumidor e fator mão de obra, onde serão medidos os níveis salariais e a força sindical local. E, por fim, o nível de concentração industrial, o qual irá criar um campo de atração de aglomeração e desaglomeração”.

As referidas regiões interioranas vão formar um único território, que Selingard-Sampaio (2009) denomina como MCTIP (Multicomplexo Territorial Industrial Paulista). E, segundo os autores,

Não se trata de um arranjo espacial momentâneo, circunstancial. As condições para a sua plena configuração, como uma totalidade, foram definidas no pós-1980, mas se for levada em consideração a formação dos elementos integrantes, desde seu início, é coerente afirmar que se trata de uma espacialidade historicamente construída, ao longo de um decurso de pouco mais de um século (SELINGARD-SAMPAIO, 2009, p.313).

Voltando a Ramos e Mendes (2001: 27), que afirmam que “cada meio envolvente segrega um custo, como por exemplo, o custo de vida dos trabalhadores o qual não é o mesmo em todas as localizações”, o que faz com que ocorra uma fuga das empresas, podemos dizer que esse é um fenômeno claramente presente na região em estudo, conforme nos aponta Lencioni (1998). Por outro lado, se consideramos que esse

processo implica em maior concentração de trabalho habituado ao mundo da fábrica, podemos concluir que um segundo momento de retroalimentação também se faz presente. Segundo Ramos e Mendes,

a empresa não procura somente a minimização de um custo salarial, ela deseja igualmente o desenvolvimento de um modo de relações sociais que garanta a segurança, a regularidade e perenidade da sua atividade, mão de obra que aceite as tarefas e as condições de trabalho (RAMOS e MENDES 2001, p.27).

Se levarmos em consideração os fatores que fizeram com que na Região Metropolitana de São Paulo se concentrassem indústrias, podemos fazer uma relação com o que começou a ocorrer nessa nova área do multicomplexo territorial.

Em tal processo podemos ver a importância das vias de transportes como um fator importante para a reestruturação urbano-industrial. Em seu trabalho sobre a indústria no território paulista, Selingard-Sampaio (2009) verificou que inicialmente as vias férreas passaram a desenhar o mapa das aglomerações industriais, tanto nas áreas interioranas, como na MetrÓpole Paulistana, já que os locais privilegiados pelo traçado das ferrovias, sobretudo pela facilidade de escoamento dos produtos, eram escolhidos para a localização industrial.

Outro fator importante é a questão da escolha dos locais onde serão instalados os novos estabelecimentos industriais. Deve-se levar em conta a dependência da infraestrutura, mercado consumidor, proximidade com a clientela, etc. Com a expansão das rodovias, as estradas passaram a ser um fator que irão determinar a localização das indústrias, uma vez que os estabelecimentos industriais precisam estar próximos às vias de acesso para facilitar o escoamento das mercadorias e também se aproximar dos seus fornecedores, e, quanto mais próximos estivessem da MetrÓpole Paulistana, mais se beneficiariam de tais vantagens.

De acordo com Junior (2003, p. 152), um fator também importante para que as empresas que não estavam mais se estabelecendo nos limites da Região Metropolitana de São Paulo procurassem se instalar no interior paulista é o fato de haver a necessidade da “proximidade entre empresas de um mesmo setor industrial, de centros de pesquisas e universidades, como no caso das cidades de São Carlos e de Campinas”. Fatores, enfim, que levaram as empresas a se orientar

pela busca de uma maior competitividade, já que com a aceleração tecnológica e a reestruturação industrial, as indústrias “passaram a introduzir em seus métodos de produção elementos baseados na automação e informática” (ARAÚJO, 2003, p. 152).

3.5 Conglomerado Metropolitano Paulista: análise do mapeamento

Como pode ser observado no mapa³, em 1950 já é possível detectar que, além da Região Metropolitana de São Paulo, a qual ganhava mais importância em decorrência da instalação das indústrias automotivas, outras áreas interioranas do estado também apresentavam uma tendência de concentrar territorialmente a indústria. Ao lado da capital paulista, os municípios pertencentes ao ABC Paulista (Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Mogi das Cruzes e Guarulhos) atingem cerca de 62% do VPI estadual. Destacam-se também alguns núcleos como Sorocaba, Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Marília, São José dos Campos e Araraquara.

Tinha-se a ATI de MetrÓpole Paulistana já estabelecida como a maior concentração territorial da indústria dentro de um raio de 150 km, com destaque para Campinas e Ribeirão Preto.

É possível observar que dentro do território paulista há outros núcleos indústrias dispersos, como Marília, Araraquara, Bauru e Presidente Prudente.

MAPA DE 1950

Entre as décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento industrial no estado de São Paulo foi caracterizado por uma expansão quantitativa, como também por ocorrer de forma espacialmente desequilibrada, e isso se fez pela concentração de forma maciça na cidade de São Paulo e em seu entorno, onde é possível observar a inclusão de municípios com participação expressiva nos valores da produção, como São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, estes pertencendo à segunda e terceira ordens que estão no entorno da cidade de São Paulo.

A expansão da aglomeração da MetrÓpole Paulistana em direção ao Sudeste foi proporcionada pelo legado da infraestrutura, principalmente a ferrovia, e posteriormente, a rodovia Anchieta.

Nesse sentido, a MetrÓpole Paulistana se constitui como uma área atrativa para a escolha da localização das atividades industriais. Primeiro pelos fatores ligados à infraestrutura, transporte e energia elétrica e à disponibilidade de terrenos (LENCIONI, 1991). Isso contribui ainda mais para a metrÓpole seguir como um polo atrativo.

Pode-se dizer também que a chegada das montadoras de automóveis significou a maior diversificação da indústria desde sua gênese. Segundo SCARLATO (1989), a presença de um organismo urbano é um fator importante para atrair uma indústria automotiva numa determinada área. No caso brasileiro, no final da década de 1960, das 8 montadoras presentes dentro do território nacional, “sete estavam localizadas na MetrÓpole de São Paulo e em sua área metropolitana” (SELINGARD-SAMPAIO, 2009, p. 198).

Estabeleceu-se na grande São Paulo, como reconheceu Geiger (1963, p. 156-234) em seu estudo de geografia industrial do Sudeste brasileiro, um verdadeiro “complexo industrial”, e isso basicamente devido ao processo de diversificação do parque fabril paulista, pois o complexo industrial do entorno da capital, segundo a própria definição de Geiger (1963), é caracterizado como uma área “de densa concentração industrial, com presença importante da indústria de base onde se verificam relações de dependência de umas fábricas para outras”.

A indústria têxtil, que tradicionalmente detinha o maior contingente de operários, vinha sendo alcançada pelos segmentos da metalurgia e química. Acompanhando a indústria automotiva, instalada principalmente em São Bernardo do Campo, “a cerâmica e a química Rayon se aloja em São Caetano do Sul; a metalúrgica (Cia Aços Villares S/A), a química (Rhodia) e a indústria de pneus (Firestone, Pirelli), em Santo André” (SELINGARD-SAMPAIO, 2009, p.133).

É possível verificar que na década de 1950 o traçado territorial industrial paulista revelava alguma dispersão na medida em que se adentrava as regiões mais interioranas do estado. Para a década de 1960, a distribuição territorial da indústria ficou mais pulverizada no leste do estado. Além disso, não é possível verificar a existência de áreas com representatividade de atividades industriais nas porções sudoeste, noroeste e na parte centro norte do estado de São Paulo.

MAPA DE 1960

Comparando a distribuição territorial da indústria entre as décadas de 1950 e 1960, como mostram os mapas 3 e 4, é possível observar que alguns núcleos industriais tiveram os seus VPI reduzidos. A ATI liderada por Ribeirão Preto é fragmentada, mas ainda manteve São Carlos e Araraquara na condição de municípios mais representativos.

A porção centro-oeste também ficou menos significativa. Marília, Bauru, Presidente Prudente e Araçatuba ainda permaneceram como municípios representativos, já que os dois primeiros permaneceram com 0,37% no VPI estadual, e os dois últimos com 21% e 0,41% respectivamente.

Um fator contribuinte para a redução dos municípios mais representativos na parte mais interiorana é a expansão da região liderada por Campinas e Jundiaí, as quais apresentaram um significativo crescimento industrial. Em uma década já é possível observar um eixo contínuo entre a capital paulista e a cidade de Campinas. A proximidade com a capital paulista deixa a região de Campinas em situação favorável em relação às demais áreas do estado de São Paulo.

É possível observar que em uma década, no eixo viário que liga a região de Campinas à capital paulista, foi formada uma mancha urbana industrial. O mesmo não pôde ser verificado, embora em uma proximidade menor, no eixo que liga a Grande São Paulo à região de São José dos Campos e o Vale do Paraíba.

Comparando os mapas para as décadas de 1950/60, observa-se que a futura região metropolitana do Vale do Paraíba, liderada por São José dos Campos, perdeu percentual nos VPIs. Comparando a somatória para os dois períodos, reduziu-se de 1,26% para 1,10% mesmo com São José dos Campos e Cruzeiro saltando de 0,27% para 0,45%. Embora Jacareí, vizinho de São José dos Campos, apareça no conjunto dos mais representativos, não deixou que a região obtivesse um desempenho positivo em seu conjunto. A grande perda para a região foi a saída de Taubaté, que sob condição de nível seis de concentração, representando 0,65% do VPI estadual na década anterior, saiu do grupo dos municípios paulistas mais representativos.

A ATI de Campinas se consolida como a segunda maior área industrializada. O fator explicativo está atrelado ao fato de na década de 1950 a região ter sido destaque no setor metal-mecânico, junto com a indústria alimentícia. Já que os municípios ao redor se tornaram tradicionais na produção de “máquinas industriais, tratores, peças e acessórios automotivos” (SELINGARD-SAMPAIO, 2009, p. 134).

Fatores relacionados à infraestrutura, como a “implantação da via Anhanguera, linha de transmissão de energia elétrica e os estímulos oferecidos pelo poder público” (CANO, 1983, p. 123) trouxeram grandes indústrias para a região campineira. Foi nesse período (1950/60) que chegaram à referida região a Singer do Brasil, Duratex, Pirelli, Roberto Bosch, Mark Sharp, Bendix Autopeças, General Electric.

MAPA DE 1970

A espacialização da indústria continua a ocorrer de forma assimétrica no território Paulista. Em comparação à década anterior, o estado de São Paulo continuou com um processo de expansão industrial. Se na década de 1960 o número absoluto de estabelecimentos industriais era de 36.254, para 1970, o valor absoluto foi de 50.556 (SELINGARD-SAMPAIO, 2009). Há um fato novo no que diz respeito à taxa de crescimento da cidade de São Paulo entre as décadas de 1950 e 1960. Em relação ao VPI, a taxa de crescimento relativo foi 40,93% diante de 97,66% no período anterior (SELINGARD-SAMPAIO, 2009). Mas no conjunto da metrópole e seus municípios a taxa de crescimento foi mais elevada. A Metrópole Paulistana se mantinha como a maior aglomeração territorial da indústria, e isso é devido ao espraiamento das atividades industriais.

A região de São José dos Campos apresentou um importante dinamismo ao longo da década de 1960. A inauguração da Rodovia Presidente Dutra no início da década de 1960 contribuiu de modo decisivo para que tal processo viesse a ocorrer. Com a rodovia, foi possível não só ligar o Vale do Paraíba à baixada fluminense, mas também dois importantes centros industriais do Brasil, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, viria a ser uma importante via para a integração nacional, aproximando o estado de São Paulo à Minas Gerais e ao Nordeste (VILLAÇA, 2001).

Além de redirecionar a localização industrial, que antes privilegiava as regiões de Campinas, de Sorocaba e a de Santos, a partir de então o Vale do Paraíba viria a se tornar um polo industrial tecnológico. Isso porque ao “longo dessa via e já agora extrapolando a área metropolitana oficial, instalam-se não só a indústria automobilística, mas a nova indústria de ponta, como a espacial, a eletrônica e a aeronáutica” (VILLAÇA, 200, p. 138).

É com a inclusão de mais quatro municípios e a elevação do nível de concentração industrial de São José dos Campos que se desafogou o deslocamento industrial do eixo São Paulo-Campinas. Partindo de São José em direção ao Rio de Janeiro, surgem, na seguinte ordem, Caçapava, Taubaté, Guaratinguetá e Cruzeiro, complementando os municípios de nível sete da concentração industrial. São José dos Campos obteve um salto quantitativo e qualitativo, passando a ser polo industrial da região. A razão para isso é que, em apenas uma década, o município quase triplicou a sua participação industrial estadual (de 0,45% para 1,29% em 1970). Isso porque nesse período o município “recebera novas fábricas de grande porte”, a exemplo da “Alpargatas

(1960), Avibrás (1965), Embraer (1969), National e BundyTubing (1970) (PACHECO, 1992:187).

Sendo assim, a região de São José dos Campos surge como uma nova ATI. Já que outras regiões como Sorocaba, Piracicaba, São Carlos e Ribeirão Preto assistiram a uma desconcentração industrial.

Sorocaba, que antes detinha o significativo VPI de 1,71%, o que a colocava como o sétimo município mais industrializado de São Paulo, na década de 1970, com os seus 0,58%, chegava ao posto de vigésimo município mais representativo. Por outro lado, observa-se um espraiamento das atividades industriais. Votorantim, Alumínio e Mairinque aparecem ao redor de Sorocaba na condição de municípios mais importantes industrialmente. Somando o VPI total destes últimos com o município sorocabano, a região de Sorocaba chegou ao VPI de 1,24% para o ano de 1970, o que deu condições de surgimento de uma nova ATI.

A mesma situação pôde ser verificada nas partes central e nordeste, um processo de desconcentração industrial em relação aos municípios do referido eixo. São Carlos e Araraquara, que formavam um dueto representando 0,97% do VPI em 1960, perderam participação com a distribuição territorial da indústria nos seus arredores. Com a região estendida, o percentual total chegou a 0,96%.

Territorialmente, a indústria permanece pulverizada em direção ao oeste. Apenas Presidente Prudente obteve um crescimento, saltando de 0,21% para 0,43% em 1970. O que lhe assegurou uma ascensão para nível 6 de concentração industrial. No entanto, Bauru e Araçatuba decresceram antes de 0,41% e 0,37%, para 0,24% e 0,27%. Marília permaneceu estável.

Territorialmente, a indústria paulista segue de forma dialética um processo de desconcentração concentrada, como assinalou Lencioni (1998). Trata-se do raio que segue entre a capital paulista e a cidade de Campinas, e a partir da década de 1970 observa-se o direcionamento a São José dos Campos.

Entre os períodos de 1950 e 1960, a capital paulista, em relação aos números de estabelecimentos, saltou de 7.374 para 14.576. Ou seja, um crescimento relativo de 97,66%. O mesmo não pôde ser observado no decênio posterior, em que o crescimento relativo caiu para 40,93%, acolhendo 20.543 estabelecimentos, e o seu aglomerado territorial industrial seguiu uma tendência bem parecida. Excluindo-se a cidade de São Paulo, o conjunto de municípios que vêm compondo o aglomerado a cada dez anos, como mostrado nos mapas, no ano de 1960 aloca 2109 estabelecimentos, diante de 1047 no ano de 1950. O crescimento

relativo ficou em torno de 98,13% no período. Tomando a década de 1970, a situação em relação ao seu crescimento foi bastante diferente, mesmo sendo o único aglomerado territorial com municípios pertencentes aos níveis dois e três de concentração industrial, como São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul, Cubatão e Guarulhos, já que Campinas deixou a classe três para se inserir na classe quatro. O fato é que, mesmo reduzindo o seu crescimento relativo, no que diz respeito à expansão industrial, a metrópole paulistana e o seu entorno mantiveram praticamente estável a sua participação no VPI estadual (69,91% e 69,48%), respectivamente³¹. Como dissemos, trata-se do eixo São Paulo-Campinas, que caracteriza o processo de desconcentração concentrada territorial da indústria. A referida região, quando comparados os VPIs dos mapas três, quatro e cinco, mantém um crescimento relativo crescente. De fato, saltando de um total 5,68% para 6,73% entre 1950-1960, e posteriormente detendo 8,15% do VPI estadual, a região campineira eleva a taxa de crescimento relativo de 18,48% em 1960, para 21,09% em 1970.

Vale ressaltar que Campinas, polo industrial regional, assim como a cidade de São Paulo, reduziu a sua participação no VPI estadual, como pode ser observado nos mapas três e quatro, mesmo processo observado na metrópole paulistana. Porém, observa-se a consolidação de uma conurbação urbano-industrial entre as duas cidades mais industrializadas do estado, na qual os polos vão perdendo participação, enquanto os municípios ao redor vão se industrializando de forma intensa.

³¹ Todos os dados para essa análise foram retirados de “Indústria e Território em São Paulo: A estruturação do complexo territorial industrial paulista” (SELINGARD-SAMPAIO, 2009).

MAPA DE 1980

O crescimento relativo do município de São Paulo continuou em queda, alcançando 20,92%. Porém, a expansão quantitativa da indústria continuou marcante. A cada década a sua participação na produção industrial vem caindo, como já observado nos mapas três, quatro e cinco. O decênio em questão foi o período no qual a sua redução foi mais acentuada. A sua desconcentração industrial vai tendo como característica a perda de grandes empresas, que, necessitando de mais áreas físicas, passam a procurar a periferia (SELINGARD-SAMPAIO, 2009). Já o conjunto dos municípios, igualmente à década anterior, revela uma redução na taxa de crescimento relativo, decrescendo para 29,62% diante de 50,23% no período anterior. No entanto, esse índice é ainda superior à média geral do restante do estado.

Embora o crescimento relativo tenha caído nas duas últimas décadas, levando a Metrópole Paulistana em 1980 a deter uma redução do VPI estadual, e principalmente a cidade de São Paulo, como mostra o mapa seis, o referido aglomerado urbano industrial elevou o número de estabelecimentos industriais. De 25.066 em 1970, passa a alojar 32.491 fábricas³². Manteve-se como a região mais importante do estado de São Paulo. Já a participação do conjunto da Metrópole Paulistana no VPI do estado de São Paulo foi reduzida para 57,26.

Apesar de tudo isso, a Região Metropolitana, liderada pela cidade de São Paulo, continuava ainda em seu processo de estruturação urbano-industrial. Como pode ser observado no mapa seis, é o processo de transbordamento das atividades industriais em direção à parte oeste e leste do território Metropolitano Paulistano que agora se apresenta.

Quanto aos municípios que já compunham o aglomerado, enquanto uns melhoram sua participação, outros apresentam perda. É possível visualizar uma mancha urbana industrial contínua ligada à Metrópole Paulistana por eixos viários no mapa de 1980, em um processo em que a principal cidade, São Paulo, desconcentra e proporciona o movimento de concentração. Isso porque, na medida em que não há mais espaço físico na maior cidade do país para que as plantas fabris possam expandir e dar continuidade ao processo de acumulação capitalista, elas passam a se localizar em locais onde há terrenos mais baratos e incentivos fiscais (LENCIONI, 1998).

O Vale do Paraíba, liderado por São José dos Campos, consolida o seu dinamismo industrial. O referido município já assume o posto antes pertencente a Campinas. Agora, alcança o patamar de segundo município mais industrializado fora da Metrópole Paulistana.

³² Fonte dos dados: Seligard-Sampaio (2009, p. 210 apud IBGE, 1984).

A região do Vale do Paraíba, privilegiada pela rodovia Presidente Dutra, passa a ostentar vantagens aglomerativas. Já se apresentava como um aglomerado urbano industrial expressivo. Grandes empresas foram acolhidas ao longo da década de 1970, como Kodak, Philips, Kone, entre outras (PACHECO, 1992, p. 191). Foi se constituindo ali um complexo industrial de alta tecnologia, centrado na aeronáutica, de material militar bélico. Além disso, havia a presença de montadoras automotivas (PACHECO, 1992).

Comparando os mapas de número cinco e seis, é possível verificar que, em dez anos, uma extensão urbano-industrial se formou entre Sorocaba e a aglomeração territorial industrial de Campinas. Sorocaba, que na década de 1960, como verificado no mapa quatro, apresentava-se com um processo embrionário de desconcentração industrial, estendendo espacialmente seu aglomerado territorial industrial. E tal processo foi favorecido pela implantação da rodovia Castelo Branco, importante eixo de penetração em direção ao oeste paulista.

A ATI sob a liderança de Campinas teve o seu território expandido quando comparado ao período anterior. Essa expansão, que já vinha ligada com a ATI da Metrópole Paulistana, passa a partir de então a se confundir com a ATI sorocabana, que também passa a se expandir em direção ao aglomerado paulistano, o que garantiu o desempenho positivo para a região sorocabana ao longo da década de 1970, saltando de 1,26% para 2,38% em 1980. Tal desempenho, segundo Sampaio (2009, p. 214) foi proporcionado “pelo desempenho de Sorocaba – antigo centro têxtil revitalizado pelas indústrias metalúrgicas e mecânica pesada (fábricas da Case, MasseyFerguston, Aço Paulista, Máquinas a, Engenasa)”.

A Região liderada por Campinas obteve um desempenho melhor do que o verificado anteriormente. Saltava de 8,15% na década anterior para 13,6%. Um fato novo pode ser verificado para o referido aglomerado territorial da indústria. O eixo que liga Campinas até São Paulo, que mostrava um dinamismo principalmente por se localizar entre as duas cidades, apresentou na década de 1980 uma perda na representatividade industrial. Por outro lado, verificou-se um desempenho significativo em direção à região central.

O território industrial da indústria, representado pelas regiões centrais, oeste e nordeste do estado, permanecia de forma dispersa. O aparecimento de municípios dentro da categoria dos mais representativos coincidiu com a perda do desempenho de outros. Araçatuba, Presidente Prudente, Marília e Bauru perdem participação, e

embora não tenham saído da classe dos mais representativos, apresentaram um desempenho negativo, enquanto outros emergiram (Bebedouro, São José do Rio Preto).

Como observado no mapa seis correspondente à década de 1980, é possível observar que a ATI da Metrópole Paulista encontrava-se consolidada. A dinamicidade territorial da referida região, a partir de então, ocorrerá em sua porção oeste, em direção à Sorocaba.

É no decênio de 1980 que é possível verificarmos o mapa da mancha urbano-industrial paulista. As regiões interioranas tradicionais se conectaram à Metrópole Paulista, inclusive as ATIs de São Carlos e a região de Bauru.

Forma-se assim uma morfologia urbano-industrial policêntrica. A Metrópole paulistana vai perdendo força de atração. Dentro das ATIs lideradas por Campinas e São José dos Campos, surgem municípios que vão ganhando importância econômica.

MAPA DE 1996

Verifica-se no ano de 1996 uma redução dos municípios pertencentes aos níveis seis e sete, o que deixa mais escuro o mapa da mancha urbano-industrial paulista. O antigo primado Metropolitano Paulistano vai se fundindo com as regiões interioranas e reorganizando o espaço metropolitano paulista.

Na cidade mais industrializada do país, os problemas urbanos vão se intensificando, situação que faz com que a capital perca sua força polarizadora para a permanência e até mesmo a chegada de novas plantas fabris de grande porte. É o encarecimento, por exemplo, da mão de obra e da terra na cidade (LENCIONEI, 1991), este último em decorrência da redução da disponibilidade de espaço, pois “a indústria, que necessita cada vez mais de espaços maiores”, passa a concorrer pelo aumento da “demanda de residências e estabelecimentos comerciais” (SINGER, 1977, p. 64).

Soma-se a isso a baixa qualidade de vida dos trabalhadores causada, sobretudo, pelas “[...] longas filas e distâncias da residência do trabalhador ao local de trabalho”, e o “abastecimento ineficiente que eleva o custo de alimentação e dos serviços” (SINGER, 1977, p. 63), elevando, desse modo, o custo de vida. Tudo isso passou a ter efeito negativo para o crescimento industrial na cidade de São Paulo. Esses fatores favoreceram a periferia da Grande São Paulo, bem como as regiões interioranas.

É uma descontração das atividades produtivas, mas ao mesmo tempo integra territorialmente o espaço urbano-industrial paulista, como pode ser observado nos mapas de número sete, correspondente ao ano de 2005.

A cada período, como mostram os mapas, dentro de um eixo contínuo seguindo a linha viária, a indústria vai se deslocando no seu entorno, formando um novo raio. Campinas e Sorocaba passariam, dessa forma, a ver suas ATIs se confundirem em uma só.

Os tradicionais núcleos antigos da indústria paulista, São Paulo, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e São José dos Campos, entre 1996 e 2005, dividem o mesmo espaço com outros importantes municípios com bastante dinamicidade industrial. Isso permitiu um processo de integração física do território industrial paulista a outras áreas. Sorocaba tem o seu limite territorial conectado à ATI de Campinas.

O Aglomerado Territorial da Indústria da Metrópole Paulistana ainda possuía a cidade de São Paulo como primaz, embora ainda continuasse reduzindo a sua participação no VAFI estadual de 22,83% para 13,83% entre 1996 e 2005. É o período em que se registrou a maior

redução³³, e a principal causa disso está atrelada ao dinamismo da área periférica da Região Metropolitana de São Paulo³⁴.

³³ Em decorrência da disponibilidade de dados a partir do mapa de número sete, foi necessário adotar algumas mudanças para a elaboração dos mapas seguintes. Até a década de 1980, utilizou-se o VPI (Valor da Produção Industrial), pois, segundo Selingard-Sampaio, não houve a realização de um senso industrial no ano de 1990 pelo IBGE. Desse modo, a fonte dos dados utilizada passou a ser estadual (SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). A fonte relativa à VAFI (Valor Adicionado Fiscal da Indústria) está disponível em IMP (Informação dos Municípios Paulistas).

³⁴ Municípios como São Bernardo do Campo, Guarulhos, Santo André, Diadema, Cubatão e Barueri passaram a dividir com a capital paulista parcela significativa do VAFI. Para o ano de 1996: Os VAFIs para São Bernardo do Campo (7,51%), Guarulhos (5,14%), Diadema (2,45%), Santo André (1,85%) e Cubatão (1,85%). Em 2005, os valores são: São Bernardo do Campo (4,60%), Guarulhos (4,78%), Cubatão (3,68%), Diadema (1,68%). Barueri alcança uma condição de nível três de concentração industrial (SELINGARD-SAMPAIO, 2009).

MAPA DE 2005

Ligadas a esta última estavam as ATIs de São José dos Campos e de Campinas, formando uma macha urbano-industrial contínua. O Vale do Paraíba possuía São José dos Campos como o terceiro colocado no ranking dos mais industrializados dos municípios paulistas.

Em meio ao processo de industrialização que foi se intensificando na ATI campineira, esta caracterizaria um aglomerado onde no mesmo território havia Paulínia, como o segundo município mais industrializado do estado de São Paulo, e Jundiaí.

Piracicaba tornou-se um núcleo industrial. Assim como a capital, Campinas irradiou as atividades industriais. Rio Claro, Limeira, Araras e Mogi Guaçu formam, dentro da ATI campineira, um próprio territorial industrial pequeno, responsável pela integração com a ATI de São Carlos. A partir daí, transforma-se o mapa da indústria paulista, que marca um contínuo entre a Metrópole Paulistana até a parte Nordeste do estado de São Paulo. Além disso, pode-se verificar que a ATI de Campinas, através do município piracicabano, vai se ligar até a ATI de Bauru.

Mas a implantação da indústria fora da capital não significou a perda da importância da Metrópole Paulistana, pois nessa ainda estão concentradas “a decisão, o poder de mando, o efeito catalisador, o ambiente inovador, os serviços essenciais de ordem superior” (AZIONE, 1987, p. 9). É nela que está, utilizando-se das palavras de Lencioni, “o processo de valorização do capital” (1991, p. 56). Por isso Milton Santos escreveu que, com “a difusão social e geográfica do consumo em suas novas modalidades” (1991, pp.100-101), se favorece a concentração das atividades produtivas a níveis regionais. E é assim que a concentração territorial industrial se dispersa e ao mesmo tempo se concentra territorialmente, de modo que “São Paulo como metrópole onipresente é ao mesmo tempo metrópole irrecusável para todo o território brasileiro”, e por ser, também, uma “metrópole global” (SANTOS, 2009, p. 100-101).

Isso porque a dinâmica da economia global acabou repercutindo na periferia do sistema capitalista. Na década de 1980, a economia mundial encontrava-se na fase “b” do quarto Kondratieff. Tal processo refletiu na busca de novos mercados e em novas estratégias para dar continuidade ao processo de acumulação capitalista. Como já dissemos, é o momento no qual o sistema capitalista mundial está passando por uma reestruturação produtiva.

Junto a esse processo, ocorre o aumento da produtividade do capital pela flexibilidade da mão de obra. Tal fenômeno repercutiu no Brasil, quando houve uma redução dos postos de trabalho no país entre

as décadas de 1990 e 2000 (POCHMANN, 2001). Foram as adaptações necessárias à consolidação do *toyotismo* como um novo modelo de acumulação capitalista.

Tudo isso acabou refletindo na dinâmica da reestruturação urbano-industrial paulista. O espaço metropolitano de São Paulo acabou sendo um local que ainda serviria muito bem ao capital que entrava na década de 1990, sob um processo de reestruturação produtiva, já que o “processo de metropolização no Terceiro Mundo é contemporâneo do processo de mundialização da economia e da sociedade” (SANTOS, 1990, p. 183).

De fato, a metrópole paulista era capaz de reter “uma economia urbana que assegura trabalho (não propriamente emprego no sentido ocidental clássico do termo)”, ainda que uma “atividade irregular e mal paga” (SANTOS, 1990, pp. 183 e 184). Logo, metropolização do Terceiro Mundo e a mundialização da economia caminham na mesma via, e tem como características ser “ao mesmo tempo seletiva e inigualitária, privilegiando uma parcela do território e uma parcela da população, com desenvolvimento simultâneo de novas burguesias, de novas classes médias e uma multidão de gente pobre” (SANTOS, 1990:183).

MAPA DE 2012

O ano de 2012, como mostra o mapa 9, é o momento no qual pode ser observado que se confirma o processo que vinha se desencadeando nas últimas décadas. No entanto, observa-se uma sutil alteração em relação à localização industrial. A metrópole Paulistana continuou a reduzir a sua participação nos VPIs estaduais, porém, em comparação às décadas anteriores, foi o período no qual é possível observar a menor perda percentual.

A mancha urbana industrial seguiu na mesma tendência, onde a antiga região de Campinas irradiou a indústria em direção à região sorocabana, que por sua vez se estendeu e passou a ganhar mais importância tornando-se uma Região Metropolitana³⁵.

É possível observar que o aglomerado urbano-industrial formado a partir da Região Metropolitana de São Paulo ligando as regiões de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba sofreu uma leve queda em seus VPIs. Isso significa que a indústria se interiorizou, mas de forma ainda concentrada, onde as regiões de Bauru, São Carlos e Nordeste atraíram mais das indústrias.

São Paulo permanece como o endereço da indústria. Isso pôde ser constatado de acordo com os estudos do DEPECOM (Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos), órgão que pertence à FIESP (Federação das Indústrias do estado de São Paulo), e que realizou um estudo no período entre 1985 e 2013.

Com os dados apurados pelo Depecom (2014, p. 23), o estado de São Paulo passou a alocar 93.882 fábricas no ano de 2013 diante dos 77.446, conforme verificado por Selingard-Sampaio (2009) no ano de 1996. O aumento de 16.326 estabelecimentos industriais ainda o deixa na primeira posição entre os estados brasileiros, com cerca de 93.682, mais que o dobro em relação ao segundo colocado, Minas Gerais, com 43.378 indústrias.

E o processo de reestruturação urbano-industrial em São Paulo conserva essa primazia. A Região Metropolitana de São Paulo e suas sub-regiões de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos, mostraram-se com capacidade de suporte para inovação nos setores de base urbana no território brasileiro, como constataram os estudos de Diniz e Razavi (1999), apontando para a concentração populacional,

³⁵ De acordo com a “Lei Complementar n° 1.241, de 8 de maio de 2014”, em que, no artigo 1°, consta que: “Fica criada a Região Metropolitana de Sorocaba, como unidade regional do território do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 25, §3°, da Constituição Federal, dos artigos 152 a 158 da Constituição Estadual e da Lei Complementar n° 760, de 1° de agosto de 1994.

industrial e econômica, além de atividades modernas de serviços. Além disso, concentra cerca de três quartos do PIB paulista, o que equivale a 24% do PIB do Brasil³⁶.

Foi a inovação do sistema de transporte que permitiu todo esse processo (BARAT, 2007). Dentro desse raio foi possível viabilizar um espaço de “relações comerciais, sociais e de centro de movimentação diária de pessoas” (DINIZ, 2006, p. 4).

É também a lógica global que faz do território urbano industrial paulista um local do contínuo processo de acumulação capitalista. Compreender o seu processo de reestruturação, podemos dizer com Milton Santos, é “passar pelo entendimento do funcionamento da economia a nível mundial e seu rebatimento no território de um país”(1988, p. 46).

Trata-se do espaço que também serviu para consolidar o Brasil na Nova Divisão Internacional do Trabalho, como ressalta Pochmann (2007, p. 36), o espaço onde se desenvolveu um modelo econômico “voltado para a maior integração internacional”, intensificado, sobretudo, a partir de 1990. Ou seja, estamos diante da adaptação da qual fala Chesnais, onde “as forças de mercados”, manifestas pela mundialização pressupõem “que a liberalização e desregulamentação sejam levadas a cabo” (1996, p. 25). Daí Lencioni ter verificado nesta nova metrópole uma “cidade região mundial” da metrópole liderada por São Paulo, e que se vê estendida. Ela é o produto de uma nova ordem “social da produção industrial”, pois estabeleceu uma “maior integração financeira com o mundo”, passou a receber “novas plantas industriais internacionais, racionalizando e modernizando a produção” (LENCIONI, 2003, p. 2).

Mas também é preciso ir além dos apontamentos de Chesnais (1996, p.18), para quem ao capital não interessa qualquer lugar do planeta, e ele “tem a liberdade de escolher qual país e as camadas sociais” que lhe interessam. Para Lencioni (2003, p. 4-5), onde o processo de dispersão industrial concentrada territorialmente foi viabilizado pelas condições materiais, tais como “equipamentos e serviços, fornecimento de energia industrial, força de trabalho qualificada, bolsas e bancos, aeroportos e estradas”, é onde o capital sente mais atratividade.

³⁶Dado obtidos de acordo com SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e IBGE, disponíveis em www.seade.gov.br e www.ibge.gov.br. Acesso em 21/12/2015.

Sem dúvida, esse ponto de chegada, ancorado na mundialização, não deve permitir que se perca de vista o processo de acumulação primitiva gerado dentro do contexto da economia cafeeira e suas contradições há mais de um século, e que também está na raiz dessa metropolização. Foi ele que levou de forma mais acentuada o desenvolvimento do capitalismo em São Paulo, em comparação ao restante do país. Ou seja, os elementos históricos e sociais que em alguns momentos foram resgatados neste trabalho.

3.6 Reestruturação urbano-industrial paulista como um processo de metropolização

MAPA 10

MAPA 11

A dispersão da indústria no território paulista a partir de 1950 passou a gerar uma área metropolitana estendida. Diante de tal fato, tomamos a liberdade de utilizar o termo reestruturação para nos referirmos ao processo de formação de um novo espaço metropolitano que tem a cidade de São Paulo como o principal polo. Isso porque o termo reestruturar, como assinalou Lencioni (2003, p. 1), deriva “da palavra estruturação”, e isso significa “estruturar de novo”. Foi o que podemos verificar ao longo do período em análise, onde a Metrópole foi a cada decênio se metamorfoseando até ganhar a configuração atual.

No que diz respeito ao conceito de metrópole, pelo que verificamos, é um conceito antigo e que foi construído e reformulado ao longo do tempo. Foi aplicado para estudar e compreender aglomerados urbanos industriais, de onde passou a ser reformulado e ganhou novas denominações. Megalópoles, conurbação urbano-industrial e região metropolitana são algumas denominações mais comuns empregadas para se referir à reprodução capitalista no espaço.

Conforme Firkowski (2013) observou, um dos primeiros intelectuais a criar conceitos a respeito das metrópoles foi Patrick Geddes. Esses conceitos foram criados quando esse estudioso do espaço urbano realizou estudos de planejamento urbano na cidade de Londres entre o final do século XIX e início do século XX e constatou a grande complexidade do espaço urbano. Dos termos forjados por Geddes, dois são ainda bastante utilizados na atualidade: Conurbação e Megalópoles. Cada termo, segundo Firkowski, ainda “continua aplicável ao mundo atual” (2013, p. 23). A conurbação, para Geddes, “era reveladora de uma dinâmica complexa da vida urbana, com repercussão não apenas no cotidiano das pessoas”, mas também “nas formas de gestão deste espaço, e seus limites seriam definidos pelo tempo de viagem necessário para o deslocamento diário das pessoas e de mercadorias” (GEDDES, 2013, p.25 apud FIRKOWSKI).

No que diz respeito ao critério de circulação para definir os limites de uma metrópole, Blumenfeld (1970, p. 58) ressalta que um espaço metropolitano pode elevar a sua dimensão na medida em que ocorre “o aumento da velocidade dos transportes”, proporcionado pelo avanço técnico, situação que irá reduzir o tempo de deslocamento. Por isso, também surgiu o termo megalópole, utilizado por Short (2007) para entender as mudanças ocorridas nas áreas urbanas. Segundo Short, uma megalópole é

uma grande metrópole líquida, cujos limites são sempre provisórios. Uma região metropolitana gigante sempre em estado de transformação [...] como linhas sólidas em volta de um fenômeno líquido, os limites podem ser identificados como uma aproximação, incertamente fixada de objetos em movimento (Short, 2001, pp. 16-17).

Muito válida também a observação que Castells (1983, p. 32) fez a respeito da formação de uma metrópole. Ela “não é o resultado necessário do simples progresso técnico. A dispersão urbana e a formação das regiões metropolitanas estão intimamente ligadas ao tipo social do capitalismo avançado, designado ideologicamente sob o termo de sociedade de massas”. E é a partir dessa linha de raciocínio que podemos interpretar a reestruturação urbano-industrial de São Paulo. Trata-se do processo de mundialização da economia, que repercutiu na dinâmica urbana da cidade. “É a manifestação socioespacial da globalização” (FIRKOWSKI, 2013, p. 22).

Por isso, Mattos observou que a dinâmica do espaço urbano passou a se constituir cada vez mais “em nós da dinâmica econômica globalizada” (2004, p. 170), e esse processo fez com que ocorresse “uma ampla dispersão territorial e, por outro, a concentração de funções de comando e coordenação em certos lugares”, de modo a fortalecerem estes, e ocorrendo “uma metropolização estendida”. Essa nova estrutura urbana é “uma forma territorial, que pode ser descrita como uma ampliação da metrópole moderna, herdada do processo de urbanização e industrialização” que se construiu historicamente (LENCIONI, 2011, p. 135). Só que agora essa metrópole está fortemente integrada na economia internacional (ASHER, 1995).

Podemos dizer que o processo de reestruturação urbano-industrial no território paulista nada mais é do que um processo de metropolização iniciado, como bem observou Scarlato (1989), com a chegada das montadoras automotivas na cidade de São Paulo e no seu entorno a partir da década de 1950. É a formação de uma “megalópole”, se utilizarmos aqui a expressão resgatada por Short (2007). É a partir daí que deu início à formação de uma cidade região como propõe Lencioni (2003). É um território estendido até as áreas interioranas, Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba, Santos e Ribeirão Preto, como pode ser verificado no mapa de número dez.

São estes também “os Complexos Territoriais Industriais” mostrados no mapa dez, onde se observa os “segmentos

especializados de cadeias produtivas diversas”, mas conectados numa espécie de “rede de *linkages* produtivos”, onde há uma relação de interdependência entre os setores da indústria paulista alavancados pelo setor automotivo implantado a partir da década de 1950 e que fez elevar o “efeito multiplicador, funcionando como típica unidade industrial dinâmica” (SELINGARD-SAMPAIO, 2009, p. 198). Um processo que implicou a dinamização de setores como metal-mecânico, maquinário, material elétrico e de comunicações, transportes, têxtil, produtos siderúrgicos, complexo químico e tecnológico, distribuídos no interior paulista (BAER, 1996), tudo conferindo um “adensamento” e uma “trama territorial das relações interindustriais, em meio às aglomerações que se estendem” (SELINGARD-SAMPAIO, 2009).

Daí entendermos aqui que a melhor denominação para esse território é o de “Multicomplexo Territorial Industrial (Metropolitano/Urbano) Paulista. E, nesse território, é a cidade de São Paulo que detém a força polarizadora, porque é nela que está “o processo de valorização do capital” (LENCIONI, 1991, p. 56), a ponto de fazer emergir um “novo fato urbano de caráter metropolitano, não mais caracterizado pela existência de territórios conurbados, mas pela presença de um conjunto de cidades” (EMPLASA, 1996). Esta tese contraria a interpretação de Villaça (1998), que resgata o termo “conurbação” para compreender as áreas urbanas no Brasil onde ocorreria a fusão de áreas metropolitanas. Na verdade, o que podemos assistir é à formação de uma extensa área metropolitana. É a chamada “cidade região”, como prefere Lencioni (2003).

Considerações finais

O processo de reestruturação urbano-industrial do estado de São Paulo deve ser compreendido dentro de alguns contextos históricos, fatores que proporcionaram um desenvolvimento econômico concentrado regionalmente. É possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre a economia cafeeira concentrada territorialmente em São Paulo, a política econômica nacional a partir de 1930 e a dinâmica da economia mundial com a estruturação desse espaço metropolitano.

O desenvolvimento capitalista em solo paulista passou a se fazer de forma mais intensa em relação às outras partes do país. Por isso, consideramos importante o estágio de desenvolvimento social no referido território, o que acabou contribuindo para a sua primazia. Tal era esse estágio, que resultou num espaço onde estariam bem representadas, territorialmente, as formas de divisão social do trabalho e as leis de acumulação capitalista. A economia cafeeira responsável pelo desenvolvimento socioeconômico pautado na produção mercantil gerou uma indústria de produtos de primeira necessidade, bem como uma intensa urbanização, ou seja, um dos pilares do desenvolvimento do capitalismo. Consideramos que esses fatores foram responsáveis por um espaço de desenvolvimento econômico com pequenos aglomerados territoriais industriais não contínuos inicialmente, porém próximos uns aos outros. E alguns fatores endógenos desenvolvidos ao longo do tempo, como, por exemplo, uma densa rede urbana, as infraestruturas satisfatórias, o ambiente industrial, as matérias-primas essenciais e a força de trabalho qualificada nos seus mercados de trabalho, passaram a encaminhar a formação de um território metropolitano integrado e articulado entre essas áreas.

Podemos afirmar que tal processo também foi assegurado com as ações políticas e institucionais, sobretudo, a partir da década de 1930, com o processo de revolução democrático-burguesa implantada no Brasil, e isso foi possível graças à formação de uma superestrutura jurídica e política que isentou a emergente burguesia industrial de conduzir, apenas pelas suas próprias forças, a implantação do capitalismo no país. Essa nova classe, embora ciente de seus interesses, possuía pouca articulação para enfrentar o exclusivismo agrário e dar andamento ao processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Podemos chegar à conclusão de que a adesão, por parte do Estado, de um ideal de desenvolvimento econômico pautado no capitalismo industrial firmou efetivamente a ascendência da burguesia industrial e a garantia da modernização da economia do país. Por isso,

podemos chegar à conclusão também de que a chave para a interpretação do processo de desenvolvimento econômico de São Paulo está na típica formação social caracterizada pela via prussiana, ou ainda a revolução passiva de que fala Gramsci.

Essa dinâmica toda, ao nosso juízo, garantiu para São Paulo um rápido crescimento industrial, a ponto de assumir a franca liderança na produção industrial brasileira, um processo que se materializa após a 1ª Guerra Mundial, mas que se consolida após os anos de 1930.

É importante considerar também que o território paulista serviu muito bem à dinâmica da economia mundial. Primeiramente, com a necessidade das firmas estrangeiras encontrarem novas maneiras de expandir a lucratividade. Na periferia, essas firmas encontraram uma maneira de baratear a produção, onde havia uma mão de obra que atendesse às suas necessidades, bem como um mercado consumidor já importante. Isso ficou bem claro em São Paulo quando chegaram as montadoras automotivas na década de 1950, e também com as manobras, a partir dos anos 1990, para afrouxar as conquistas trabalhistas e disponibilizar uma mão de obra mais flexível para uma produção mais enxuta. O que nos faz pensar aqui que passou a ficar cada vez mais distante um avanço nas relações entre capital e trabalho devido às práticas mais colaboracionistas quando, por exemplo, foi assumido um discurso da lógica do capital e de adaptação diante do modo de produção capitalista. Assim, podemos concluir também que se encontra bem desenvolvido na estrutura industrial paulista o modelo Toyota de produção, dando claras evidências de que a periferia ainda serve como um quintal para o centro do sistema capitalista.

Consideramos que esses fatores caminharam na mesma via dos outros fatores históricos, os quais serviram como uma mola propulsora para o desenvolvimento econômico de São Paulo, bem como para a constituição do espaço metropolitano paulista.

Diante de tudo isso, firma-se de vez a cidade de São Paulo como uma metrópole global e centro das decisões, pois abriga sede de importantes empresas nacionais e transnacionais. Além disso, assume também o posto de ser o principal centro financeiro do país. E é também nesse sentido que ela irá conduzir a formação de um complexo industrial urbano metropolitano para dar continuidade ao processo de acumulação capitalista e inserir definitivamente o Brasil na Nova Divisão Internacional do Trabalho. Mas nesse território encontram-se também uma indústria de ponta, um consolidado sistema de ciência, tecnologia e inovação do país devido à presença de importantes universidades públicas (USP, UNICAMP, UNESP, UFSCAR).

Isso significa que o estado de São Paulo ainda permanece como um importante endereço para a produção industrial. Observamos que em menos de uma década, comparando os anos de 2005 e 2012, houve uma intensa dinamização de áreas como as de Sorocaba, Bauru, São Carlos e Ribeirão Preto. Isso deu novos limites ao aglomerado urbano industrial paulista, como pôde ser verificado no mapa 11. Assim, encontra-se constituído um novo território urbano industrial metropolitano. Em relação a esse espaço, é possível expor algumas assertivas. Primeiramente, no que diz respeito aos seus limites. É possível observar que o seu raio está mais estendido em relação ao raio de 150 km partindo da capital paulista como inicialmente estudou Lencioni (1998). É possível chegar à conclusão de que alguns fatores ainda irão impactar na decisão de escolha pelo território paulista para instalação de estruturas produtivas. A existência de várias etapas do processo de produção industrial, uma boa condição de circulação e de troca são fatores responsáveis pelo potencial de crescimento desse território, que está dentro da região mais importante do Brasil. Por isso, tomamos a liberdade aqui de concluir que os seus limites ainda permanecem indefinidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da Era Neoliberal. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Ricardo Antunes (organizador). São Paulo:Boitempo, (2006 a). p.461-474.

ANTUNES, R. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997. p. 71-84.

ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Ricardo Antunes (organizador). São Paulo:Boitempo, (2006 a). p. 15-26.

ANTUNES, Ricardo. Construção e desconstrução da legislação no Brasil. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Ricardo Antunes (organizador). São Paulo:Boitempo, (2006 b). p. 499-508.

ASCHER, F. **Métapolis: ou l'avenir des Villes**. Paris:Odile Jacob, 1995.

AZZONI, C. R. “**O novo Endereço da Indústria Paulista**”. Texto apresentado no 2º Encontro Nacional de Pesquisadores Urbanos. Nova Friburgo, mimeo, 1987.

BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996

BARAT, Josef. Globalização, logística e transportes. BARAT, Josef (Org). **Logística e transporte no processo de globalização: oportunidades para o Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP: IEEL, 2007, p. 15-22.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLUMENFELD, H. A metrópole moderna. In: **Cidades: a urbanização da humanidade**. Tradução:Alfred A. Knof. 6º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

BOCHI, R.R. Empresário Nacional: Alguns problemas teóricos e sua caracterização econômica nos anos 70. In: DINIZ, ELI; BOSCHI, R. R. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1978.

BRAVERMAN, HARRY. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. 3ºed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

- CANO, Wilson. As Finanças municipais de Campinas: um estudo de caso: In: CANO,W. (Coord.) **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEP/SEADE; FECAMP/UNICAMP, 1988 v.1, n.1, p. 122-134.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTRO, A. B e SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHANDLER, A. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Tradução: Luiz Alberto Monjardin. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONCEIÇÃO, Jefferson José da. **As fábricas do ABC no olho do furação: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90**. São Caetano do Sul, 2001. Dissertação (Mestrado em Administração), Centro de Estudos de Aperfeiçoamento e Pós-Graduação do Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
- CORIAT, B. **Penar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Tradução: Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.
- CORRÊA, L. R. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora: Ática. 1989.
- CORRÊA, L. R. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DEAN, W. K. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difel, 1971.
- DINIZ, E. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil:1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 a.
- DINIZ, ELI; BOSCHI, R. R. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1978 b.
- DINIZ, C. C. & Razavi, M. (1999) "São José dos Campos and Campinas: state-anchored dynamos". Markusen, A; Lee, Y. S. & Digiovanna, S. (eds.). **Second tier cities: rapid growth beyond the metropolis**. London: University of Minnesota, 97-126, 1999.
- DINIZ, C. C. e CAMPOLINA. **A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespacialização e novas funções**. Belo Horizonte, 2006.
- DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. Trad. Manoel do Rêgo Braga. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

EMPLASA – Complexo Metropolitano Expandido

<<http://www.emplasa.sp.gov>>

ENGELS, F. e MARX, K. **Manifesto Comunista**. 7º ed. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FREEMAN, C. Inovações e ciclos longos de desenvolvimento econômico. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, Vol. 5, n1, p. 5-20, 1984.

FIORAVANTE, E. **Conceito de modo de produção**. Coord. e Trad. Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.13-29.

FIORAVANTE, E. Modo de produção, formação social e processo de trabalho. In: **Conceito de modo de produção**. FIORAVANTE, Eduardo et AL. Coord. e Trad. Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.31-41

FIRKWSKI, O. L. C. F. Metrôpoles e Regiões Metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In: **Território Metropolitano, políticas municipais por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Organizadores: Bernardo Alves Furtado, Cleandro Krause, Karla Christina Batista de França – Brasília: Ipea, 2013.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 23ªed. São Paulo: Nacional, 1989.

GEIGER, P. P. Estudos para a Geografia das Indústrias no Brasil Sudeste. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 25, n.2p. 155-271, 1963.

GRAMSCI, A. O Rissorgimento. Notas sobre a história da Itália. In **Cadernos do Cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. Às margens da História: história dos grupos sociais subalternos. In **Cadernos do Cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JARAMILLO, S. ; CUERVO, L. M. Tendências recentes e principais mudanças na estrutura espacial dos países latino americanos. In: **Território Metropolitano, políticas municipais por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Organizadores: Bernardo Alves Furtado, Cleandro Krause, Karla Christina Batista de França – Brasília: Ipea, 2013.

JUNIOR, Aloysio Marthins de Araujo. **A indústria de bens de capital no estado de São Paulo: da gênese aos problemas atuais**. 2003. 272p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

- KLINK, J. Por que as Regiões Metropolitanas Continuam tão ingovernáveis? Problematizando a Reestruturação e o Reescalamento do Estado Social Desenvolvimentista em Espaços Metropolitanos. In: **Território Metropolitano, políticas municipais por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Organizadores: Bernardo Alves Furtado, Cleandro Krause, Karla Christina Batista de França – Brasília: Ipea, 2013.
- KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.
- LACERDA, A. C. **Economia brasileira**. 2º Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- LEBORGNE, D. ; LIPIETZ, A. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel; (Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitária), 1990, p. 17-43.
- LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial: Centralização do Capital e desconcentração da Metrôpole de São Paulo**. Tese de doutorado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada In: **Território: Globalização e Fragmentação**. Milton Santos, Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira (org.). 4º ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- LENCIONI, Sandra. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. X Encontro Nacional da ANPUR. **Anais**. Belo Horizonte, maio 2003.
- LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, nº 120, p. 133-148, jan/jun. 2011.
- LENNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 3º ed. Trad. P. Bezerra, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LENNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil/ Ricardo Antunes(organizador)**, - São Paulo: Boitempo, 2006, p.115-146.
- LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- LUKÁCS, G. O Marxismo ortodoxo. In: **Georg Lukács: sociologia**. São Paulo: Ática, 1981 a.
- LUKÁCS, G. A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares. In: **Georg Lukács: sociologia**. São Paulo: Ática, 1981 b.
- MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre o processo da industrialização no Brasil. In: **Boletim paulista de geografia**. Presidente Prudente, n° 2 Editora da UNESP, 1969.
- MAMIGONIAN, Armen. Tecnologia e Desenvolvimento desigual no Centro do Sistema Capitalista. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, vol. 1, n° 2, 1982, p. 38-48.
- MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel. In: **REVSITA GEOSUL (UFSC)**, Florianópolis, v. 02, n. 03, 1987.
- MAMIGONIAN, Armen. **O processo de industrialização em São Paulo**. Presidente Prudente: Editora UNESP, 1976.
- MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira. In: **Cadernos Geográficos**, n, 2, Florianópolis, Ed. da UFSC, 2000.
- MARINI, Rui Mauro. **Dialética de dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril, 1985. 3°v.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. 2° ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscrito econômicos de 1857-1858 – esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boi Tempo, 2011.
- MATTOS, C. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L.C. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo; Rio de Janeiro: FPA; fase, 2004. p 157-196.
- MELO, M. A. B. C. de. Regimes de acumulação, Estado e articulação de interesses na produção do espaço construído (Brasil, 1940-1988). In: **Reestruturação Urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel; (Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitária), 1990.
- MEYER, R. M. P. Atributos da metrópole moderna. **São Paulo em perspectivas**. São Paulo, v. 14, n° 4, p. 3-9, 2000.
- NASCIMENTO, Benedito Heloy. **A ordem nacionalista brasileira**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2002.
- NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

OLIVEIRA, L.L e outros. Estado Novo, Ideologia e Poder. Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1982.

PACHECO, C. A. A Região Administrativa do Vale do Paraíba. In: **Cenário da urbanização paulista: regiões administrativas**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Secretaria de Planejamento e Gestão; SEADE, São Paulo, 1992. V. 8,p. 69-102 (São Paulo no limiar do século XXI).

PEREIRA, L. C. B. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1983**. 3° ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PINTO, Geraldo Augusto. Uma introdução à indústria automotiva no Brasil. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Ricardo Antunes (organizador). São Paulo:Boitempo, (2006 a). p.77-92.

PIORE, M.J. & SOBEL, C.F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. Nova York, Basic Books, 1984

POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. 3° ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil/** Ricardo Antunes (organizador). São Paulo: Boitempo. 2006, p. 59-76.

PRAUN, L. Reestruturação negociada na Volksvagen: São Bernardo do Campo. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil/** Ricardo Antunes (organizador). São Paulo: Boitempo. 2006, p. 155-176.

RAMALHO, J. R. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil In: **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p 85-114.

RAMOS, Rui A.; MENDES, José F. G. **Introdução às Teorias de Localização: orientações recentes na localização industrial**. Departamento de Engenharia Civil, 2001.

RANGEL, Ignácio. Revisitando a questão nacional. In: **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RANGEL, Ignácio. O Brasil na fase B do quarto Kondratiev. In: RANGEL, I. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 259-287 (Vol. 2).

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. In: **Revista de Economia Política**, vol. 1, n. 4, 1981.

RANGEL, Ignácio. Intermediação financeira e crise. **Revista ensaios FEE**, Porto Alegre, vol. 6, n° 1, 1985, p.57-64.

- RANGEL, Ignácio. Recursos ociosos e ciclo econômico: Alternativas para a crise. In: **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 9, n° 1, jan.-mar., 1989, p.21-30.
- RICHARDSON, HARRY W. **Economia Regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Trad. Fausto Guimarães Cupertino. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- RIZZIERI, J. A. B. **Desenvolvimento econômico e urbanização: produtividade das cidades e custos de serviços públicos por ordem de tamanho urbano**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982.
- ROSEMBERG, N. BIRDZELL Jr, L.E. **A História da Riqueza do Ocidente: a transformação econômica no mundo industrial**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- ROSEMBERG, N. A HISTORIOGRAFIA DO PROGRESSO TÉCNICO In: **Por dentro da caixa preta: tecnologia e economia**. Tradução: José Emílio Maiorino. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- SABOIA, J. **Desconcentração industrial no Brasil: um enfoque regional**. Texto apresentado no XXVII Encontro Nacional de Economia da Ampec, Rio de Janeiro, 2000.
- SELINGARD-SAMPAIO, Silvia. **Indústria e Território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005**. Campinas: Editora Alínea, 2009.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n.54, jun. 1977.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6° Ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4° Ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5° ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5° Ed. São Paulo: Edusp, (2012).
- SCARLATO, Francisco Capuano. **Metropolização de São Paulo e o Terceiro Mundo**. São Paulo: Iglu, 1989.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Tradução: Maria Silva Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SCOTT, A. *et al.* Cidades-regiões globais. **Espaço e debates**. Aliança e competição entre cidades, São Paulo, n° 41, p. 11-25, 2001.

- SHORT, J. R. **Liquid city: megalopolis and the contemporary northeast**. Washington: REF Pressbook, 2007.
- SILVA, Marcos Aurélio da. **A indústria de equipamento elétrico do nordeste Catarinense: um estudo de geografia industrial**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SILVA, Marcos Aurélio da. **Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do sul do Brasil**. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SILVA, Marcos Aurélio da. As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista do nordeste catarinense (uma nota crítica). In: **REVISTA GEOSUL (UFSC)**, Florianópolis, v. 14, p. 101-111, jul./dez. 1999.
- SILVA, Marcos Aurélio da. O desenvolvimento regional e urbano catarinense no contexto sul-brasileiro. In: **Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social**. Armen Mamigonian (organizador), Carlos José Espíndola [et al.]. Florianópolis:GCN/CFH/UFSC, 2011.
- SILVA, Marcos Aurélio da. Dialética e geografia em Antônio Gramsci. In: **Lutas Sociais**, vol. 17, jul-dez. 2013.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 14° ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. 2° ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- SOUZA, Maria Adélia de. **A identidade da Metrópole: a verticalização de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec Editora da Universidade de São Paulo, 1994
- STOPER, M. A industrialização e a questão regional no terceiro mundo. In: **Reestruturação Urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel; (Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitária), 1990.
- TADINI, V. **O setor de bens de capital sob encomenda: análise do desenvolvimento recente (1973/83)**. São Paulo, IPE/USP, 1986.
- TELLES, J. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In: Ramalho, J. R. & Martins, H. (orgs.), 1994. **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo, Hucitec/Nets-Cedi, p. 85-113.
- VIANA, L. W. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997, 2° ed., 2004

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. E ed. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 2001.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

I - FAMÍLIA

- 1) Qual o endereço e a época de fundação? Qual o nome da empresa na época?
- 2) O que o fundador da empresa fazia anteriormente (história de vida, profissão, estudo, primeiro emprego...), o que o motivou a iniciar o empreendimento, e os posteriores proprietários?
- 3) Árvore Genealógica do Fundador (atividades desenvolvidas pelos antepassados e pais do fundador, (eram imigrantes?), filhos). Profissão, lugares, cidade de nascimento, datas.
- 4) Qual a origem do capital inicial. Havia sócios, quem eram e qual a sua participação na razão social da empresa (%) – profissão dos sócios. Foi necessário empréstimos etc.
- 5) Diversificaram negócios em outras áreas? Quais eram e onde se localizavam estas empresas/propriedades? Quais ainda pertencem à família e quem as administra?
- 6) O grupo chegou a ser dividido entre os filhos ou administram juntos?
- 7) Alguma empresa da família foi vendida? Quais? Para quem? Nacionais ou estrangeiros?
- 8) Hoje quais são as empresas que pertencem ainda ao grupo? Alguma foi incorporada?

- 9) Há quanto tempo a empresa está instalada no município? Quais são os incentivos fiscais que o município oferece?
- 10) Quais fatores fizeram com que a empresa se instalasse no município?
- 11) A empresa pretende expandir o seu complexo fabril?

II – MÁTERIAS PRIMAS, e PRODUTOS

- 1) Qual os primeiros produtos e a razão da fabricação deles. Fonte das matérias-primas (tipo, procedência, transporte). Mercado inicial – compradores e onde se localizavam. Tipo de energia utilizada. Tipo de comercialização.
- 2) Esses primeiros produtos tiveram algum pioneirismo no mercado. Havia concorrência, quem era e sua localização, até que data.
- 3) Quanto à matéria-prima como descobrem que em determinado lugar possui ou possuía (vantagens e desvantagens de cada região). Como é a comercialização?
Percentual do custo do transportada matéria-prima no preço do produto final. Como é transportada?
- 4) Após o início houve alteração na linha de produção? Produtos e datas. Pioneirismo em algum produto?
- 5) A empresa procura diversificar a linha de produção?

III-MERCADO CONSUMIDOR

- 1) Evolução do mercado. Compradores (procuravam o produto, por meio de propaganda, empresa de representações?). Como era e é a comercialização? (pagto – bancos?). Como se resolve o problema da

distância até o mercado consumidor – veículos próprios ou de terceiros)
Por quê? Percentual do custo deste transporte no produto final.

2) Novos mercados surgem por ampliações territoriais, lançamentos de novos produtos? Como e quando ocorre isto?

3) O mercado influenciou na abertura de filiais e empresas que compõem o grupo Empresarial? (data de fundação e localização, bem como ramos de atividades). Esta empresa incorporou alguma outra empresa (nome data, localização, bem como seus ramos de atividades)?

4) Como ocorre a conquista de mercados no estrangeiro (através de firmas de representações?). Qual o diferencial da empresa? Como ocorre este câmbio. Mecanismo de acesso ao mercado externo (financiamento, etc.). Como vencem a competitividade e como ela ocorre atualmente?

5) Valor total da produção e % das linhas de produtos (quais). Quais os principais concorrentes conforme as linhas no mercado interno e externo. (% de cada concorrente/nomes/localização).

6) As exportações são algo de novo na empresa ou uma alternativa viável para a expansão da empresa, ou uma resposta para as crises.

7) A ida ao exterior implica necessariamente em novos planejamentos gerenciais, aperfeiçoamento da mão-de-obra, qualidade dos produtos, investimento em tecnologia?

8) Quanto às exportações que tendência a empresa espera seguir? A empresa está se preparando para alguma nova divisão internacional do trabalho no mundo?

III – EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

1) Como se resolveu o trabalho de técnicas necessárias ao início das atividades industriais (experiências dos técnicos/lugares/datas) e

posteriormente. Equipamentos iniciais (quantos, quais e procedência). Quem os comprava, forma de pagamento e como foram transportados até aqui. Energia utilizada.

2) Qual a solução para reposição de peças ou estragos nas máquinas? A própria empresa fabricava seus equipamentos ou mais tarde os copiava? E hoje?

3) O pioneirismo dos produtos depende da tecnologia? Como ocorre esta relação?

Como a empresa tem resolvido o problema de geração de tecnologia para que surja a inovação no processo de geração de tecnologia para que surja a inovação no processo de produção? Laboratórios internos/ revistas, viagens, visitas a concorrentes, etc/ novas experiências/ intercâmbio com o exterior? Cite exemplos.

4) Aprimorando-se tecnologicamente – melhor produtividade – menos mão-de-obra – resolve o problema dos custos da distância da matéria-prima e do mercado consumidor?

5) Como a empresa acompanha a evolução tecnológica mundial, e como insere novidades na sua produção?

IV – MÃO-DE-OBRA

1) No início tinha quantos empregados? Quais os cargos/função? Jornada de trabalho e como evoluiu, em como a composição dos empregados (masculino/feminino, e sua procedência espacial. Há casos de operários ou técnicos deixarem a empresa para montar nova empresa? Citar casos lugares e datas.

2) Empregados moravam em casa própria? Empresa mantinha vilas operárias ou política de facilitar acesso a casa própria? Atualmente quais os benefícios (financiamento/recreação/ cooperativas/etc) que a empresa traz a seus funcionários.

- 3) Evolução do quadro de funcionários de 5 em 5 anos (início até hoje). Qual a percentagem dos salários no custo total da produção. Como evoluiu a produtividade?
- 4) Nas empresas existe uma tendência a contratação de mão de obra mais “operária” ser em sua maioria da região e a mão de obra mais qualificada ser em sua maioria pessoas vindas de outras regiões.
- 5) A empresa tem empregado mão-de-obra feminina. Percentual do total. Desde quando? Quais cargos/função? Qual a razão de sua utilização?
- 6) Quantos funcionários trabalham diretamente na área de exportações. Quais cargos/funções? Quantas são mulheres?
- 7) Como se dá a qualificação dos funcionários? Cursos, Treinamentos, etc.
- 8) Existe na empresa especialização de mão de obra (os funcionários exercem diversas funções ou funções específicas)?
- 9) O uso de tecnologia vem contribuindo para a redução da mão de obra no processo de fabricação?
- 10) Em épocas de baixa produção o quadro de funcionários é mantido?

V – ADMINISTRAÇÃO

- 1) Qual os primeiros produtos e a razão da fabricação deles. Fonte das matérias-primas (tipo, procedência, transporte). Mercado inicial – compradores e onde se localizavam. Tipo de energia utilizada. Tipo de comercialização.

- 2) Esses primeiros produtos tiveram algum pioneirismo no mercado. Havia concorrência, quem eram e sua localização, até que data?
- 3) O mercado influenciou na abertura de filiais e empresas que compõem o grupo empresarial. (data de fundação e localização, bem como ramos de atividades). Esta empresa incorporou alguma outra empresa (nome data, localização, bem como seus ramos de atividades)?
- 3) Qual a percentagem dos salários no custo total da produção. Como evoluiu a produtividade? (Comparar com produto ou consumo de matéria-prima).
- 5) Organograma da empresa. Importância da área de exportações no conjunto.
- 6) Controle acionário – evolução e atual (capital votante): grupos dominantes (nomes e lugares). Capital preferencial: principais acionistas – percentual e ordinário.
- 7) Como a empresa investe os lucros (diversificação/experiências/ampliação/etc.).
Empréstimos (quais, origem): mercado de capital?
- 8) Como a empresa classifica historicamente suas etapas de evolução. Causas e características das etapas. Planos futuros da empresa?
- 9) No que diz respeito ao processo produtivo, a empresa possui um maquinário que flexibilize a produção?
- 10) A empresa possui alguma equipe voltada para o controle de qualidade?
- 11) A empresa possui algum departamento de pesquisa e desenvolvimento (P&D)?
- 12) A empresa possui alguma parceria com alguma universidade ou um instituto de pesquisa?

13) A empresa adota algum processo de melhoria continua (ISSO 9000)?

14) Como uma maneira de gestão de produção, a empresa trabalha com estoque reduzido de matéria prima?

15) A empresa adota o sistema de produção “*Just in time*”?